

PREGÃO ELETRÔNICO

90031/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (153163)

OBJETO

Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de execução de manutenção em estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações, sem prestação de mão de obra exclusiva, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.732.143,32

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior desconto linear, com agrupamento de itens em lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Licitações - DPL**

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 5º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.licitacoes.ufsc.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026

Processo Administrativo nº 23080.016076/2025-76

Torna-se público que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Departamento de Licitações (DPL/PROAD), sediado na rua Desembargador Vitor Lima, 222, Prédio II da Reitoria, Trindade, Florianópolis/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de execução de manutenção em estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações, sem prestação de mão de obra exclusiva, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e as especificações descritas e publicadas no Sistema de Compras do Governo Federal, prevalecerão as constantes neste Edital.

1.4. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no Termo de Referência e as especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, prevalecerão as constantes no Termo de Referência.

1.5. Todos os interessados na disputa deste certame ficam cientificados acerca da especificação final a ser considerada para a oferta de suas propostas e posterior execução do objeto.

1.6. Não serão aceitos, em quaisquer etapas do processo de aquisição/contratação, argumentos de que a proposta foi ofertada e aceita com especificações inferiores ao exigido neste Edital, uma vez que é responsabilidade irrevogável do licitante atender plenamente ao descritivo mínimo exigido no certame.

1.7. O licitante, ao ingressar na disputa do certame, se compromete a fornecer produtos/serviços de acordo com as exigências do ato convocatório, sendo inegociável tal condição, e declara estar ciente de que, deixando de atender às especificações do Edital, estará prestando falsa declaração

e, assim, se sujeitando à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. pessoas físicas;

3.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O impedimento de que trata o subitem 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos subitens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Os critérios de aceitabilidade/julgamento das propostas estão indicados detalhadamente no item 7 do Edital.

4.1.2. Os critérios de habilitação dos licitantes estão indicados detalhadamente no item 8 do Edital.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 8.1.6 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546/2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973/2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973/2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor do desconto linear sobre a planilha orçamentária referência, com agrupamento dos itens em lote;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no Edital.

5.2. Não é permitida a indicação de duas marcas/modelos ou alternatividade entre os mesmos.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.7.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de **100 (cem) dias** a contar da data de abertura do certame. Havendo a menção diferenciada deste prazo, o mesmo será desconsiderado e prevalecerá a regra estabelecida neste subitem como condição de participação, não sendo, assim, motivo para desclassificação da proposta no caso de divergência.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer, a depender do critério de julgamento, lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado, para o envio de lances no Pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, sendo que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14133/2021.

6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência, conforme art. 5º, §9º, inciso I do Decreto nº 8538/2015.

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430/2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. É de inteira responsabilidade do licitante manter-se atento ao seu endereço eletrônico (e-mail registrado no SICAF ou informado na proposta comercial) durante todo o transcurso do certame, de modo a evitar a sua desclassificação pelo descumprimento de eventuais diligências que poderão ser solicitadas diretamente por este canal de comunicação, não cabendo eventuais

alegações de desconhecimento ou de não acompanhamento, uma vez que este canal é indispensável na condução do certame.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

7.1.4. Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta ao CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes Inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, caso necessário, os documentos de aceitação elencados no item 6.4 do Anexo I (Termo de Referência):

- a)** Planilha com a identificação do custo individual dos itens e o total geral para a execução dos serviços, adequados ao preço do último lance ofertado, formulado em moeda nacional, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, conforme modelo constante no Apêndice IV do Anexo I (Termo de Referência).
- b)** Composição do BDI utilizado para obtenção dos preços ofertados dos itens, conforme modelo constante no Apêndice V do Anexo I (Termo de Referência).

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1.** conter vícios insanáveis;
- 7.8.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5.** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.8.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.9.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **No caso de Pessoa Física:** Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) **No caso de Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) **No caso de Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) **No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) **Para a Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) **No caso de Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta

Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

- g) **No caso de Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- h) **Em se tratando de participante Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso.
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- d) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- e) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - f.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei

Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

8.1.2.2. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.2.1. Caso se constate a restrição, o licitante será declarado vencedor quando do aceite de sua proposta, sendo que o pregoeiro convocará a empresa via chat ou e-mail cadastrado no SICAF para tal regularização, e o prazo supracitado será iniciado a partir do dia seguinte.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, contendo a numeração das páginas, nº do Livro Diário em que se encontram escriturados e assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade.

a.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, participantes deste certame, não estão dispensados da apresentação do Balanço Patrimonial e demais documentos referentes à análise da qualificação econômico-financeira.

b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário em que se encontram as Demonstrações Contábeis.

c) Prova de Registro do Livro Diário na Junta Comercial (com carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) ou Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do subitem 8.1.3.5.

d) Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

e) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.1.3.1. O licitante deverá apresentar resultado superior a 1,00 (um) em todos os índices que medem a situação financeira (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente). Não apresentando tal resultado, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante possui patrimônio líquido em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado global da contratação referente ao item ou itens disputados.

8.1.3.1.1. O licitante deverá comprovar que atende a um dos itens elencados, isto é, índices contábeis ou patrimônio líquido no percentual citado no subitem 8.1.3.1.

8.1.3.1.2. A informação será coletada por meio de análise às Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).

8.1.3.1.3. A análise dos itens que medem a situação financeira e do patrimônio líquido, conforme subitem 8.1.3.1, será realizada levando-se em consideração os 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.1.3.2. As Demonstrações Contábeis referidas acima serão aceitas com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

8.1.3.3. As Demonstrações Contábeis que forem registradas em cartório competente e habilitado para esta finalidade, agregando unicamente o conjunto de demonstrações e contemplando assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade, ficam dispensadas da apresentação do registro na Junta Comercial, bem como dos termos de abertura e encerramento, desde que as peças façam alusão ao número de páginas e ao livro que deu origem às demonstrações.

8.1.3.4. Para as empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será aceita a apresentação do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do documento de constituição da empresa, que comprove tal condição. Não será aceito nenhum outro documento que não este, previsto em lei.

8.1.3.5. Para as empresas obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), a autenticação de livros contábeis poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) de que trata o Decreto nº 6.022/2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital, e poderá ser comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED. A autenticação prevista no art. 78 do Decreto nº 8.683/2016 dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994, nos termos do art. 39-A da referida lei.

8.1.3.5.1. A autenticação das Demonstrações Contábeis será comprovada pelo recibo de entrega da ECD, devendo estar em conformidade com o número apresentado nos documentos integrantes da escrituração, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, ou seja, é necessário estar disposto o número do recibo (HASH) no rodapé dos arquivos encaminhados, de modo a validar o efetivo envio do documento.

8.1.3.5.2. Os licitantes deverão se atentar a disponibilizar o último arquivo enviado ao SPED, seja ele no âmbito do cadastramento junto ao SICAF ou em remessa específica para a disputa deste Pregão.

8.1.3.6. No que tange às empresas do tipo Sociedade Anônima, de acordo com o art. 132 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), as Demonstrações Financeiras deverão ser aprovadas em Assembleia-Geral-Ordinária, comprovada mediante ata arquivada e publicada no registro do comércio.

8.1.3.7. O licitante que apresentar certidão que demonstre que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar o respectivo Plano de Recuperação Judicial, demonstrando que inexistirá o veto para a contratação com o Poder Público, bem como comprovar que este plano já tenha sido aprovado pelo juízo recuperacional, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Os documentos não aprovados em juízo recuperacional serão desconsiderados para fins de habilitação.

8.1.4. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, INDEPENDENTE DO CADASTRO JUNTO AO SICAF:

- a)** Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de manutenção de coberturas e impermeabilização de edificações, de forma adequada, comprovando os quantitativos e características mínimas elencados nas tabelas constantes do item 6.3.4.1 do Anexo I (Termo de Referência).
 - a.1)** Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.
 - a.2)** Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.
- b)** Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
 - b.1)** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- c)** Declaração de que possuirá, na assinatura do contrato, profissional Engenheiro ou Arquiteto com inscrição no conselho respectivo, responsável técnico pela execução dos serviços com vínculo com a licitante, respeitando o que segue:
 - c.1)** No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).
 - c.2)** No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.

c.3) No caso de empresário individual titular do estabelecimento ou titular de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), apresentar credenciamento no Conselho Profissional competente autorizando o exercício da profissão.

c.4) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.

d) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve declarar, nos termos do Anexo V, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

d.1) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados conforme item 3.2 e seguintes do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

d.2) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.4.1. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB).

8.1.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos** para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971.
- b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI),** para cada um dos cooperados indicados.
- c) Comprovação do capital social** proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
- d) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.**
- e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes** por parte dos cooperados que executarão o contrato.

- f) Os seguintes documentos para a comprovação da **regularidade jurídica da cooperativa**:
 - f.1) Ata de fundação.
 - f.2) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
 - f.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - f.4) Editais de convocação das 3 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.
 - f.5) 3 (três) registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
 - f.6) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação.**

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas, prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a)** encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b)** disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c)** outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304/2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133/2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Considerando a ausência da funcionalidade de cadastro de reserva no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), os licitantes que desejarem integrar o referido cadastro, conforme os critérios estabelecidos no item anterior, deverão manifestar-se pelo e-

mail licitacoes.dpl@contato.ufsc.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da homologação do certame.

11.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

11.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

11.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

11.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarf.sistemas.ufsc.br/licitacoes/transparencia/detalhes/23080016076202576>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, infringe o disposto na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

13.2. A Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência, nos casos de menor gravidade;

13.2.2. multa;

13.2.2.1. Multa de natureza compensatória discriminadas especificamente nos itens 13.4 a 13.6.

13.2.2.2. Multa de natureza moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.2.3. Multa de natureza moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) quando se tratar de atrasos no cumprimento de alguma obrigação, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.2.3.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e receberá a sanção de advertência, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

13.5. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.5.1 à 13.5.11, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item/grupo/lote licitado ou do contrato e poderá ficar impedido de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao responsável:

13.5.1. Recusar-se ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

13.5.2. Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Pregoeiro durante o certame.

13.5.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) desistir do lance durante a etapa competitiva;
- d) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- e) deixar de apresentar amostra, quando solicitado no Edital;
- f) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

13.5.4. Perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação como, por exemplo, ofender o Pregoeiro, Presidente ou Membro da Comissão ou Equipe de Apoio, ou levantar falsa acusação quanto à prática dos servidores envolvidos na realização do certame.

13.5.5. Solicitar sua inabilitação depois de concluída a fase de habilitação.

13.5.6. Interpor recurso meramente protelatório, com base em fundamentação que já tenha sido motivo de impugnação ao Edital e seus anexos e resultado em improcedência, ou interpor intenção de recurso e posteriormente deixar de apresentá-lo, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.7. Interpor pedido de reconsideração meramente protelatório, com base em fundamentação já apresentada e devidamente analisada na fase recursal, cujo resultado tenha sido de improcedência, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.8. Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no Pregão.

13.5.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

13.5.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

13.5.11. Der causa à inexecução total do contrato.

13.6. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.6.1. a 13.6.5, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item/grupo/lote licitado ou do contrato e o responsável poderá receber a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelos prazos máximos especificados abaixo, se:

13.6.1. Não celebrar a ata de registro de preços, o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos.

13.6.1.1. A recusa injustificada a que se refere o subitem 13.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.6.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou para o contrato; ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato; ou adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

13.6.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudes de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

13.6.3.1. Comporta-se de modo inidôneo aquele que, entre outras práticas:

- a) induz deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresenta amostra falsificada ou deteriorada;
- c) participa, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- d) age em conluio ou em desconformidade com a lei.

13.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7.1. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.2. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à UFSC, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº 6.830/1980, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à empresa.

13.7.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7.4. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

13.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à UFSC.

13.14. A aplicação de uma das penalidades previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

13.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos

na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou no Banco de Sanções do Governo Federal e, no caso de impedimento de licitar e de contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas do Edital, no Contrato e em demais cominações legais.

13.17. As sanções de impedimento de licitar e de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar somente serão passíveis de reabilitação após o cumprimento dos requisitos disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.18. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a Ata de Registro de Preços, cobrando do licitante apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

13.20. O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra o licitante ou empresa fornecedora/contratada e todas as demais comunicações referentes a esse assunto será efetuado eletronicamente pelo departamento, unidade ou comissão responsável da UFSC, exclusivamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.20.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.20.2. Todo o recebimento eletrônico será protocolado por meio de uma resposta eletrônica, resguardando o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada quanto à efetiva entrega de sua defesa ou manifestação.

13.20.3. Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias.

13.21. As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item 13.20, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, segundo as orientações contidas no ofício de notificação ou no sítio da PROAD supracitado, de modo a economizar custos, evitar a necessidade de deslocamentos e, ainda, otimizar o prazo para que o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada elabore as peças que julgar convenientes à sua defesa/manifestação.

13.21.1. Quando a defesa/manifestação do licitante e/ou empresa fornecedora/contratada for enviada para atender o prazo processual, este passará a contar a partir da data do registro de recebimento da notificação ou do seu registro de protocolo, o

que ocorrer primeiro, sendo considerada tempestiva a defesa/manifestação recebida até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

13.21.2. Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual.

13.22. Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser sanadas por meio eletrônico, seguindo as orientações contidas no sítio da PROAD, www.proad.ufsc.br.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. É indispensável que, previamente à impugnação e/ou envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus anexos, e acesse o sítio www.gov.br/compras, de modo a verificar se eventuais dúvidas já não foram suscitadas e/ou esclarecidas por meio de encaminhamentos anteriormente recebidos, com a finalidade de otimizar a análise do Edital e evitar a duplicidade de requerimento.

14.2.1. Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que:

14.2.1.1. intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido neste instrumento convocatório; e/ou

14.2.1.2. tenham o intuito de obter informações concernentes ao atual concessionário ou prestador de serviço do objeto referente ao presente certame, haja vista que tais esclarecimentos não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, a diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados em nossos certames.

14.2.2. O licitante que desejar obter informações de que trata o subitem anterior deverá requerê-las por meio dos canais de acesso à informação da UFSC ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto.

14.3. As respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no sítio www.gov.br/compras, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos neste canal de comunicação.

14.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço licitacoes.dpl@contato.ufsc.br.

14.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. A contratada se compromete, em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela UFSC, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas.
- b) Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s).
- c) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar.
- d) Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais.
- e) Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso.
- f) Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas.
- g) Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela contratante ou por ela designadas.
- h) Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância.
- i) Comunicar à contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- j) Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de

proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art.46 da LGPD.

- k) Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

15.5. Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

15.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.ufsc.br/>.

16.11. Integram este Edital*, para todos os fins e efeitos:

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I – Modelo de Ordem de Serviço

Apêndice II – Formulário de Avaliação IMR

Apêndice III – Termo de Nomeação de Preposto

Apêndice IV – Modelo de Planilha Orçamentária

Apêndice V – Composição do BDI utilizado pela empresa

Apêndice VI – Escopo dos Serviços

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Planilhas Orçamentárias de Referência

ANEXO IV – Composição do BDI utilizados pela UFSC

ANEXO V – Modelo de Declaração de Visita Técnica

ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

Florianópolis, 04 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente
Djennifer Maria Melo
Data: 04/05/2026 09:33:29-0300
CPF: ***.151.269-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Djennifer Maria Melo

Diretora do Departamento de Licitações

*O Departamento de Licitações (DPL/PROAD) é responsável apenas pela elaboração do Edital. Demais peças e anexos presentes neste documento são elaborados por outros departamentos/unidades da UFSC.

MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

ANEXO I DO ATO CONVOCATÓRIO – TR SEM MDE _versão 1 /2024_TR 113/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
113/2025	153163-MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC	UILSON RIES	30/03/2026 15:30 (v 0.8)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23080.016076/2025-76

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem como objeto o registro de preços para a possível contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos **serviços de execução de manutenção nas estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações, sem prestação de mão de obra exclusiva**, destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mediante concordância irrevogável as regras e exigências estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, assim como, as demais legislações e normas regulamentares.

Lote 1 - Campus Universitário - Florianópolis						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	16675	M²	540	36,61	19.769,40
2	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDIÇÃO EM M/MÊS)	4057	UN	210	54,04	11.348,40
3	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDIÇÃO EM M)	1619	UN	210	35,12	7.375,20
4	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, LARGURA DE 1,20 M, ALTURA POR PEÇA DE 2,0 M, INCLUINDO SAPATAS E ITENS NECESSARIOS A INSTALACAO (MEDIÇÃO EM M² /MÊS)	4057	UN	160	40,53	6.484,80
5	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS	1619	UN	160	25,12	4.019,20

	(MEDIÇÃO EM M²)					
6	ALUGUEL SEMANAL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18 (MEDIÇÃO EM UNIDADE /SEMANA)	4057	UN	10	107,96	1.079,60
7	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	19224	M²	355	11,35	4.029,25
8	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	19224	M²	5.000	5,26	26.300,00
9	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO	19224	M²	2.700	6,48	17.496,00
10	REMOÇÃO DOS CABOS DE PARA-RAIOS SOBRE AS PLATIBANDAS (MEDIÇÃO EM M)	13722	UN	100	1,12	112,00
11	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	24023	M²	160	2,73	436,80
12	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	24023	M²	530	4,93	2.612,90
13	RECOLOCACAO DE RIPAS EM MADEIRAMENTO DE TELHADO, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	660	3,77	2.488,20
14	RECOLOCACAO DE CAIBROS EM MADEIRAMENTO DO TELHADO, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	250	11,43	2.857,50
15	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE RIPA MADEIRA DE LEI, 2,5X5CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	1.530	14,57	22.292,10
16	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X7CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	840	37,30	31.332,00
17	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X10CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	3.010	45,71	137.587,10
18	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 5X10CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	810	96,93	78.513,30
19	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 6 X 12 CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	80	133,51	10.680,80
20	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, NÃO APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 8 X 16 CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	80	227,30	18.184,00
	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PRANCHÃO DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU					

21	EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 10X20CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	50	265,25	13.262,50
22	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABA MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X25CM APLAINADA, JATOBÁ, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	30	87,22	2.616,60
23	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PEÇA ROLIÇA DE EUCALIPTO AUTO CLAVADO D=20CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	30	174,55	5.236,50
24	RECOLOCACAO DE TELHAS CERAMICAS, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO IÇAMENTO	19224	M2	280	21,55	6.034,00
25	RECOLOCACAO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO ONDULADAS, CONSIDERANDO O REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL A EXCEÇÃO DO CONJUNTO DE ARRUELAS DE VEDAÇÃO, INCLUINDO IÇAMENTO	19224	M2	200	17,20	3.440,00
26	RECOLOCACAO DE TELHA DE FIBROCIMENTO ESTRUTURAL LARGURA ÚTIL 49CM OU 90CM, CONSIDERANDO O REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL A EXCEÇÃO DO CONJUNTO DE ARRUELAS DE VEDAÇÃO, INCLUINDO IÇAMENTO	19224	M2	200	12,56	2.512,00
27	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS DE AÇO TRAPEZOIDAL, ONDULADAS TIPO METÁLICA	19224	M2	200	17,83	3.566,00
28	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	19224	M2	20	87,11	1.742,20
29	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CHAPISCO EM PAREDES TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA GROSSA)	19224	M2	40	6,50	260,00
30	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE REBOCO MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE	19224	M2	40	37,23	1.489,20
31	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE EMBOÇAMENTO (RETELHO) DE CUMEEIRA E ESPIGÕES PARA TELHA CERÂMICA CAPA E CANAL, COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:6 DE CIMENTO, CAL E AREIA (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	35	39,49	1.382,15
32	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA- CANAL, TIPO PAULISTA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	19224	M2	50	77,58	3.879,00
33	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	19224	M2	25	77,58	1.939,50
34	AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO, COM FIO DE COBRE 14AWG	19224	UN	2.700	5,61	15.147,00
35	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO) E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA	19224	M2	430	60,30	25.929,00

	DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO					
36	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO ONDULADAS (SEM AMIANTO) E = 8 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	1.330	142,53	189.564,90
37	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO MAXIPLAC OU ETERMAX 6MM, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E VEDAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	50	59,57	2.978,50
38	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS FIBROCIMENTO, REF.KALHETA OU CANALETE 49, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO, VEDAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	420	95,46	40.093,20
39	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS FIBROCIMENTO, REF.KALHETÃO OU CANALETE 90, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E VEDAÇÃO E FIXAÇÃO, VEDAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	2.050	142,50	292.125,00

40	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDICÇÃO EM M)	19224	UN	185	94,21	17.428,85
41	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA ARTICULADA PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDICÇÃO EM M)	19224	UN	10	141,78	1.417,80
42	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO MAXIPLAC, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO (MEDICÇÃO EM M)	19224	UN	5	107,34	536,70
43	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA FIBROCIMENTO REF. KALHETA OU CANALETE 49, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDICÇÃO EM M)	19224	UN	64	140,09	8.965,76
44	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ESTRUTURAL REF. KALHETÃO E CANALETE 90 E = 6 MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDICÇÃO EM M)	19224	UN	147	104,99	15.433,53
45	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO E RUFO P/ CANALETE 90 OU KALHETÃO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	19224	UN	25	121,87	3.046,75

46	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PINGADEIRA PLASTICA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 49/KALHETA OU CANALETE 90 /KALHETAO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	19224	UN	360	2,85	1.026,00
47	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXADOR DE ABAS PARA TELHA ESTRUTURAL KALHETÃO OU CANALETE 90	19224	UN	25	5,02	125,50
48	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXADOR DE ABAS PARA TELHA ESTRUTURAL KALHETA OU CANALETE 49	19224	UN	10	4,03	40,30
49	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO P/ KALHETA OU CANATELE 49, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	19224	UN	30	110,18	3.305,40
50	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE VENTILACAO PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, CANALETE 90 OU KALHETAO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	19224	UN	250	18,53	4.632,50
51	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE VENTILACAO PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, CANALETE 49 OU KALHETA INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	19224	UN	60	10,90	654,00
52	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE ESPIGÃO DE ABAS PLANAS FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	15	104,23	1.563,45
53	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO FRANCESA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	19224	M2	280	54,34	15.215,20
54	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA)	19224	UN	50	38,90	1.945,00

	PARA TELHADOS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (MEDIÇÃO EM M)					
55	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO /ALUMÍNIO E = 0,5 MM, TRAPEZOIDAL, PRÉ-PINTADA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	410	80,52	33.013,20
56	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	30	105,79	3.173,70
57	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO /ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	1.500	16,23	24.345,00
58	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO E COLOCAÇÃO DE TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, INCLUSO IÇAMENTO.	19224	M2	1.500	225,05	337.575,00
59	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHP DIURNO)	4049	UN	32	415,82	13.306,24
60	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHI DIURNO)	4049	UN	32	215,21	6.886,72
61	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESSURA 150 MICRAS -	19224	M2	250	8,58	2.145,00

	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO					
62	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 6MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	19224	M2	40	217,94	8.717,60
63	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	275	53,22	14.635,50
64	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33 (MEDIÇÃO EM M)	13722	UN	450	51,76	23.292,00
65	REINSTALAÇÃO DE CABOS DO PARA-RAIOS SOBRE A SOLEIRA COM PINGADEIRA (MEDIÇÃO EM M)	13722	UN	40	21,98	879,20
66	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDOALHA DE COBRE NU E ISOLADORES PARA PÁRA-RAIOS, SEÇÃO 35 MM² (MEDIÇÃO EM M)	13722	UN	60	98,43	5.905,80
67	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT - PARA CABO DE 35MM2	13722	UN	35	27,71	969,85
68	APLICAÇÃO DE TINTA ACRÍLICA NA COR BRANCA, REF. PLASTIMPER OU SIMILAR, NAS TELHAS DE FIBROCIMENTO, 3 DEMÃOS	13455	M2	3.560	41,56	147.953,60
69	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA DE CHAPA DE ALUMÍNIO E = 0,8 MM, L = 600 MM PARA RINCÃO/ÁGUA FURTADA (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	10	91,98	919,80
70	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 0,8 MM, LARG.30CM (MEDIÇÃO EM	19224	UN	230	112,40	25.852,00

	M)					
71	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 30 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E SUPORTE (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	85	51,64	4.389,40
72	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	70	81,16	5.681,20
73	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	24	32,61	782,64
74	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	36	3,58	128,88
75	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	120	40,68	4.881,60
76	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	36	5,63	202,68
77	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 150MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	24	83,79	2.010,96
78	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 150MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	48	9,71	466,08

79	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MENORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	50	7,99	399,50
80	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	435	12,36	5.376,60
81	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM.	17140	M2	30	423,67	12.710,10
82	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6.3 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	30	11,25	337,50
83	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	30	15,96	478,80
84	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	15	10,95	164,25
85	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	15	14,49	217,35
86	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	40	10,02	400,80

87	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	40	12,72	508,80
88	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	17140	M3	2	696,56	1.393,12
89	LANÇAMENTO DE CONCRETO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	17140	M3	2	439,89	879,78
90	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	1600	M2	4.580	2,73	12.503,40
91	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	1600	M2	630	16,52	10.407,60
92	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	1600	M2	4.600	12,08	55.568,00
93	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	1600	M2	690	64,09	44.222,10
94	IMPERMEABILIZAÇÃO A FRIO MOLDADA IN LOCO, COM IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL MONOCOMPONENTE A BASE DE ELASTÔMEROS SINTÉTICOS E BETUMES EMULSIONADOS, REF. IGOLFLEX PRETO, C/ CONSUMO MÍNIMO DE 2,5KG /M2, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER MALHA 1X1MM	1600	M2	330	76,34	25.192,20

95	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	1600	M2	3.500	167,58	586.530,00
96	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4 MM, COM UMA FACE REVESTIDA EM ESCAMAS DE ARDÓSIA, COR CINZA, APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E CAMADA DE VERNIZ A BASE DE RESINA ACRÍLICA EM DUAS DEMÃOS	1600	M2	800	182,56	146.048,00
97	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	1600	M2	630	79,02	49.782,60
98	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM (MEDIÇÃO EM M)	1600	UN	1.050	14,95	15.697,50
99	RETIRADA DE GRAMA.	1600	M2	300	6,37	1.911,00
100	ESCAVAÇÃO MANUAL DO SUBSTRATO EM TERRA ATÉ ATINGIR A GEOMANTA (MEDIÇÃO EM M³)	1600	UN	45	118,27	5.322,15
101	REMOÇÃO DE MANTA	1600	M2	350	12,08	4.228,00

102	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, ESPESSURA DE 3MM, E APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER).	1600	M2	630	124,41	78.378,30
103	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GEOCOMPOSTO PARA DRENAGEM DE CORTINAS E DE SUPERFÍCIES HORIZONTAIS, REF. MACDRAIN 2L, CONSTITUÍDO POR GEOMANTA E FILTROS GEOTEXTÊIS EM AMBAS AS FACES.	1600	M2	300	87,02	26.106,00
104	REATERRO PARA COBERTURA DO GEOCOMPOSTO (MEDIÇÃO EM M³)	1600	UN	45	35,73	1.607,85
105	FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS	1600	M2	300	15,35	4.605,00
106	TRATAMENTO DE JUNTA SERRADA, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE À BASE DE SILICONE (MEDIÇÃO EM M)	1600	UN	130	67,68	8.798,40
107	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	1600	M2	70	54,92	3.844,40
108	EXECUÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM ISOPOR, COM 10MM DE ESPESSURA (MEDIÇÃO EM M)	1600	UN	350	94,99	33.246,50
109	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA (MEDIÇÃO EM M3)	25640	UN	220	29,90	6.578,00
110	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	25640	UN	70	440,57	30.839,90

111	REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CLASSE D, EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	25640	UN	25	1.607,05	40.176,25
112	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	24023	M2	7.700	0,74	5.698,00
-	Total Lote 01 – Campus Universitário - Florianópolis	-	-	-	-	2.981.803,94
Lote 2 - Campus Araranguá						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
113	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	16675	M²	100	36,65	3.665,00
114	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDIÇÃO EM M/MÊS)	4057	UN	70	54,04	3.782,80
115	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDIÇÃO EM M)	1619	UN	70	35,17	2.461,90
116	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO	19224	M²	600	5,27	3.162,00
117	REMOÇÃO DOS CABOS DE PARA-RAIOS SOBRE AS PLATIBANDAS (MEDIÇÃO EM M)	13722	UN	300	1,13	339,00
118	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	24023	M²	600	2,73	1.638,00
119	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	24023	M²	600	4,94	2.964,00

120	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS DE AÇO TRAPEZOIDAL, ONDULADAS TIPO METÁLICA	19224	M2	300	17,85	5.355,00
121	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	19224	M2	60	87,22	5.233,20
122	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CHAPISCO EM PAREDES TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA GROSSA)	19224	M2	60	6,52	391,20
123	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE REBOCO MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE	19224	M2	60	37,27	2.236,20
124	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO /ALUMÍNIO E = 0,5 MM, TRAPEZOIDAL, PRÉ-PINTADA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	400	80,62	32.248,00
125	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO /ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	50	16,25	812,50
126	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	80	105,92	8.473,60

127	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO E COLOCAÇÃO DE TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, INCLUSO IÇAMENTO.	19224	M2	40	225,33	9.013,20
128	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESSURA 150 MICRAS - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	19224	M2	700	8,59	6.013,00
129	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	50	53,29	2.664,50
130	ESCARIFICAÇÃO DO REBOCO SOBRE A PLATIBANDA	13455	M2	8	16,54	132,32
131	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PINGADEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= 15 CM, E= 2,0 , INCLUINDO FIXAÇÃO COM ARGAMASSA (MEDIÇÃO EM M)	13455	UN	60	219,63	13.177,80
132	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 8 MM, LARG.30CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	100	112,53	11.253,00
133	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 30 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E SUPORTE (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	10	51,71	517,10
134	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	10	81,26	812,60
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR					

135	PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	15	40,74	611,10
136	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	15	12,37	185,55
137	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM.	17140	M2	6	424,21	2.545,26
138	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	4	11,56	46,24
139	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	4	17,69	70,76
140	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6.3 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	6	11,26	67,56
141	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	6	15,98	95,88
142	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	14	10,03	140,42
143	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	1490	UN	14	12,74	178,36

144	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	17140	M3	1	697,45	697,45
145	LANÇAMENTO DE CONCRETO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	17140	M3	1	440,45	440,45
146	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	1600	M2	205	2,73	559,65
147	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	1600	M2	100	16,54	1.654,00
148	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	1600	M2	80	12,09	967,20
149	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	1600	M2	100	64,18	6.418,00
150	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	1600	M2	70	167,79	11.745,30
151	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	1600	M2	70	79,11	5.537,70

152	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM.	1600	UN	30	14,96	448,80
153	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	1600	M2	130	54,99	7.148,70
154	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	25640	UN	4	441,12	1.764,48
155	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	24023	M2	250	0,74	185,00
-	Total Lote 02 – Campus Araranguá	-	-	-	-	157.853,78

Lote 3 - campus Curitiba

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
156	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	16675	M²	100	36,22	3.622,00
157	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDIÇÃO EM M/MÊS)	4057	UN	200	56,14	11.228,00
158	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDIÇÃO EM M)	1619	UN	384	33,06	12.695,04
159	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, LARGURA DE 1,20 M, ALTURA POR PEÇA DE 2,0 M, INCLUINDO SAPATAS E ITENS NECESSARIOS A INSTALACAO (MEDIÇÃO EM M² /MÊS)	4057	UN	1.652	42,10	69.549,20
160	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (MEDIÇÃO EM M²)	1619	UN	1.652	23,64	39.053,28
161	ALUGUEL SEMANAL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18 (MEDIÇÃO EM UNIDADE /SEMANA)	4057	UN	20	117,57	2.351,40
162	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM	19224	M²	350	10,71	3.748,50

	REAPROVEITAMENTO					
163	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	19224	M²	350	4,96	1.736,00
164	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	24023	M²	2.000	2,59	5.180,00
165	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	24023	M²	200	4,66	932,00
166	RECOLOCACAO DE RIPAS EM MADEIRAMENTO DE TELHADO, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	19224	UN	350	3,57	1.249,50
167	RECOLOCACAO DE CAIBROS EM MADEIRAMENTO DO TELHADO , CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	19224	UN	350	10,80	3.780,00
168	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X7CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	50	37,40	1.870,00
169	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X10CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS.	19224	UN	50	45,99	2.299,50
170	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO) E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO,	19224	M2	300	61,53	18.459,00
171	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	19224	UN	30	97,34	2.920,20
172	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO /ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	M2	500	16,18	8.090,00
173	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	19224	UN	50	109,24	5.462,00
174	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHP DIURNO)	4049	UN	24	427,63	10.263,12
175	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHI DIURNO)	4049	UN	24	219,32	5.263,68
	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESSURA 150 MICRAS -					

176	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	19224	M2	400	8,36	3.344,00
177	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 10MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIS DE FIXAÇÃO	19224	M2	80	274,27	21.941,60
178	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 6MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	19224	M2	80	212,13	16.970,40
179	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	300	51,63	15.489,00
180	REINSTALAÇÃO DE CABOS DO PARA-RAIOS SOBRE A SOLEIRA COM PINGADEIRA (MEDIDAÇÃO EM M)	13722	UN	130	20,66	2.685,80
181	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDOALHA DE COBRE NU E ISOLADORES PARA PÁRA-RAIOS, SEÇÃO 35 MM² (MEDIDAÇÃO EM M)	13722	UN	130	98,25	12.772,50
182	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT - PARA CABO DE 35MM2	13722	UN	30	27,15	814,50
183	APLICAÇÃO DE TINTA ACRÍLICA NA COR BRANCA, REF. PLASTIMPER OU SIMILAR, NAS TELHAS DE FIBROCIMENTO, 3 DEMÃOS	13455	M2	300	40,75	12.225,00
184	LIMPEZA PERIÓDICA DAS CALHAS DAS COBERTURAS (REMOÇÃO DE FOLHAS E DESOBSTRUÇÃO DAS DESCIDAS DAS CALHAS)	19224	M2	350	5,66	1.981,00
185	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA DE CHAPA DE ALUMÍNIO E = 0,8 MM, L = 600 MM PARA RINCÃO/ÁGUA FURTADA (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	40	93,27	3.730,80
186	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 8 MM, LARG.30CM (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	234	113,81	26.631,54
187	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	225	82,04	18.459,00
188	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	45	33,51	1.507,95
189	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	60	41,71	2.502,60
190	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIDAÇÃO EM M)	19224	UN	100	11,89	1.189,00
191	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	1600	M2	813	2,59	2.105,67
192	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	1600	M2	300	15,59	4.677,00
193	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	1600	M2	813	11,40	9.268,20

194	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	1600	M2	300	63,88	19.164,00
195	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	1600	M2	813	167,35	136.055,55
196	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	1600	M2	40	77,43	3.097,20
197	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM (MEDIDAÇÃO EM M)	1600	UN	100	14,44	1.444,00
198	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	1600	M2	619	54,07	33.469,33
199	EXECUÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM ISOPOR, COM 10MM DE ESPESSURA (MEDIDAÇÃO EM M)	1600	UN	300	92,30	27.690,00
200	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA (MEDIDAÇÃO EM M3)	25640	UN	30	28,29	848,70
201	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	25640	UN	4	457,21	1.828,84
202	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	24023	M2	1.200	0,70	840,00
-	Total Lote 03 – Campus Curitiba	-	-	-	-	592.485,60

1.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 3.732.143,32 (três milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e três reais e trinta e dois centavos).**

1.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.024/2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

1.4.1. Os serviços objeto desta contratação, tem a natureza de serviços comuns de engenharia, sem dedicação de mão de obra exclusiva, nos termos da alínea "a" do inciso XXI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em seu ato convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.5. O objeto desta licitação é caracterizado como **serviço não contínuo**, pois visa suprir necessidades esporádica e específica da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, módulos, fases, etapas independentes, prestado de maneira eventual, temporário e imprevisível ao longo do tempo.

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período.

1.7. Agrupamento de Itens:

1.7.1. () – Não, os itens serão licitados individualmente, sem agrupamento;

(x) – Sim, os itens serão licitados em lote, conforme detalhamento que segue:

Justificativa para o agrupamento em Lotes:	<p>Os itens foram agrupados em lotes únicos, por Campi, possibilitando uma maior gestão, bem como visando garantir o fornecimento de subsídios básicos claros e coerentes para que a Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas, garantindo vantajosidade à Administração, uma vez que, os itens agrupados guardam compatibilidade entre si. Ainda, a agregação por lote visa elidir o risco de incompatibilidade entre os serviços ofertados, cabendo a um único fornecedor oferecer uma solução funcional para cada item do mesmo lote.</p> <p>No caso de serviços de engenharia, também existe o risco relacionado à responsabilidade técnica de cada uma das parcelas a serem contratadas, bem como à necessidade de que cada etapa realizada tenha funcionalidade autônoma.</p> <p>A contratação dos itens agrupados em lotes únicos, por Campi, possibilita a prestação de serviço por apenas uma única empresa, de modo a garantir a uniformidade e o gerenciamento dos serviços prestados.</p>
--	--

1.7.1.1. Quadro de definição dos lotes/grupos/itens individualizados:

Itens	Total do lote estimado
Lote 1: itens 1 a 112	R\$ 2.981.803,94
Lote 2: itens 113 a 155	R\$ 157.853,78
Lote 3: itens 156 a 202	R\$ 592.485,60
Total	R\$ 3.732.143,32

1.8. Participações - Detalhamento a partir do Estudo Técnico Preliminar e do planejamento da contratação:

1.8.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em **Consórcio**:

() – SIM;

(x) – NÃO

Justificativa para vedação da participação de empresas reunidas em consórcios	Com relação à participação de consórcios, entende-se que os serviços a serem contratados não exigem empresas de diferentes segmentos/capacidades reunidas para atuarem na execução dos serviços. Os sistemas produzidos como consequência dos serviços a serem contratados são resultado de equipes, técnicas e procedimentos complementares e integrados, não havendo benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.
---	--

1.8.1.1. Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em consórcio deverão ser observadas as regras estabelecidas no artigo 15 da Lei 14.133/2021.

1.8.2. Será permitida a participação de **Cooperativas**:

(x) – SIM;

() – NÃO

1.8.2.1. Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em cooperativa deverá ser observada as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei 14.133/2021.

1.9. Da divulgação da IRP:

1.9.1 Haverá divulgação da intenção de registro de preços (IRP) para o presente processo licitatório, nos termos do que faculta o § 1º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação e Descrição Necessidade

2.1. Esta contratação fundamenta-se na necessidade de atender à conservação do patrimônio público, melhoria da ambiência e promoção do bem-estar dos usuários dos edifícios da Universidade Federal de Santa Catarina. As edificações dos campi apresentam uma variedade de tipos de cobertura e sistemas de impermeabilização, parte destes sistemas se encontram em avançado estado de deterioração, devido à ação do tempo e ao uso contínuo. Essa condição exige intervenções permanentes para a troca e reposição de componentes dos telhados. Os serviços objeto desta licitação são intrínsecos à manutenção predial e complementam outras atividades de conservação. Cabe destacar que uma parte significativa dessas intervenções, em especial as de caráter corretivo, decorre de demandas imprevistas que, com frequência, requerem soluções imediatas para evitar prejuízos às atividades fins da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Diante do exposto, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada para a execução de serviços de manutenção nas estruturas de madeira, coberturas e sistemas de impermeabilização dos prédios da UFSC, localizados na Grande Florianópolis, Araranguá e Curitibanos. O contrato incluirá o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e mão de obra qualificada necessários para a plena execução do objeto.

2.1.1. Os quantitativos estimados para o campus Araranguá foram calculados com base em levantamentos realizados pela Coordenadoria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Manutenção, de modo a contemplar a manutenção das edificações CTS-01 e CTS-02 da Unidade Mato Alto, de propriedade da UFSC, as quais carecem de serviços desta natureza desde a sua construção. Diversos são os pontos com infiltrações e que necessitam de manutenção corretiva, tendo em vista a depreciação temporal gerada pela falta de manutenção e pelo uso constante das instalações.

2.1.2. Os quantitativos estimados para o campus Curitibanos foi realizado considerando que desde a abertura do Campus em 2009, até o presente momento, não houve manutenção na cobertura dos prédios, havendo vários pontos de infiltrações, sendo a pior situação nas juntas dilatações da estrutura pré-fabricada (Ressecadas) nas torres do prédio denominado CBS 01, fachadas leste e oeste, que contribuem na maior parte das infiltrações as quais serão somente alcançadas mediante uso de andaimes ou plataformas elevatórias em vista da altura de edificação (Em torno de 15 metros).

2.1.3. Os quantitativos estimados para o campus Florianópolis foram calculados a partir de levantamentos das necessidades do campus além do histórico de execução dos últimos pregões de impermeabilização.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. Número da Contratação: 153163/000193/2026

2.2.2. ID PCA no PNCP: 83899526000182-0-000001/2026

2.2.3. Data de publicação no PNCP: 29/04/2024

2.2.4. Id do item no PCA: 7368

2.2.5. Classe/Grupo: 545-TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

2.2.6. Identificador da Futura Contratação: 153163-193/2026

2.3. Da subcontratação:

2.3.1. () Vedada – Não será permitida a subcontratação nesta contratação;

(x) Permitida – Será admitida a subcontratação parcial do objeto conforme parâmetros detalhados abaixo:

2.3.1.1. A subcontratação é permitida e limitada a:

a) Lote 01 - Campus Florianópolis Itens "2", "4", "6", "110" e "111": 3,0159% do valor do lote 01

b) Lote 02 - Campus Araranguá Itens "114" e "154": 3,5142% do valor do lote 02

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

3. Descrição da Solução como um todo

3.1. Após levantamento de mercado, optou-se pela contratação da solução de Contratação sob demanda dos serviços com fornecimento de material pela empresa contratada em decorrência dos seguintes aspectos:

a) Aspectos técnicos:

a.1) Maior agilidade da aquisição dos materiais pois os mesmos já estão registrados na Ata de Registro de Preços;

a.2) Modelo que melhor atende à imprevisibilidade e variabilidade das demandas de impermeabilização e manutenção de coberturas, conforme orientações do TCU para o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) em objetos padronizados e com execução parcelada;

b) Aspectos econômicos:

b.1) Maior economicidade da contratação por demanda com relação às outras opções de contratação;

b.2) Reduz custos com armazenagem e de canteiro de obras.

3.2. Vistoria Técnica:

3.2.1. Caso o licitante tenha o interesse em obter maiores detalhes a respeito das peculiaridades do local onde será executado o serviço, destaca-se que conforme segue, será concebida a realização de **visita técnica facultativa**.

3.2.2. A visita técnica ao local onde será executado o objeto da contratação é de natureza facultada aos interessados na disputa do certame licitatório; todavia, para aqueles que desejarem fazê-la, caberá atender às seguintes regras:

3.2.2.1. Mediante agendamento prévio **exclusivamente pelo e-mail**: adm.dmpi@contato.ufsc.br

3.2.2.2. Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do setor responsável.

3.2.2.3. A vistoria técnica será acompanhada por um dos servidores definidos abaixo:

Tiago Zavacki de Moraes, Diretor DMPI, e-mail: tiago.morais@ufsc.br, telefone: (47) 3721-4605

Jose Fabris, Coordenador de Manutenção Predial, e-mail: j.fabris@ufsc.br, telefone: (47) 3721-3846

3.2.2.4. Local onde ocorrerá a prestação dos serviços:

Os serviços serão prestados nos campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme endereços abaixo. O local de prestação dos serviços poderá sofrer alterações conforme necessidade da administração, respeitados os municípios de cada lote, sem qualquer ônus ao contratante.

3.2.2.4.1 Campus Araranguá:

a) Rodovia Governador Jorge Lacerda, nº 3201 - Km 35,4, Jardim das Avenidas, CEP: 88906-072, Araranguá /SC.

b) Mato Alto - Rua Pedro João Pereira, 150, Mato Alto, CEP 88900-000, Araranguá/SC.

3.2.2.4.2. Campus Curitibanos:

a) Área SEDE (CBS01 e CBS02): Rod. Ulysses Gaboardi, 3000 Km 3, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.

b) Área Experimental Agropecuária: Rod. Ulysses Gaboardi, Km 6,5, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.

c) Área Experimental Florestal: BR 470, Km 265, CEP: 89520-000, Curitibanos/SC.

d) CEDUP: Rua Advogado Sebastião Calomeno, 400, São Francisco, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.

3.2.2.4.3. Campus Florianópolis:

- a) Campus Universitário: Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900.
- b) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-000.
- c) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Servidão Caminho do Porto, S/N - fundos, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-257.
- d) LAPAD: Rodovia Francisco Thomaz Dos Santos, 3532, Armação do Pântano Do Sul, Florianópolis/SC, CEP 88066-260.
- e) Laboratórios na Barra da Lagoa: Serv. Beco dos Coroas, 503 - Barra da Lagoa, Florianópolis/SC, CEP 88061- 600.
- f) LMM em Sambaqui: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2932 - Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88051-000.
- g) Fazenda Experimental da Ressacada: Rua José Olímpio da Silva 1326 - Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049- 500.
- h) TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757, Centro, CEP 88015-310 e Av. do Antão, 1884, Altos do Morro da Cruz, CEP 88025-150, ambos Florianópolis/SC.
- i) Fortaleza de Santa Cruz: localizada na Ilha de Anhatomirim, Governador Celso Ramos/SC.
- j) Fortaleza de São José da Ponta Grossa: Rua José Cardoso de Oliveira, Praia do Forte, Jurerê Internacional, Florianópolis/SC.
- k) Fortaleza de Santo Antônio de Ratores: Ilha de Ratores Grande, na Baía Norte, Florianópolis/SC.
- l) Cidade das Abelhas: Rodovia Virgílio Várzea, s/n, Saco Grande, Florianópolis/SC.
- m) Unidade de Conservação Ambiental do Desterro - UCAD: Rodovia SC-401, Km 06 (Altura do Viaduto de Cacupé), Florianópolis /SC, CEP 88032-005.
- n) Unidade Sul da Ilha: Rua José Olímpio da Silva 1069, Bairro Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049-500.

3.2.2.5. As visitas técnicas serão realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 14:00 às 18:00 horas, e serão acompanhadas por um servidor da UFSC, que assinará a declaração de visita técnica, conforme modelo do anexo ao Ato Convocatório.

3.2.2.6. O prazo para a realização da visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame (abertura da sessão pública).

3.2.3. Ainda que opte por não realizar a visita, deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, não podendo utilizar da opção pela não visita para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante, conforme modelo do anexo ao Ato Convocatório.

3.3 ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.3.1 O Escopo dos Serviços encontra-se detalhado no apêndice VI deste TR.

4. Modelo de Execução do Objeto

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. A execução dos serviços seguirá os seguintes métodos, rotinas e procedimentos:

- a) Deverão ser vistoriados os locais de execução dos serviços pela Contratada (representado pelo preposto), Contratante (representada pelo fiscal do contrato) e um representante do local da intervenção;
- b) Deverão ser definidos, entre Contratada, Contratante e representante do local da intervenção os serviços, prazo e condições de exequibilidade da intervenção demandada.
- c) Nos casos de determinação do intervalo de tempo de execução, deverão ser levadas em consideração as atividades acadêmicas e administrativas no local, assim como as necessidades de deslocamento de mobiliário, ocorrência barulho e poeira durante a execução das atividades, entre outros.
- d) Será emitida Ordem de Serviço (Apêndice I) com data início e prazo de execução conforme acordado entre Contratada e Contratante.
- e) Após a conclusão dos serviços, caso aceitas pela fiscalização, serão avaliados através do Instrumento de Medição de Resultados (Apêndice II) a cada medição.
- f) A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação dentro de cinco dias úteis contados a partir do recebimento do IMR e conforme consta no item 7.1.9.

g) A medição será enviada para a Contratante, pela fiscalização, devendo a mesma analisar e assinar a planilha de medição e apresentar documentação que possibilite o pagamento, conforme determinações e procedimentos do DCF /SEPLAN.

h) A necessidade de eventual prorrogação do prazo de execução de Ordem de Serviço, acordado conforme item "4.1.1.d", deve ser devidamente justificada à Fiscalização, que deve decidir pela concordância ou não, podendo resultar em aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

i) O escopo dos serviços a serem realizados estão melhor detalhados no Apêndice VI deste TR.

4.1.2. A execução dos serviços seguirá o *cronograma de trabalho que será definido posteriormente em conjunto com a contratada*.

4.1.3. Início da execução dos serviços: 5 dias (úteis) da emissão da ordem de serviço;

4.1.4. Local da prestação dos serviços:

4.1.4.1. Campus Araranguá:

- a) Rodovia Governador Jorge Lacerda, nº 3201 - Km 35,4, Jardim das Avenidas, CEP: 88906-072, Araranguá /SC.
- b) Mato Alto - Rua Pedro João Pereira, 150, Mato Alto, CEP 88900-000, Araranguá/SC.

4.1.4.2. Campus Curitiba:

- a) Área SEDE (CBS01 e CBS02): Rod. Ulysses Gaboardi, 3000 Km 3, CEP 89520-000, Curitiba/SC.
- b) Área Experimental Agropecuária: Rod. Ulysses Gaboardi, Km 6,5, CEP 89520-000, Curitiba/SC.
- c) Área Experimental Florestal: BR 470, Km 265, CEP: 89520-000, Curitiba/SC.
- d) CEDUP: Rua Advogado Sebastião Calomeno, 400, São Francisco, CEP 89520-000, Curitiba/SC.

4.2.2.3. Campus Florianópolis:

- a) Campus Universitário: Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900.
- b) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-000.
- c) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Servidão Caminho do Porto, S/N - fundos, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-257.
- d) LAPAD: Rodovia Francisco Thomaz Dos Santos, 3532, Armação do Pântano Do Sul, Florianópolis/SC, CEP 88066-260.
- e) Laboratórios na Barra da Lagoa: Serv. Beco dos Coroas, 503 - Barra da Lagoa, Florianópolis/SC, CEP 88061- 600.
- f) LMM em Sambaqui: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2932 - Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88051-000.
- g) Fazenda Experimental da Ressacada: Rua José Olímpio da Silva 1326 - Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049- 500.
- h) TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757, Centro, CEP 88015-310 e Av. do Antão, 1884, Altos do Morro da Cruz, CEP 88025-150, ambos Florianópolis/SC.
- i) Fortaleza de Santa Cruz: localizada na Ilha de Anhatomirim, Governador Celso Ramos/SC.
- j) Fortaleza de São José da Ponta Grossa: Rua José Cardoso de Oliveira, Praia do Forte, Jurerê Internacional, Florianópolis/SC.
- k) Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas: Ilha de Ratonas Grande, na Baía Norte, Florianópolis/SC.
- l) Cidade das Abelhas: Rodovia Virgílio Várzea, s/n, Saco Grande, Florianópolis/SC.
- m) Unidade de Conservação Ambiental do Desterro - UCAD: Rodovia SC-401, Km 06 (Altura do Viaduto de Cacupé), Florianópolis /SC, CEP 88032-005.
- n) Unidade Sul da Ilha: Rua José Olímpio da Silva 1069, Bairro Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049-500.

4.1.4.1. O local de prestação dos serviços poderá sofrer alterações conforme necessidade da administração, respeitados os municípios de cada lote, sem qualquer ônus à contratante.

4.1.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios com a qualidade e em quantidade adequadas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.1.5.1. A contratada deverá fornecer as ferramentas, materiais e utensílios conforme demanda de trabalho, cabendo a contratada dimensionar a quantidade de ferramentas em função do número de equipes necessárias para a execução dos serviços.

4.1.5.2. Todos os materiais a serem empregados nos serviços devem ser novos observando as recomendações do fabricante e normas técnicas vigentes, além de aprovados pela Fiscalização do Contrato.

4.1.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, aos seus colaboradores, os equipamentos de proteção individual e coletivo que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

4.2. A Contratada deverá manter preposto sempre que necessário, nos locais de prestação de serviço, aceito pela Contratante, para representar a Contratada na execução do contrato.

4.2.1. A Contratada deverá apresentar o **Termo de nomeação de preposto (Apêndice III)**, ao fiscal do contrato, em até 24 horas antes do início da prestação dos serviços.

4.3. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.4. Das Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

4.4.1. A licitante deverá atentar para as seguintes informações relevantes e indispensáveis para o correto dimensionamento da proposta:

4.4.1.1. A disponibilização de equipe técnica para execução dos serviços deve ser de responsabilidade da Contratada, assim como o seu dimensionamento.

4.4.1.2. O dimensionamento da equipe técnica deve garantir o perfeito atendimento às exigências no presente Termo de Referência e as especificações contidas no apêndice VI (Escopo dos serviços), tanto em suas características técnicas, quanto aos quantitativos apresentados.

4.4.1.3. Devem ficar a cargo da Contratada todos os custos relativos à hospedagem e ao deslocamento dos seus técnicos, assim como o acondicionamento, embalagem, transporte e demais procedimentos relacionados ao fornecimento de dispositivos, peças e materiais.

4.4.1.4. Contratada deve se responsabilizar pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer materiais usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços.

4.4.1.5. A Contratada deve dispor de veículo adequado, de modo que promova agilidade no atendimento.

4.4.1.6. Todas as despesas relacionadas ao transporte dos equipamentos, desinstalações e reinstalações, mão de obra empregada, ensaios, verificações e testes, estão incluídas no valor designado para as atividades de manutenção.

4.4.1.7. Todos os materiais a serem empregados nos serviços devem ser novos, observando as recomendações do fabricante e normas técnicas vigentes, além de aprovados pela Fiscalização do Contrato.

4.4.1.8. Os materiais reconicionados ou reaproveitados serão medidos com item que caracterize o reaproveitamento do material e devem ser aprovados pela Fiscalização do Contrato.

4.4.1.9. A Contratada deve se responsabilizar pelo apropriado descarte/destinação de quaisquer materiais usados e substituídos, além dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços. No entanto, a critério da Contratante, pode ser solicitada a devolução/entrega dos dispositivos, peças e materiais substituídos/descartados após a conclusão dos serviços.

4.4.1.10. A Contratada deve apresentar Comprovação de Destinação Final de Resíduos, de acordo com a legislação ambiental vigente, caso solicitada.

4.4.1.11. Todos os custos e despesas com hospedagem, alimentação ou deslocamento para a coleta e devolução/reposição dos equipamentos, assim como, a execução de serviços nos locais das prestações dos serviços, serão às custas da Contratada, sem ônus para a Contratante.

4.4.2. A demanda do órgão tem como base os seguintes dados históricos de consumo:

4.4.2.1. Atualmente, o serviço objeto desta contratação não possui contrato vigente.

4.4.2.2. Os dados históricos e as estimativas de consumo não criam obrigação ao órgão, servindo apenas de subsídio para o licitante dimensionar sua proposta.

4.4.3. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável ao objeto contratado e, sempre considerando a relevância de manter-se a continuidade dos serviços, sem prejuízos a contratante.

5. Critérios de Medição do Pagamento

5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Apêndice II deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.2. Será indicada a retenção ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.1. Não produziu os resultados acordados,

5.2.2. Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base na Meta a Cumprir, Instrumento de Medição, Forma de Acompanhamento e Periodicidade de cada indicador estabelecido.

5.4. Serão 2 (dois) indicadores distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo Mecanismo de Cálculo e respectivas Faixas de Ajuste no Pagamento, **que serão somados**, formando a glosa total que será aplicada no pagamento do período:

INDICADOR MECANISMO DE CÁLCULO		FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	
1	X= (Nº de Ordens de Serviço executadas e/ou justificadas, com formalização aceita pela fiscalização) / (Total de Ordens de Serviço programadas para o período)	X = 1 → 0% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
		0,75 ≤ X < 1 → 2% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
		0,50 ≤ X < 0,75 → 4% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
2	Y= (Número de comunicações respondidas no período*) / (total de comunicações estabelecidas no período)	X < 0,50 → 6% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição.	
		Y = 1 → 0% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
		0,75 ≤ Y < 1 → 1% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
	*prazo de resposta de 24 horas a partir do aviso automático de entrega do e-mail, com prazo passível de reavaliação pela fiscalização caso solicitado e justificado pela contratada.	0,50 ≤ Y < 0,75 → 2% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;	
		Y < 0,50 → 3% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição.	

5.4.1. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa ultrapassar o limite da última faixa de ajuste no pagamento de qualquer indicador (es), ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas no ato convocatório.

5.4.2. O redimensionamento do pagamento respeitará o **limite máximo de 10%**.

5.4.3. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa atingir os descontos máximos em um ou mais indicadores, ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas no Edital e seus anexos.

- 5.4.4. O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.
- 5.4.5. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.
- 5.4.6. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:
- 5.4.6.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em qualquer indicador, por mais de 3 (três) vezes durante a vigência deste contrato ou a cada prorrogação, se houver;
- 5.4.6.2. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em um mesmo indicador, por 3 (três) vezes consecutivas.
- 5.5. O detalhamento quanto ao regramento para o processamento do pagamento devido à contratada apresenta-se definido na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

6. Critérios de Seleção do Fornecedor

6.1. Requisitos para o julgamento da proposta comercial:

- 6.1.1. O critério de julgamento das propostas será: **maior desconto linear sobre a planilha do orçamento referência** com agrupamento em lote.
- 6.1.2. Critérios de preferência para as ME/EPP: Consoante o disposto na Orientação Normativa nº 47, de 25 de abril de 2014 (editada pela Portaria AGU nº 124), deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte “em relação aos itens ou lotes /grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 10 do Decreto nº 8538, de 2015”. Os demais itens destinam-se à ampla concorrência, conforme consta do quadro a seguir:

	Exclusivo MEs/EPPs	Ampla Concorrência
ITENS	Nenhum	Lote 1 - Itens 1 a 112
		Lote 2 - Itens 113 a 155
		Lote 3 - Itens 156 a 202

6.2. Regime de Execução

- 6.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

6.3. Requisitos para o julgamento da habilitação:

6.3.1. Habilitação Jurídica

- 6.3.1.1. Os requisitos de habilitação jurídica constam no Edital de Licitação.

6.3.2. Habilitação fiscal, social, trabalhista

- 6.3.2.1. Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista constam no Edital de Licitação.

6.3.3. Habilitação econômico-financeira

- 6.3.3.1. Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam no Edital de Licitação.

6.3.4. Qualificação Técnica

6.3.4.1.Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da qualificação técnica dar-se-á por meio de:

a.1) Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de manutenção de coberturas e impermeabilização de edificações, de forma adequada, comprovando os seguintes quantitativos:

a.1.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Lote 1		
Itens	Quantidade Prevista no Lote	Quantidade de Comprovação Mínima de Atestados (20% do lote)
Execução ou reforma ou manutenção de coberturas	8.045	1.609
Execução ou reforma ou manutenção de impermeabilização	5.330	1.066

Lote 2		
Itens	Quantidade Prevista no Lote	Quantidade de Comprovação Mínima de Atestados (50% do lote)
Execução ou reforma ou manutenção de coberturas	490	245
Execução ou reforma ou manutenção de impermeabilização	200	100

Lote 3		
Itens	Quantidade Prevista no Lote	Quantidade de Comprovação Mínima de Atestados (40% do lote)
Execução ou reforma ou manutenção de coberturas	960	384
Execução ou reforma ou manutenção de impermeabilização	1432	572,8

a.2) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.

a.5) Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pela própria licitante.

6.3.4.1.1. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento a.1) da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil

6.3.4.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.3.5. Qualificação Técnico-Profissional

(x) Declaração de que possuirá, na assinatura do contrato, profissional Engenheiro ou Arquiteto com inscrição no conselho respectivo, responsável técnico pela execução dos serviços com vínculo com a licitante, respeitando o que segue:

a) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT);

b) No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe;

c) No caso de empresário individual titular do estabelecimento ou titular de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, apresentar credenciamento no Conselho Profissional competente autorizando o exercício da profissão.

d) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.

6.4. Aceitação das Propostas Comerciais:

6.4.1. A empresa licitante com proposta vencedora, considerada assim após a fase de aceitação, deverá apresentar a planilha com a identificação do custo individual dos itens e o total geral para a execução dos serviços, adequados ao preço do último lance ofertado. Formulado em moeda nacional, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, conforme modelo constante no Apêndice IV.

6.4.2. A empresa deverá apresentar composição do BDI utilizado para obtenção dos preços ofertados dos itens, conforme modelo constante no Apêndice V.

6.4.3. As propostas comerciais deverão ser remetidas exclusivamente por meio eletrônico, após o encerramento da etapa competitiva no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

7. Dos Requisitos de Sustentabilidade

7.1. Em atendimento à Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, Art. 6º, e ao Guia Nacional de Contratação Sustentáveis da CGU de setembro de 2019 e suas atualizações, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

Responsabilidades gerais e comunicação

7.1.1. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.1.2. Informar à Contratante sobre a existência de vazamentos de água, esgoto ou defeito na iluminação e descarte incorreto de lixo sempre que forem constatados no local de execução dos serviços;

7.1.3. Informar à contratante sobre pontos de água parada que podem ser criadouros do mosquito Aedes aegypti, extinguindo-os sempre que possível.

7.1.4. Repassar aos seus funcionários as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, programas de sustentabilidade e campanhas educativas, sendo dever dos funcionários da Contratada segui-los, quando dentro da Instituição.

7.1.5. Disponibilizar seus prepostos para participarem de treinamentos realizadas pela Contratante para fins de orientações relacionadas a boas práticas ambientais.

7.1.6. Instruir seus funcionários sobre a correta utilização dos equipamentos de combate a incêndio disponíveis no local da prestação dos serviços, considerando as medidas de prevenção de incêndios dispostas na Legislação Estadual e a Norma Regulamentadora MT nº 23, de 8 de junho de 1978.

Uso racional de recursos

7.1.7. Instruir seus funcionários a fazer o uso racional de energia elétrica e de água na realização dos seus serviços por meio da adoção de medidas para evitar o desperdício e dar preferência a equipamentos que promovam a redução do consumo.

7.1.8. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

7.1.9. Instruir os funcionários a utilizar os seus próprios recipientes para ingestão de líquidos, e reutilizá-los, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis na prestação de serviços nas dependências da Contratante.

7.1.10. Instruir os funcionários da Contratada a respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

7.1.11. Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de lixo;

7.1.12. Dar prioridade ao uso de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;

7.1.13. É desejável que a Contratada tenha a certificação ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais;

7.1.14. Comprometer-se a executar o objeto deste contrato em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que couber.

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

7.1.15. A Contratada deverá observar rigorosamente as Áreas de Preservação Permanente (APPs), os córregos e as áreas verdes da Universidade, em conformidade com a legislação pertinente, especialmente a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Para tanto, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

7.1.15.1. Não é permitido depositar resíduos ou materiais em Áreas de Preservação Permanente (APPs), conforme disposto na legislação mencionada.

7.1.15.2. É terminantemente proibido qualquer descarte de resíduos ou efluentes que possam contaminar ou prejudicar a qualidade da água nos córregos adjacentes.

7.1.15.3. O tráfego desnecessário dos equipamentos fora das vias estabelecidas ou dos estacionamentos regulares está proibido, a fim de evitar danos à vegetação e interferências na drenagem natural do ambiente.

7.1.15.4. A instalação de canteiros de obras em áreas de APP constitui crime ambiental e, portanto, está terminantemente proibida.

Resíduos e limpeza

7.1.16. Responsabilizar-se integralmente pela separação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.1.17. Responsabilizar-se integralmente pela separação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.1.17.1. Os resíduos comuns (rejeito e reciclável) gerados no dia a dia dos funcionários da Contratada (ex: de banheiro, copa e cozinha) poderão ser destinados para o Sistema de Gestão de Resíduos implantados na UFSC conforme orientações desta. Já os resíduos comuns gerados em decorrência da realização do serviço contratado são de responsabilidade da Contratada, que deverá dar a destinação ambientalmente adequada conforme orientações da UFSC.

7.1.17.2. Caso sejam gerados resíduos perigosos, deverão ser destinados de acordo com a RDC ANVISA 306 (Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde), CONAMA 358/2005 (Tratamento e disposição final dos Resíduos de Saúde) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como demais normativas vigentes sobre o assunto. A destinação final ambientalmente adequada destes deverá ser comprovada à Contratante.

7.1.17.3. Caso sejam gerados resíduos passíveis de Logística Reversa (lâmpadas, óleos, pilhas, baterias, eletroeletrônicos, embalagem de agrotóxicos, entre outros) que possuírem Acordo Setorial, deverá responsabilizar-se em cumprir o disposto na Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010. Incluem-se, igualmente, as embalagens de tintas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e demais produtos químicos utilizados na obra, devendo a Contratada adotar todas as providências para sua coleta, armazenamento, devolução e destinação final ambientalmente adequada, conforme as normas aplicáveis de logística reversa.

7.1.17.4. Caso sejam gerados resíduos volumosos ou resíduos de construção civil, deverá disponibilizar uma caçamba para que esses resíduos sejam armazenados até o seu recolhimento e destinados de forma ambientalmente adequada.

a) Quando houver necessidade de colocação de caçamba é necessário acordar previamente com a Contratante o melhor local para colocá-la, de forma que não atrapalhe a passagem das pessoas e veículos e não fique em Área de Preservação Permanente.

§ 1º Se houver necessidade de recipientes (sacos, lixeiras, caçambas, caixas) para a coleta dos resíduos gerados pela Contratada, estes são de responsabilidade de aquisição e manutenção da Contratada.

§ 2º Em hipótese alguma qualquer tipo de resíduo gerado nas atividades contratadas poderá ser colocado nos contentores ou caçambas de propriedade da UFSC.

§ 3º A UFSC poderá solicitar a qualquer tempo o Manifesto de Transporte de Resíduos ou certificado de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na prestação do serviço.

§ 4º Todas as empresas contratadas para transporte e destinação dos resíduos deverão ser licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, caso a lei assim exija.

§ 5º Em hipótese alguma qualquer tipo de resíduo poderá ser colocado em áreas externas ou internas da UFSC sem a autorização expressa desta.

§ 6º A UFSC não tem participação solidária no gerenciamento dos resíduos sólidos, estes estão totalmente a cargo e responsabilidade da Contratada, inclusive as consequências ou multas dos órgãos ambientais advindas do mau gerenciamento.

§ 7º Caso a destinação dos resíduos não seja realizada de forma adequada, a Contratada estará sujeita às sanções previstas neste edital.

§ 8º A Contratada deverá arcar com os custos dos serviços de coleta e destinação de resíduos sob sua responsabilidade, não disponibilizados pela instituição.

§ 9º Parte superior do formulário A UFSC opte em ficar com algum resíduo essa comunicação será realizada a Contratante e assim deve ser feito.

§10º Os serviços de alocação e recolhimento das caixas estacionárias deverão ser realizados com zelo ao patrimônio da Universidade, às pessoas que circulam nos campi, às árvores existentes no local, áreas de preservação permanente e demais elementos naturais, bem como aos veículos e outros objetos que possam estar na região de prestação dos serviços.

7.1.18. É proibida a queima de restos de madeira, manta asfáltica, material betuminoso, embalagens químicas ou quaisquer resíduos decorrentes da obra, devendo tais materiais ter destinação ambientalmente adequada.

7.1.19. A Contratada deverá realizar a limpeza do local dos serviços, deixando-o limpo sempre que for finalizada qualquer etapa do serviço.

7.1.20. Caso sejam gerados resíduos orgânicos como maravalha, serragem ou aparas de madeira bruta, a Contratada deverá disponibilizá-los para a UFSC quando houver demanda da área responsável por compostagem. Essa disponibilização ocorrerá somente quando formalmente solicitada pela Fiscalização.

Madeira certificada

7.1.23. Sempre que houver necessidade de fornecimento, substituição ou reposição de peças de madeira, a Contratada deverá, sempre que possível, utilizar madeira proveniente de manejo florestal sustentável, devidamente certificada por organismos reconhecidos, tais como o selo FSC, CERFLOR, equivalente ou que de alguma forma possa provar a procedência correta das madeiras utilizadas.

Ruídos

7.1.24. A Contratada deverá planejar e executar os serviços ruidosos que possam comprometer o normal funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, devendo realizá-los, preferencialmente, em dias e/ou horários em que não houver expediente, mediante anuência prévia da Fiscalização do Contrato.

EPIs, NRs e ergonomia

7.1.25. A Contratada deverá garantir o fornecimento e o uso de EPIs adequados aos riscos específicos da atividade, incluindo proteção respiratória para produtos químicos, luvas resistentes a solventes e equipamentos de proteção contra quedas para trabalho em altura, conforme a NR-6. Todos os trabalhadores que executarem serviços em altura deverão possuir capacitação específica e certificação conforme a NR-35, devendo a Contratada manter a comprovação desses treinamentos à disposição da Fiscalização.

7.1.26. A Contratada deve cumprir a NR-17, visando assegurar conforto, saúde e desempenho adequado nas atividades realizadas.

Andaimes

7.1.27. Quando necessário o uso de andaimes, estes devem obedecer às normas:

- a) NR-18 e NR 6494 (segurança e especificações técnicas);
- b) montagem e desmontagem somente por profissionais capacitados;
- c) apresentação de ART referente ao fornecimento, quando solicitada.

Equipe e acidentes

7.1.28. A Contratada deverá assegurar que os trabalhadores destacados para execução do objeto possuam capacitação e treinamento compatíveis com as atividades a serem realizadas, incluindo conhecimentos práticos sobre técnicas de carpintaria, manuseio seguro de ferramentas e procedimentos de prevenção de acidentes.

7.1.29. A Contratada deve responsabilizar-se por qualquer acidente ambiental decorrente de sua omissão todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com esses, ainda que verificados nas dependências da Contratante.

8. Das Obrigações da Contratada

8.1. O detalhamento quanto às obrigações da contratada apresentam-se definidos na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

9. Das Obrigações da Contratante

9.1. O detalhamento quanto às obrigações da contratante apresentam-se definidos na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

10. Apêndices deste Termo de Referência

- Apêndice I - Modelo de Ordem de Serviço
- Apêndice II - Formulário de Avaliação IMR
- Apêndice III – Termo de Nomeação de Preposto
- Apêndice IV – Modelo Planilha Orçamentária
- Apêndice V – Composição do BDI utilizado pela empresa
- Apêndice VI – Escopo dos Serviços

Apêndice I - Modelo de Ordem de Serviço

Apêndice I - Modelo de Ordem de Serviço

Ata de Registro de Preço n.º	Processo:	Data:	
Ordem de Serviço n.º	Nota de Empenho:		

Responsável pela Solicitação									
Nome:					Carimbo e Assinatura:				
Setor:									
Telefone:									
E-mail:									
Solicitação SPA e Local:									
Item	Descrição dos serviços solicitados	Unid.	Qtd.	Preço Unitário (R\$)			Preço Total (R\$)		
				Mão de obra	Material e Equipamento	Subtotal	Mão de obra	Material e Equipamento	Total
							-	-	-
							-	-	-
							-	-	-
							-	-	-
TOTAL OS'S							-	-	-
Atividade remunerada em horas trabalhadas?		Quantidade estimada de horas:		Metodologia de Quantificação:					
() Sim (X) Não		Não se aplica							

Responsável pela Execução	
Razão Social:	Carimbo e Assinatura:
CNPJ:	
Telefone:	

E-mail:

Endereço:

Cronograma de tarefas e prazos de execução:

Responsável pela Avaliação e Ateste do Serviço

Nome:

Setor:

Telefone:

E-mail:

Solicitação SPA e Local:

Carimbo e Assinatura:

Resultado dos serviços solicitados e realizados:

Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas do avaliador:

Apêndice II-Formulário de Avaliação IMR

Apêndice II-Formulário de Avaliação IMR

INDICADOR Nº 1 - Prazo de atendimento das Ordens de Serviços (OS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o atendimento das Ordens de Serviços dentro do prazo estabelecido.
Meta a cumprir	100% da execução das OS's programadas ous justificadas (com formalização aceita pela fiscalização).
Instrumento de medição	OS's Atendidas.
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento in loco de fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Relação entre o número de ordens de serviço concluídas e o número total de ordens de programadas, entre as partes, com prazo de conclusão até o período de medição. $X = (\text{Nº de Ordens de Serviço concluídas e/ou com atraso justificado com formalização aceita pela fiscalização}) / (\text{Total de Ordens de Serviço com prazo de conclusão até o período de medição})$
Início de Vigência	Início de execução do contrato.
Faixa de ajuste do Pagamento	$X = 1$ 0% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição; $0,75 \leq X < 1$ 2% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição; $0,5 \leq X < 0,75$ 4% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição; $X < 0,50$ 6% de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;

INDICADOR Nº 2 - Comunicação	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o atendimento das Ordens de Serviços dentro do prazo estabelecido.
Meta a cumprir	100% de obediência dentro do prazo estipulado
	Encaminhamento de resposta ao e-mail de chamado registrando o atendimento dentro do

Instrumento de medição	prazo
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do Contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Relação entre o número de comunicações, via e-mail, respondidas no prazo de 24 horas a partir do recebimento e o total de comunicações estabelecidas: $Y = (\text{N}^\circ \text{ de comunicações respondidas}) / (\text{Total de comunicações estabelecidas})$
Início de Vigência	Início da execução do contrato
Faixa de ajuste do Pagamento	$Y = 1 \quad 0\% \text{ de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;}$ $0,75 \leq Y < 1 \quad 1\% \text{ de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;}$ $0,5 \leq Y < 0,75 \quad 2\% \text{ de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;}$ $X < 0,50 \quad 3\% \text{ de desconto do somatório do valor das Ordens de Serviço finalizadas no período de medição;}$

Ajuste Final		
Ajuste indicador n° 1	Ajuste indicador n° 2	Ajuste Total (Soma dos 2 indicadores)*
xxx%	xxx%	xxx%
*A somatória dos ajustes será limitada a 10%.		

Apêndice III - Nomeação de Preposto

Apêndice III - Temo de Nomeação de Preposto

Contrato n°: _____

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada em _____ (endereço completo da empresa), doravante denominada, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ (representante legal da empresa), CPF _____, nomeia e constitui o (a) Sr. _____ (nome do preposto indicado pela empresa), brasileiro(a), (cargo que ocupa na empresa ou profissão), CPF n° _____, como o seu PREPOSTO. PODERES/DEVERES: Representar a empresa OUTORGANTE na condição de PREPOSTO no Contrato ____/20____, firmado com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, obrigando-se a receber, diligenciar, encaminhar e responder as solicitações e orientações de ordens técnicas, legais e administrativas referentes à execução contratual, encaminhadas pela gestão/fiscalização do contrato; participar de reuniões e assinar as respectivas atas, obrigando a contratada a cumprir os termos dela constante; receber notificações da gestão/fiscalização do contrato de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, respondendo ou tomando providências dentro do prazo estipulado; bem como representar a OUTORGANTE em todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

Contatos funcionais do preposto:

E-mail: _____

Telefone: _____

Contato em aplicativos de mensagens (se houver): _____

Cidade, ____ de _____ de 20____

Nome:
CPF:
(Representante Legal da Contratada)

IN 05/2017: Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§ 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

§ 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§ 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.

Apêndice IV - Modelo Orçamento

Apêndice IV – Modelo Planilha Orçamentária

PLANILHA PARA A PROPOSTA COMERCIAL							
				BDI=			
Item	Discriminação	Unidade	Qtd.	Mão de Obra (com BDI)	Material+Equip. (com BDI)	Total Unitário (com BDI)	Total c/ BDI
1							
2							
3							
4							
5							

Apêndice V - Modelo BDI

Apêndice V – Composição da BDI utilizado pela empresa

Itens de composição do BDI	Percentual (%) Adotado
AC=ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
R=RISCOS	
S+G=SEGUROS E GARANTIAS	
DF=DESPESAS FINANCEIRAS	
L=LUCRO	
T=TRIBUTAÇÃO (ISS+PIS+COFINS+*CPRB)	
BDI=	

*CPRB = 0,00% - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

Apêndice VI - Escopo dos Serviços

Apêndice VI – Escopo dos Serviços

1. Disposições preliminares

Em qualquer situação deverão aplicar-se as normas do INMETRO, as normas da ABNT e as normas regulamentadoras, atualizadas e específicas para cada situação.

1.1 Dúvidas no decorrer do processo: A UFSC deverá ser consultada previamente em qualquer dúvida que venha a ocorrer com relação a este Termo de Referência, durante sua fase de licitação ou durante a execução dos serviços, não se admitindo interpretações por conta própria das empresas participantes do processo licitatório.

1.2 Visita ao local dos serviços: Compete à empresa participante do processo licitatório, fazer prévia visita ao local dos serviços, fazendo minucioso exame das condições locais e averiguando os serviços e materiais a empregar. Qualquer dúvida ou irregularidade observada no Termo de Referência ou Memorial Descritivo deverá ser previamente esclarecida junto ao DMPI, visto que, depois de apresentada a proposta, não haverá acolhimento de nenhuma reivindicação neste sentido.

1.3 Alterações na execução dos serviços, especificações ou quantidades: Nenhuma alteração nos serviços, bem como nestas especificações, poderá ser feita sem autorização, da Fiscalização. A Fiscalização poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com este Termo de Referência. Depois de aprovada a proposta, não será permitida a alteração das especificações, exceto à juízo da Fiscalização e com autorização por escrito da mesma. As quantidades previstas nas Ordens de Serviço, geradas através do Termo de Referência, deverão ser conferidas no local dos serviços pela empresa contratada, não cabendo a cobrança de qualquer quantidade ou serviço extra que não tenham sido previamente aprovados pela Fiscalização.

2. Detalhes complementares

2.1. Qualidade dos serviços: Os materiais a empregar, assim como a mão-de-obra, serão de primeira qualidade objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições.

2.2. Materiais especificados: Em todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos, através de referência a determinada marca, tipo, denominação ou fabricação, fica subentendida a alternativa "ou rigorosamente similar". Os acabamentos dos materiais empregados devem seguir as características dos materiais já instalados no ambiente que está em manutenção ou dos outros ambientes da edificação, mantendo o padrão construtivo desta.

- a) A Contratada deve priorizar a compra de materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução dos serviços.
- b) A Contratada deve utilizar preferencialmente equipamentos consumidores de energia que apresentem o melhor desempenho sob o ponto de vista energético, comprovado pelo Selo Procel, da categoria A de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem.
- c) Quando for necessário a aquisição de materiais constituídos de metal (ferro, alumínio, cobre, etc), a contratada deverá utilizar preferencialmente aqueles que possuem tratamento anticorrosão.
- d) A Contratada deve utilizar produtos provenientes de madeira que possuem selo FSC, Cerflor, outro documento que garanta a origem legal da madeira. Utilizar produtos oriundos de madeira de lei ou subprodutos florestais de origem nativa que possuem o Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253 de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, válido por todo o tempo e percurso do transporte e armazenamento.

2.3. Recusa de serviços: A execução dos serviços será norteadada pela boa técnica, sendo direito da UFSC à recusa de serviços mal Recusa de serviços: executados ou de técnicas duvidosas. Neste caso, confirmando-se a responsabilidade da Contratada, a Fiscalização exigirá nova execução dos serviços em questão, não havendo por parte da UFSC, nenhum custo adicional por demolições, transporte, compra e reposição de materiais, ou por qualquer que seja a modalidade de perda econômica por parte da Contratada.

2.4. Serviços mal executados: Ficará a Contratada obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados, logo após o recebimento da solicitação correspondente, sendo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências, ficando a etapa correspondente considerada não concluída.

2.5. Comunicação: As comunicações oficiais entre a Contratada e a UFSC podem ser:

- a) E-mail, que deverá ser feito entre os endereços oficiais das partes, salvo quando solicitada a alteração;
- b) Correspondência que deverá encaminhada ou respondida aos endereços oficiais das partes;
- c) Atas de Reunião as quais serão convocadas por outros meios de comunicação oficiais.

2.6. Preservação do meio ambiente: É expressamente proibido o escoamento de águas servidas utilizadas nos serviços para os canais, córregos ou nos manguês existentes nos campus. É expressamente proibido queimar os restos de árvores e madeiras existentes na UFSC. Todas as sobras de madeiras deverão ser transportadas para fora dos limites da UFSC pela Contratada, e deverão ser reutilizadas, recicladas ou encaminhadas para as áreas de armazenamento temporário, sendo dispostas de modo a permitir sua utilização ou reciclagem futura.

2.7. Limpeza permanente: As áreas de trabalho deverão ser limpas pelo menos uma vez por dia, devendo ser colocados contêineres específicos para transporte de entulhos, em local acordado com a Fiscalização.

2.8. Prejuízos adjacentes: Durante a execução dos serviços, todas as superfícies atingidas pela execução dos serviços deverão ser recuperadas, utilizando-se material idêntico ao existente no local, procurando-se obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes. Todo e qualquer dano causado às instalações da UFSC por operários ou funcionários da Contratada, deverá ser reparado sem ônus para UFSC. Antes do início dos serviços de manutenção, cabe a Contratada apresentar para a Fiscalização, o relatório do estado em que se encontram os ambientes de execução do serviço e adjacentes, e este deverá emitir parecer confirmando as informações, sendo que estes ambientes ao final dos trabalhos deverão estar nas mesmas condições da data deste relatório.

2.9. Operários e técnicos: Cumprir a Norma Regulamentadora MT nº 17, de 8 de junho de 1978, que dispõe sobre ergonomia, de modo a garantir e aperfeiçoar constantemente as condições de saúde e conforto relacionados ao ambiente de trabalho.

2.10. Horário de trabalho: Os serviços deverão ser realizados dentro do horário normal de funcionamento do DMPI e do corpo técnico dos campi, ou seja, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00. Os serviços que necessitarem ser executados fora destes dias e horários só poderão ocorrer com autorização da Fiscalização.

2.11. Transporte de equipamentos e transporte de pessoal: O transporte de equipamentos referentes à execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada. Do mesmo modo, as despesas decorrentes do transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como de operários, serão de responsabilidade da Contratada.

2.12. Estadia e alimentação de pessoal: As despesas decorrentes de estadia e alimentação de pessoal no local dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.

2.13. Ferramentas e equipamentos gerais: A Contratada deverá providenciar o ferramental, maquinário, transporte, serviços complementares, aparelhamento e recursos adequados e necessários ao perfeito andamento e boa execução dos serviços, não cabendo à UFSC qualquer responsabilidade na condução, apoio ou serviços indiretos motivados pelos serviços. Este ferramental, maquinário, transporte, serviços complementares, aparelhamento e recursos devem estar de acordo com as NBRs vigentes, certificados do INMETRO, quando for compulsória, e visar a segurança e eficiência em sua utilização através da manutenção destes. A Contratada deverá instruir os funcionários a fazerem uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício.

2.14. Equipamentos de proteção individual – EPI: A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas do serviço, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários. Para proteção individual para a cabeça, tronco, braços e mãos, pernas, pés e travaquedas. Deverá também se atentar a Norma Regulamentadora MT nº 15, de 08 de junho de 1978 em relação ao ruído contínuo ou intermitente e a necessidade de protetores auriculares aos seus funcionários.

2.15. Serviço de vigilância: É de responsabilidade da Contratada, manter serviço de vigilância nos locais dos serviços, cuidando dos materiais, ferramentas e equipamentos, tanto no período diurno como no noturno. A responsabilidade da Contratada somente se encerra quando da entrega oficial dos serviços para o DMPI.

2.15. Treinamento: A Contratada deverá fazer treinamento com trabalhadores de prevenção e controle de princípios de incêndio, treinamento com trabalhadores que executarão trabalhos em altura (NR-35), prevenção de acidentes do trabalho e correto uso, guarda e conservação de equipamentos de proteção individual, além de outros previstos na legislação. Os certificados referentes aos cursos poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal do Contrato. Além disso, os trabalhadores deverão estar atentos a destinação dos resíduos produzidos, respeitando as orientações da contratante.

3. Normas técnicas aplicáveis e Controle

As normas abaixo e ou suas sucessoras, bem como as demais não citadas neste e nos demais itens a seguir e que se referem ao objeto da obra deverão ser os parâmetros mínimos a serem obedecidos para sua perfeita execução.

NÚMERO	TÍTULO
COBERTURAS	
ABNT NBR 8039:1983	Projeto e execução de telhados com telhas cerâmicas tipo francesa - Procedimento

ABNT NBR 15310:2009	Componentes cerâmicos - Telhas - Terminologia, requisitos e métodos de ensaio
ABNT NBR 15498:2014 Emenda 1:2016	Placa de fibrocimento sem amianto - Requisitos e métodos de ensaio
ABNT NBR 15498:2016	Placa de fibrocimento sem amianto — Requisitos e métodos de ensaio
ABNT NBR 15210-2:2013 Emenda 1:2016	Telha ondulada de fibrocimento sem amianto e seus acessórios Parte 2: Ensaio
ABNT NBR 15210-2:2016	Telha ondulada de fibrocimento sem amianto e seus acessórios Parte 2: Ensaio
ABNT NBR 16411:2015	Fita asfáltica autoadesiva
ABNT NBR 7196:2014	Telhas de fibrocimento - Execução de coberturas e fechamentos laterais - Procedimento
ABNT NBR 7581-1:2012 Emenda 1:2014	Telha ondulada de fibrocimento Parte 1: Classificação e requisitos
ABNT NBR 7581-1:2014	Telha ondulada de fibrocimento Parte 1: Classificação e requisitos
ABNT NBR 15210-1:2013 Emenda 1 :2014	Telha ondulada de fibrocimento sem amianto e seus acessórios Parte 1: Classificação e requisitos
ABNT NBR 15210-1:2014	Telha ondulada de fibrocimento sem amianto e seus acessórios Parte 1: Classificação e requisitos
ABNT NBR 7581-2:2012 Errata 1:2014	Telha ondulada de fibrocimento Parte 2: Ensaio
ABNT NBR 7581-3:2012	Telha ondulada de fibrocimento Parte 2: Ensaio
ABNT NBR 7581-2:2012 Versão Corrigida:2014	Telha ondulada de fibrocimento Parte 2: Ensaio
ABNT NBR 13858-2:2007 Emenda 1:2009	Telhas de concreto
ABNT NBR 7190:1997	Projeto de estruturas de madeira
ABNT NBR 5732 -	Cimento Portland comum
ABNT NBR 5733	Cimento Portland de alta resistência inicial
ABNT NBR 6118	Projeto de estruturas de concreto — Procedimento
IMPERMEABILIZAÇÃO	
ABNT NBR 9229:1986	Mantas de butil para impermeabilização.

ABNT NBR 9574:2008	Execução de impermeabilização.
ABNT NBR 9575:2010	Elaboração de projetos de impermeabilização.
ABNT NBR 9685: 2005	Emulsões asfálticas sem carga para impermeabilização.
ABNT NBR 9686:2006	Solução asfáltica empregada como material de imprimação na impermeabilização.
ABNT NBR 9690:2007	Mantas de polímeros para impermeabilização – PVC.
ABNT NBR 9910:2017	Asfaltos oxidados para impermeabilização.
ABNT NBR 9952:2014	Mantas asfálticas com armadura para impermeabilização.
ABNT NBR 11797:1992	Mantas de etileno - propileno-dieno-monômero – EPDM.
ABNT NBR 11905:2015	Argamassa polimérica industrializada para impermeabilização.
ABNT NBR 12170:2017	Materiais de impermeabilização - Determinação da potabilidade da água após o contato.
ABNT NBR 12171:1992	Aderência aplicável em sistema de impermeabilização composto por cimento impermeabilizante e polímeros - Método de ensaio.
SEGURANÇA E TRABALHO	
NBR-6494	Segurança nos Andaimas
NBR-7678	Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção
NBR-8681	Ações e Segurança nas Estruturas
NR-6	Equipamentos De Proteção Individual - Epi
NR-10	Segurança Em Instalações E Serviços Em Eletricidade
NR-18	Segurança E Saúde No Trabalho Na Indústria Da Construção
NR-35	Trabalho Em Altura

Os casos não abordados serão definidos pela Fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão e de acordo com as normas vigentes, e as melhores técnicas preconizadas para o assunto.

4. Especificações Técnicas de Serviço

Neste capítulo são descritas as especificações dos serviços de Manutenção Predial constantes no Termo de Referência. Para cada serviço serão apresentadas três especificações, a saber:

a) Descrição do serviço: trata-se da exposição sucinta do que deve ser realizado pela Contratada para o referido serviço.

b) Critério de medição: trata-se da praxe ou forma de quantificação a ser utilizada pela Fiscalização para a remuneração dos serviços contratados.

c) Normas de referência: Apontamento de Normas Técnicas relacionadas ao serviço.

4.1. Serviços Preliminares

4.1.1 Sinalização Com Cerca De Tela Alaranjada, Fixada Com Sarrafo De Madeira

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, A Contratada deverá providenciar, a mando da fiscalização, o isolamento da área com tapume de tela de propileno, com altura mínima de 1,20 m, de forma a não oferecer quaisquer tipos de riscos a funcionários ou transeuntes.

b) Critério de medição: área de tela alaranjada instalada.

c) Normas de referência:

- NR-18, NR-26;

4.1.2. Andaimas metálicos e balancim individual

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá providenciar a locação e montagem/desmontagem de andaimes tubulares metálicos tipo torre e/ou fachadeiro, ou de balancim individual, de forma a poder executar os serviços contratados sem necessidade de realizar quaisquer tipos de perfurações, ou apoios nas alvenarias, e sem infringir quaisquer tipos de danos aos edifícios.

b) Critério de medição:

- i. Para andaime tipo torre: metragem de altura de andaime montado por período locado e utilizado em obra.
- ii. Para andaime tipo fachadeiro: área de fachada de andaime montado por período locado e utilizado em obra.
- iii. Balancim individual: Unidade de cadeira suspensa por período locado e utilizado em obra.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.13: Medidas de proteção contra quedas de altura) e ABNT NBR-6494 (Segurança nos andaimes).

4.1.3. Remoção de trama de madeira para cobertura, de forma manual, sem reaproveitamento

a) Execução do serviço:

- Antes de iniciar a remoção, verificar a estabilidade dos elementos com função estrutural;
- Checar se os EPC necessários estão instalados;
- Usar os EPI exigidos para a atividade;
- Soltar as extremidades dos elementos em madeira com ferramentas apropriadas;
- Retirar cada elemento manualmente.

b) Critério de medição: área de trama de madeira removida (A trama de madeira é composta por ripas, caibros e terças.)

c) Normas de referência:

- NR-18, NR-35;

4.1.4. Remoção de telhas, de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento

a) Execução do serviço:

Antes de iniciar a remoção, verificar a estabilidade dos elementos com função estrutural;

- Checar se os EPC necessários estão instalados;
- Usar os EPI exigidos para a atividade;
- Retirar os parafusos que prendem as telhas, com chave de fenda;

- Retirar cada telha manualmente;
- Baixá-las até o térreo com o eventual uso de cordas.

b) Critério de medição: área de telhado removido.

c) Normas de referência:

- NR-18, NR35;

4.1.5. Remoção de telhas de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma mecanizada, com uso de guindaste, sem reaproveitamento

a) Execução do serviço:

- Antes de iniciar a remoção, verificar a estabilidade dos elementos com função estrutural;
- Checar se os EPC necessários estão instalados;
- Usar os EPI exigidos para a atividade;
- Retirar os parafusos que prendem as telhas, com chave de fenda;
- Retirar cada telha manualmente;
- Baixá-las até o térreo com o uso de guindaste.

b) Critério de medição: Área telhada retirada com uso de guindaste.

c) Normas de referência:

- NR-18, NR35;

4.1.6. Remoção dos cabos de para-raios sobre as platibandas

a) Execução do serviço:

- Checar se os EPC necessários estão instalados;
- Usar os EPI exigidos para a atividade;
- Retirar manualmente cabos de para-raios, com auxílio de ferramentas adequadas.

b) Critério de medição: metro linear de cabo removido.

c) Normas de referência:

- NR-10, NR-18, NR-35;

4.1.7. Limpeza de superfícies (telhados, lajes e calhas)

a) Execução do serviço:

- Jatear a água na superfície, empurrando as sujeiras para o ponto de escoamento;
- Retirar o excesso de água das superfícies com rodo ou outro equipamento adequado.

b) Critério de medição: área de telhados, Lajes e calhas limpas.

c) Normas de referência:

- NR-18, NR-35;

4.1.8. Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água (telhados, lajes e calhas) – varreção

a) Execução do serviço:

- Varrer toda a área de contrapiso com vassoura de cerdas rígidas.

b) Critério de medição:

- Área de telhado, laje ou calha efetivamente limpa.

c) Normas de referência:

- NR-18, NR-35;

4.2. Estruturas de madeira e imunização

a) Descrição do serviço: A execução de estruturas de madeira seguirá os seguintes procedimentos: As superfícies de topo das peças de madeira da estrutura do telhado que fiquem expostas ao ambiente exterior deverão ser impermeabilizadas. As ligações presas nas tesouras devem ser feitas com, pelo menos, quatro pregos em cada peça. As ligações de peças sujeitas a esforços de tração devem ser efetuadas com o auxílio de cobre-juntas metálicos, fixados com parafusos (conforme Figura 1).

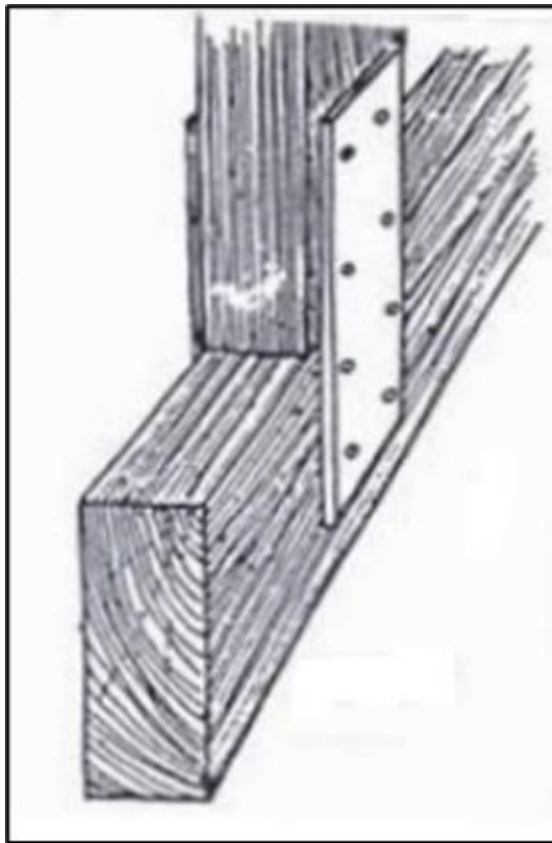


Figura 1 - Detalhe cobre-juntas (peças sujeitas à tração)

As ligações de apoio de peças de madeira devem ser feitas por encaixe, podendo ser reforçadas com talas laterais de madeira, fitas metálicas ou chapas de aço fixadas com parafusos.

Os apoios das vigas principais das tesouras não devem apoiar-se diretamente sobre a alvenaria, mas sim sobre coxins: peças de reforço de alvenaria, cintas de amarração do concreto ou frechais (vigas de madeira). Os encaixes das pernas devem ser feitos por entalhes, com dentes simples ou duplos em caso de afastamento. Outros encaixes podem ser feitos com estribos, cobre-juntas de madeira e cantoneiras metálicas nas extremidades e partes centrais da tesoura. Todas as peças de madeira das estruturas das coberturas, incluindo as peças existentes e as novas que serão empregadas na recuperação dessas estruturas, deverão receber tratamento imunizador com aplicação de duas demãos de imunizante de boa qualidade, por pincelamento farto, de acabamento incolor, ref. Jimo Cupim ou similar. A imunização deverá atingir todas as faces aparentes do madeiramento e, nas peças novas, deverá ser executada antes da sua utilização e montagem na estrutura e após a execução de todos os cortes e entalhes. Excetuam-se aquelas madeiras que já foram tratadas anteriormente.

b) Critério de medição: comprimento de cada peça instalada.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 7190:1997 (Projeto de estruturas de madeira), ABNT NBR 7203:1982 (Madeira serrada e beneficiada), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3. Telhados

4.3.1. Telhas cerâmicas

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

A colocação das telhas deve ser feita por fiadas, iniciando-se pelo beiral e seguindo-se em direção à cumeeira. As telhas da fiada seguinte devem ser colocadas de modo a se encaixarem perfeitamente na fiada anterior. Deve-se posicionar simultaneamente as telhas em todas as águas do telhado, para que seu peso seja distribuído uniformemente sobre a estrutura de madeira.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 15310:2009 (Componentes cerâmicos – Telhas – Terminologia, requisitos e método de ensaio), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.2. Telhas de fibrocimento onduladas

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

- As telhas devem ser fabricadas sem amianto.
- As faces das terças em contato com as telhas devem se situar no mesmo plano.
- Não se deve apoiar as telhas em arestas (quinas) ou faces arredondadas.
- A montagem deve ser iniciada do beiral para a cumeeira.
- As águas opostas dos telhados devem ser cobertas simultaneamente. Recomenda-se a utilização da cumeeira como gabarito para se manter o alinhamento das ondas.
- Não se deve pisar diretamente sobre as telhas, utilizando-se para isso tábuas apoiadas sobre as terças. Em telhados muito inclinados, deve-se amarrar as tábuas a fim de se evitar deslizamentos. No caso da construção estar fora de esquadro, deve-se colocar a primeira telha perpendicularmente às terças, acertando-se o beiral lateral com o corte diagonal das telhas da primeira faixa. Em seguida, continuar a se montar as telhas normalmente.
- Para as telhas de fibrocimento com 6 mm de espessura o balanço deve estar situado entre 15 e 40 cm. Para telhas de fibrocimento com 8 mm de espessura, o balanço máximo é de 100 cm (1 m). Para as telhas de fibra de vidro, não deve ser utilizado balanço.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 7581:1983 (Telha ondulada de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.3. Telhas estruturais de fibrocimento

a) Descrição do serviço: Consideram-se aqui as seguintes referências de telha de fibrocimento: Maxiplot, Kalheta, Kalhetão, Canaleta 49 e Canaleta 90. A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

- As telhas devem ser fabricadas sem amianto.
- As faces das terças em contato com as telhas devem se situar no mesmo plano.
- A montagem deve ser iniciada do beiral para a parte alta do telhado.
- As águas opostas dos telhados devem ser cobertas simultaneamente. Recomenda-se a utilização da cumeeira como gabarito de montagem mantendo o alinhamento das cristas dos canaletes na linha de cumeeira.
- Deve-se realizar cortes de cantos quando houver recobrimento longitudinal.
- O furo deve ser feito a uma distância de, no mínimo, 10 cm da borda do canaleta ou da peça.
- O balanço das telhas deve estar entre a faixa de 20 a 150 cm.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 5640:1995 (Telha estrutural de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.4. Telhas metálicas de formato trapezoidal

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

Deve-se iniciar a colocação das telhas de baixo para cima, e no sentido oposto ao vento dominante.

Deve-se adotar um cobrimento transversal de duas ondas e meia.

Deve-se adotar um cobrimento longitudinal de 15 cm para inclinação acima de 10% e de 20 cm para inclinação abaixo de 10%.

O elemento de fixação deve ser colocado nas telhas na parte alta da onda e nos revestimentos na parte baixa da onda, na direção longitudinal numa distância máxima de 100 cm.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.5. Cumeeiras para telhas cerâmicas

a) Descrição do serviço: O emboçamento da última fiada de telhas deve ser realizado com argamassa de cimento e areia com o traço 1:2:8. O assentamento das telhas de cumeeiras deverá ser realizado com a área de argamassamento voltada para o lado contrário ao do vento predominante no local.

b) Critério de medição: comprimento de cumeeira.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 15310:2009 (Componentes cerâmicos – Telhas – Terminologia, requisitos e método de ensaio), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.6. Cumeeiras para telhas de fibrocimento

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

A montagem da cumeeira deve ser feita após a colocação das telhas nas duas águas adjacentes do telhado, no sentido contrário ao dos ventos predominantes da região.

As abas das telhas devem estar alinhadas de tal forma que haja perfeito encaixe da cumeeira.

Sobre o apoio, a fixação da cumeeira deve se dar com ganchos com rosca junto aos canaletes. Furo com broca $\phi 16$ mm (5/8").

Afastada do apoio, a fixação deve se dar nos canaletes com fixadores de abas. Furo com broca $\phi 13$ mm (1/2").

Para inclinação de telhado igual ou superior a 9%, deve-se usar travas, com distância de 12 cm, a fim de se permitir o recobrimento mínimo de 25 cm da cumeeira sobre o canaleta.

Os elementos de fixação devem ser colocados nas cristas das ondas do fundo e devem manter a distância de 10 cm da borda da peça.

Deve-se apertar o parafuso ou a porca do gancho apenas no nível suficiente para se assentar a vedação em todo o seu contorno.

b) Critério de medição: comprimento de cumeeira.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 5640:1995 (Telha estrutural de fibrocimento), ABNT NBR 7581:1983 (Telha ondulada de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

4.3.7. Alvenaria De Vedação De Blocos Cerâmicos Furados Na Vertical 9x19x39cm (Espessura 9cm)

a) Execução do serviço:

- Posicionar os dispositivos de amarração da alvenaria (tela metálica eletrossoldada) de acordo com as especificações do projeto e/ou orientação da fiscalização e fixá-las com finca-pino;

- Demarcar a alvenaria;

- materialização dos eixos de referência, demarcação das faces das paredes a partir dos eixos ortogonais, posicionamento dos escantilhões para demarcação vertical das fiadas, execução da primeira fiada;

- Elevação da alvenaria – assentamento dos blocos com a utilização de argamassa aplicada com palheta ou bisnaga, formando-se dois cordões contínuos;

b) Critério de medição: área líquida das paredes de alvenaria de vedação assentadas (descontar todos os vãos).

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

- ABNT NBR 15270 - Componentes cerâmicos - Blocos e tijolos para alvenaria;

- ABNT NBR 13281 - Argamassas inorgânicas — Requisitos e métodos de ensaios.

4.3.8. Chapisco Em Paredes Traço 1:3 (Cimento E Areia Grossa)

a) Execução do serviço:

- Antes de começar a aplicação, a superfície da base deve estar limpa (livre de irregularidades, incrustações metálicas, poeira, graxas ou óleos);
- Umedecer a base para evitar ressecamento da argamassa;
- Com a argamassa preparada conforme especificado pelo projetista, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme de espessura de 3 a 5 mm
- O chapisco deve ser aplicado 3 dias antes da aplicação do revestimento a base de cimento.

b) Critério de medição: área de aplicação do chapisco em alvenaria e estruturas de concreto internas, descontando-se todos os vãos (portas, janelas etc.).

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;
- NBR13281 - Argamassas inorgânicas — Requisitos e métodos de ensaios;
- NBR13529 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas.

4.3.9. Fornecimento E Execução De Reboco Massa Única, Traço 1:2:8, Preparo Mecânico Com Betoneira

a) Execução do serviço:

- Taliscamento da base e execução das mestras;
- Lançamento da argamassa com colher de pedreiro;
- Compressão da camada com o dorso da colher de pedreiro;
- Sarrafeamento da camada com a régua metálica, seguindo as mestras executadas, retirando-se o excesso;
- Acabamento superficial: desempenamento com desempenadeira de madeira e posteriormente com desempenadeira com espuma com movimentos circulares.

b) Critério de medição: Área de revestimento efetivamente executada (descontar todos os vãos).

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;
- NBR13281 - Argamassas inorgânicas — Requisitos e métodos de ensaios;
- NBR13529 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas.

4.4. Calhas e Rufos

a) Execução do serviço:

- Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura (nunca às ripas, que poderão romper ou soltar com certa facilidade);
- Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças ou caibros, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento;
- Observar o fiel cumprimento do projeto da cobertura, atendendo a seção transversal especificada para as calhas e o caimento mínimo de 0,5 % no sentido dos tubos coletores;
- Promover a união das peças em aço galvanizado mediante fixação com rebites de repuxo e soldagem com filete contínuo, após conveniente limpeza / aplicação de fluxo nas chapas a serem unidas;
- Fixar as peças na estrutura de madeira do telhado por meio de pregos de aço inox regularmente espaçados, rejuntando a cabeça dos pregos com selante a base de poliuretano;
- Os rufos necessários serão executados seguindo orientação da Fiscalização e serão executados a um centímetro acima das telhas, não devendo ser coladas ou soldadas a estas, de forma que possibilite a retirada das telhas para futuras manutenções.

-As áreas de telha que se encontram abaixo destes rufos não deverão possuir parafusos. Havendo necessidade, as telhas desta área deverão ser aparafusadas na calha.

b) Critério de medição: comprimento total de calha ou rufo instalado.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

4.5. Estruturas de concreto

a) Descrição do serviço:

A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

A execução dos serviços deverá satisfazer plenamente as normas e especificações da ABNT, aplicáveis no caso.

A execução de qualquer elemento ou do conjunto da estrutura implica na responsabilidade da contratada quanto à estabilidade da obra.

O concreto deverá ser misturado mecanicamente em betoneira de eixo vertical, tipo contracorrente, que possibilita maior uniformidade e rapidez na mistura. O tempo de mistura será de 1 (um) minuto, no mínimo.

O transporte do concreto para os locais de lançamento se fará através de caçambas com capacidade igual à da betoneira ou à metade da mesma. O tempo de transporte não deve exceder 15(quinze) minutos.

O adensamento se fará através de vibradores de imersão, com configuração e dimensões adequadas às várias peças.

O lançamento do concreto nas fôrmas deverá obedecer ao plano específico, não sendo toleradas juntas de concretagem que não as constantes do referido plano. Antes da nova concretagem, a superfície das juntas deverá ser cuidadosamente limpa, com auxílio de ar comprimido ou através de lavagem com água, tratando-se a superfície de contato com produtos adequados para esse fim. A altura máxima de queda do concreto não deverá exceder 2(dois)m, não sendo tolerado o emprego de calhas. O concreto não poderá ser vibrado através de sua ferragem.

Deverá ser cuidadosamente executada a cura de todas as superfícies expostas, que se destina a impedir a perda prematura de água necessária à hidratação do cimento. Nesse sentido, as faces superiores devem ser cobertas por lona plástica.

Na execução das estruturas, deve a Contratada obedecer integralmente aos detalhes existentes no Termo de Referência, a este Memorial Descritivo e às Normas Brasileiras.

Durante os trabalhos de execução das peças estruturais, deverá a Contratada observar o máximo cuidado na confecção das fôrmas, nos escoramentos, na granulometria dos agregados, na mistura, na plasticidade e vibração do concreto e também na desforma, de modo que o produto final se apresente com superfícies, faces e arestas uniformes, garantindo assim resistência e aparência desejáveis da estrutura.

Nenhum conjunto de elementos estruturais - vigas, sapatas, etc. - poderá ser concretado sem a prévia verificação por parte da Fiscalização da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos de formas e armaduras correspondentes, bem como sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa do concreto.

Na execução de concreto aparente, será levado em conta que o mesmo deverá satisfazer não somente os requisitos estruturais, como também um bom recobrimento da ferragem e às condições inerentes a um material de acabamento.

A Fiscalização rejeitará os serviços cuja aparência não seja satisfatória, como falhas, flechas, embarrigamentos, afloramento de armaduras, etc., correndo por conta da Contratada demolições e construções que forem determinadas pelos responsáveis para bom andamento dos trabalhos.

A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, não só quanto aos acabamentos, mas também com relação à resistência e estabilidade da construção.

b) Critério de medição: volume de concreto executado para os serviços de concretagem, peso de aço cortado e dobrado para os serviços de armaduras e metro quadrado de forma executada para o serviço de execução de formas de madeira.

c) Materiais Constitutivos do Concreto

A água, o cimento e os agregados deverão obedecer ao especificado pelas Normas Brasileiras pertinentes.

A água a ser empregada no preparo do concreto deverá ser límpida e isenta de quantidades prejudiciais de substâncias estranhas que possam prejudicar a qualidade do concreto.

O agregado graúdo será a pedra britada e o agregado miúdo, a areia natural. É vedado o emprego de pó-de-pedra em substituição à areia, e o cascalho somente poderá substituir a pedra britada depois de realizados os testes previstos em norma, a critério da Fiscalização.

A areia e a pedra britada não poderão apresentar substâncias nocivas, como torrões de argila, matérias orgânicas, etc., em percentagem superior às que estão especificadas pela ABNT. O agregado graúdo será constituído pela mistura, em proporções convenientes de acordo com os traços determinados em dosagem racional, das pedras britadas nº 1, 2 e 3.

Os agregados deverão ser armazenados separadamente de acordo com sua granulometria e em locais que permitam a livre drenagem das águas pluviais.

O cimento empregado na obra será o tipo Portland comum e branco-estrutural e deverá obedecer rigorosamente a todas as condições impostas pela ABNT. A fiscalização rejeitará os lotes de cimento cujas amostras revelarem nos ensaios, características inferiores às estabelecidas em norma, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização, mesmo que o lote de cimento se encontre na obra. O cimento deverá ser armazenado em local seco e abrigado, a fim de não sofrer os efeitos da umidade. Cada lote de cimento será armazenado de modo facilmente distinguível dos demais lotes.

Fôrmas comuns - A execução das fôrmas deverá obedecer as normas da ABNT atuais. A madeira utilizada na confecção das fôrmas não poderá ter espessura inferior a 2,5cm, exceto a que for empregada no revestimento de fôrmas para concreto aparente que será de compensado apropriado, plastificado. Permite-se o reaproveitamento, desde que se processe a limpeza e que se verifique estarem as fôrmas isentas de deformações. Deverão ser obedecidas as dimensões do projeto, mantendo-se as fôrmas em seus lugares por meio de elementos de resistência adequada e em número suficiente. As fôrmas deverão ser escovadas e rejuntadas, não podendo apresentar nós frouxos. Antes do lançamento do concreto, deverão ser molhadas, para que não absorvam a água do concreto necessária à hidratação do cimento.

Cimbramento - A estrutura provisória que suportará as fôrmas até o solo poderá ser executada em madeira roliça ou serrada, ou ainda, em estrutura metálica. O serviço inclui o fornecimento de todos os materiais necessários à sua perfeita execução.

O descimbramento obedecerá às prescrições de normas e os prazos mínimos para a retirada das fôrmas serão:

Paredes, pilares e faces laterais de vigas3 dias
Lajes de mais de 10cm de espessura e
faces inferiores de vigas até 10m de vão.....21 dias

4.6. Impermeabilização de lajes, calhas e platibandas

4.6.1. Limpeza do substrato por hidrojateamento

a) Execução do serviço:

- Jatear a água na superfície, empurrando as sujeiras para o ponto de escoamento;
- Retirar o excesso de água da superfície com rodo;

b) Critério de medição: área de superfície limpa.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

4.6.2. Remoção de proteção mecânica

a) Execução do serviço:

- Checar se os EPC necessários estão instalados.
- Usar os EPI exigidos para a atividade.
- Verificar de acordo com indicação da fiscalização o perímetro onde deverá ser realizada a remoção de proteção mecânica;
- Remover o revestimento cerâmico com auxílio de marreta e talhadeira.

b) Critério de medição: Área de proteção mecânica em parede ou piso removida manualmente.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

4.6.3. Remoção de manta em lajes, calhas e platibandas

a) Execução do serviço:

- Checar se os EPC necessários estão instalados;
- Usar os EPI exigidos para a atividade;
- Verificar, de acordo com indicação da fiscalização, o perímetro onde deverá ser realizada a remoção de manta asfáltica;

- Remover a manta asfáltica com auxílio de pá, enxada ou talhadeira.

b) Critério de medição: Área de manta asfáltica em lajes, calhas ou platibandas removida manualmente.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

4.6.4. Camada de regularização com argamassa de cimento e areia, traço 1:3 - 3cm de espessura

a) Execução do serviço:

-Limpar a base, incluindo lavar e molhar;

-Definir os níveis da camada de regularização, respeitando o caimento mínimo de acordo com o projeto ou orientação da fiscalização;

-Assentar taliscas;

-Camada de aderência: aplicar o adesivo diluído e misturado com cimento;

-Argamassa de contrapiso: envolve lançamento, espalhamento e compactação, definição preliminar de mestras e posterior atuação no resto da área a ser regularizada;

-Acabamento superficial sarrafeado, desempenado ou alisado.

b) Critério de medição: Área de camada de regularização efetivamente executada.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

4.6.5. Impermeabilização a frio moldada in loco, com impermeabilizante flexível monocomponente à base de elastômeros sintéticos e betumes emulsionados, ref. Igoflex preto, c/ consumo mínimo de 2,5kg/m², estruturada com tela de poliéster malha 1x1mm

a) Execução do serviço:

Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá:

-Preparar adequadamente a superfície a ser impermeabilizada, garantindo que esteja áspera e desempenada, livre de partículas soltas, áreas de empoçamento, pontas de ferro, pinturas, óleo e resíduos de cimento. Tratar quaisquer trincas e fissuras antes de iniciar a impermeabilização para garantir a integridade da superfície;

- A superfície deverá estar regularizada com argamassa de cimento e areia. Não deverá possuir cantos retos, os encontros entre piso e paredes ou pilares e demais arestas deverão ser arredondados.

- Observar as condições adequadas de temperatura do ambiente e do substrato definidas pelo fabricante para aplicação da emulsão;

-Aplicar a emulsão asfáltica com brocha ou trincha;

-A impermeabilização deverá subir no mínimo 20 cm nas paredes;

-Aguardar o tempo recomendado pelo fabricante ou de acordo com as condições do ambiente, até a primeira demão ter endurecido ou secado ao toque e colocar o véu de poliéster, com sobreposição de 10 cm nas emendas;

-Aplicar a segunda demão em sentido cruzado ao da primeira demão;

-Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, aguardar o tempo de cura definido pelo fabricante e realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente.

b) Critério de medição: Área efetiva impermeabilizada.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;

- NBR 9685 - Emulsão asfáltica para impermeabilização;

- NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Sistemas e projetos;

- NBR 9574:2008 – Execução da impermeabilização.

4.6.6. Impermeabilização a quente com manta pré-fabricada, estruturada em poliéster, 4mm com uma face revestida em alumínio inclusive pintura nas emendas com esmalte cor alumínio e aplicação de pintura primária (primer)

a) Execução do serviço:

Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá:

- Garantir que a superfície que receberá o sistema de impermeabilização deva estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;
- Caso haja falhas ou fissuras na superfície que receberá o sistema, estas devem ser tratadas e corrigidas antes da aplicação com o serviço de execução de camada de regularização. A inclinação mínima deve ser de 1% em direção aos coletores de água, os cantos vivos devem ser arredondados com raio mínimo de 8 cm.
- Realizar a imprimação com primer asfáltico e aguardar a secagem;
- Os rolos de manta asfáltica devem ser alinhados no sentido oposto ao fluxo de água na área de aplicação a partir da parte mais baixa (coletores) para as partes mais altas de forma que as emendas das mantas obedeçam ao sentido do fluxo da água.
- Abrir totalmente o primeiro rolo de manta asfáltica, deixando-a alinhada e, em seguida, enrola-la novamente.
- Com um maçarico de boca larga abastecido por GLP, desenrolar aos poucos a manta, aquecendo o primer asfáltico e fazendo a queima do filme plástico de proteção da manta para garantir sua total aderência;
- Apertar bem a manta contra a superfície em que está sendo aplicada, para evitar bolhas ou enrugamentos;
- Repetir a operação, fazendo uma sobreposição de 10 cm entre as mantas;
- A colagem da manta no rodapé deve ser executada na altura de 30 cm com relação à regularização do piso e embutida no rebaixo deixado previamente;
- Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente.

b) Critério de medição: área de superfície impermeabilizada.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;
- NBR 9952 – Mantas Asfálticas para impermeabilização;
- NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Sistemas e projetos;
- NBR 9574:2008 – Execução da impermeabilização.

4.6.7. Impermeabilização a quente com manta pré-fabricada, estruturada em poliéster, 4 mm, com uma face revestida em escamas de ardósia, cor cinza, aplicação de pintura primária (primer) e camada de verniz à base de resina acrílica em duas demãos

a) Execução do serviço:

- Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá:
- Garantir que a superfície que receberá o sistema de impermeabilização deva estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;
- Caso haja falhas ou fissuras na superfície que receberá o sistema, estas devem ser tratadas e corrigidas antes da aplicação com o serviço de execução de camada de regularização. A inclinação mínima deve ser de 1% em direção aos coletores de água, os cantos vivos devem ser arredondados com raio mínimo de 8 cm;
- Realizar a imprimação com primer asfáltico e aguardar a secagem;
- Os rolos de manta asfáltica devem ser alinhados no sentido oposto ao fluxo de água na área de aplicação a partir da parte mais baixa (coletores) para as partes mais altas de forma que as emendas das mantas obedeçam ao sentido do fluxo da água;
- Abrir totalmente o primeiro rolo de manta asfáltica, deixando-a alinhada e, em seguida, enrola-la novamente;

- Com um maçarico de boca larga abastecido por GLP, desenrolar aos poucos a manta, aquecendo o primer asfáltico e fazendo a queima do filme plástico de proteção da manta para garantir sua total aderência;
- Apertar bem a manta contra a superfície em que está sendo aplicada, para evitar bolhas ou enrugamentos;
- Repetir a operação, fazendo uma sobreposição de 10 cm entre as mantas;
- A colagem da manta no rodapé deve ser executada na altura de 30 cm com relação à regularização do piso e embutida no rebaixo deixado previamente;
- Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente;
- Após teste de estanqueidade e sobre superfície seca, aplicar demão de resina acrílica base d'água sobre os pedriscos de ardósia para melhor fixação e acabamento estético.

b) Critério de medição: área de superfície impermeabilizada.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;
- NBR 9952 – Mantas Asfálticas para impermeabilização;
- NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Sistemas e projetos;
- NBR 9574:2008 – Execução da impermeabilização.

4.6.7. Proteção mecânica de superfície com argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo manual, aplicado em áreas molhadas sobre impermeabilização espessura 3cm

a) Execução do serviço:

Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá:

- Verificar se a superfície está em condições adequadas para execução do serviço;
- Definir os níveis da camada de proteção mecânica;
- Assentar taliscas sobre a camada de impermeabilização;
- Ponte de aderência: molhar a base e polvilhar o cimento;
- Argamassa de contrapiso: envolve lançamento, espalhamento e compactação, definição preliminar de mestras e posterior atuação no resto do ambiente. Essa etapa exige cuidado para não danificar a camada de impermeabilização;
- Executar o acabamento superficial sarrafeado, desempenado ou alisado.

b) Critério de medição: área de proteção mecânica efetivamente executada.

c) Normas de referência:

- NR 18; NR 35;
- NBR 13.281; NBR 9817.

4.7. Impermeabilização de telhados verdes

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- Retirar a camada de cobertura vegetal e escavar a terra até atingir a geomanta. A grama não será reaproveitada, mas terra retirada o será.
- Retirar a geomanta e o sistema de impermeabilização abaixo, até chegar à parte não impermeabilizada da laje.
- Aplicar uma camada de impermeabilização com manta sobre a laje.
- Instalar o geocomposto para drenagem.
- Realizar reaterro do volume de terra retirado anteriormente
- Plantar sobre a terra a grama, de modo que a cobertura fique de acordo com a Figura 2.

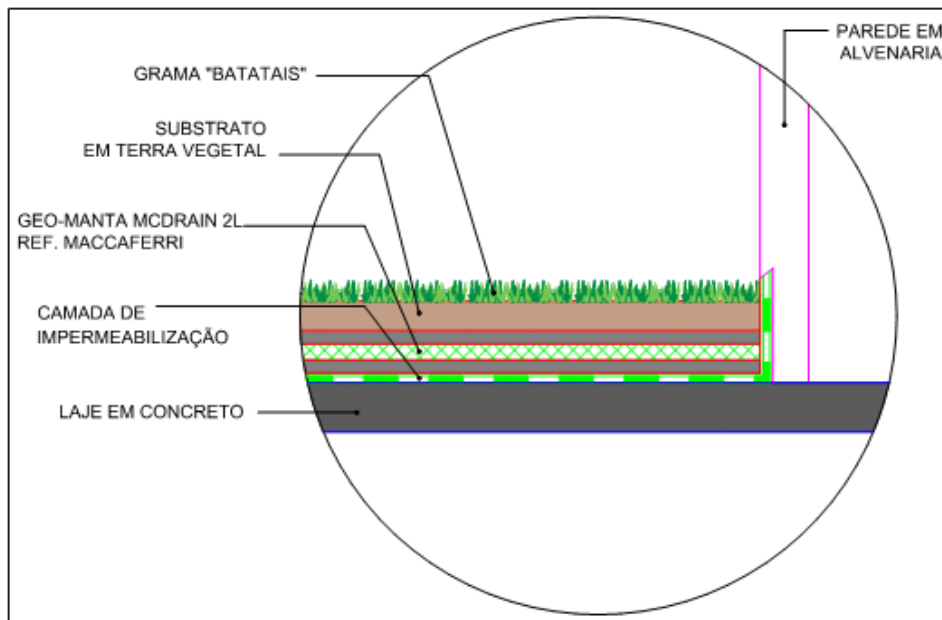


Figura 2 - Detalhamento telhado verde. Fonte: DPAE/UFSC

b) Critério de medição:

- Para os movimentos de terra: volume de terra efetivamente movimentado.
- Para os serviços de retirada e fornecimento de grama, remoção de manta, impermeabilização e instalação de geocomposto: área efetivamente tratada.

c) Normas Técnicas:

- NR 18; NR 35;
- NBR 9061: – Segurança de escavação a céu aberto;
- NR 18: - Condições e meio ambiente de trabalho.

4.8. Outros Serviços

4.8.1 Tratamento de Juntas de dilatação

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- i. Cortar a estrutura de concreto com disco de corte, na profundidade de 1 cm (pisos) ou 0,5 cm (superfícies verticais), duas linhas paralelas à distância de 6 cm da junta, conforme Figura 2.

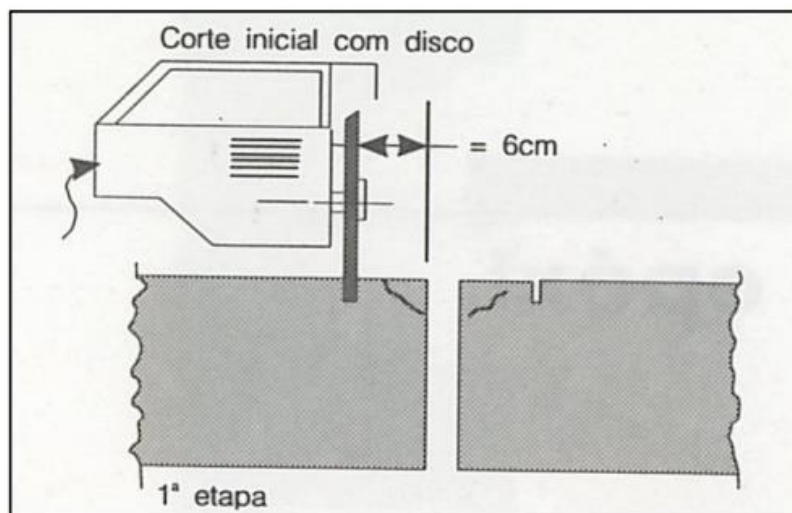


Figura 3 - Execução de corte ao redor da junta. Fonte: HELENE, Paulo R. L. Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto. Paulo Helene. 2. ed. São Paulo: Pini, 1992. 213p. ISBN 857266010-0.

ii. Demolir e escarificar na inclinação de 3:1 a aresta da estrutura de concreto ao redor da junta, conforme as Figuras 4 e 5.

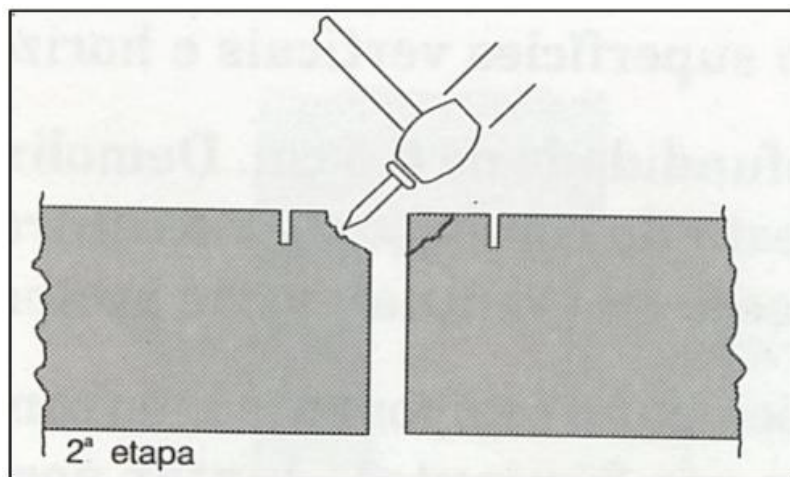


Figura 4 - Demolição e escarificação ao redor da junta. Fonte: HELENE (op. cit.).

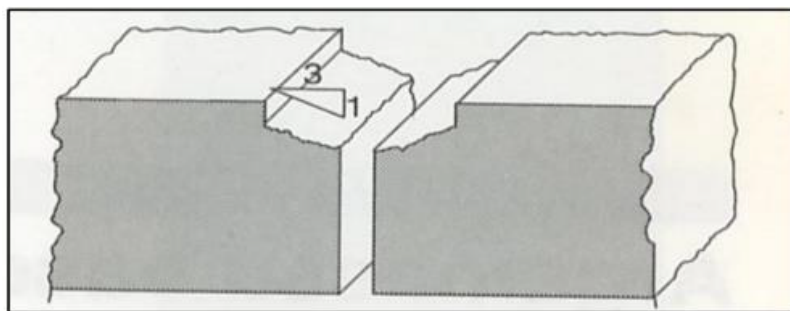


Figura 5 - Demolição e escarificação ao redor da junta. Fonte: HELENE (op. cit.).

iii. Limpar e manter o substrato saturado e com superfície seca, sem empoçamentos.

iv. Aplicar sobre a superfície de concreto adesivo estrutural à base de resina epóxi, ref. Sikadur 31, formando uma camada com espessura de 1,0 a 2,0mm

v. Aplicar a argamassa à base de cimento e polímeros nas bordas e, depois, moldando -a com colher ou mesmo com as próprias mãos protegidas com luvas. Após o tempo de início de pega do cimento, fazer o acabamento da área afetada, com uma desempenadeira de plástico ou de madeira.

vi. Após o total endurecimento das bordas (cerca de 7 dias), e com a superfície seca, instalar o cordão de isopor e aplicar o selante sobre a junta, conforme a Figura 6.

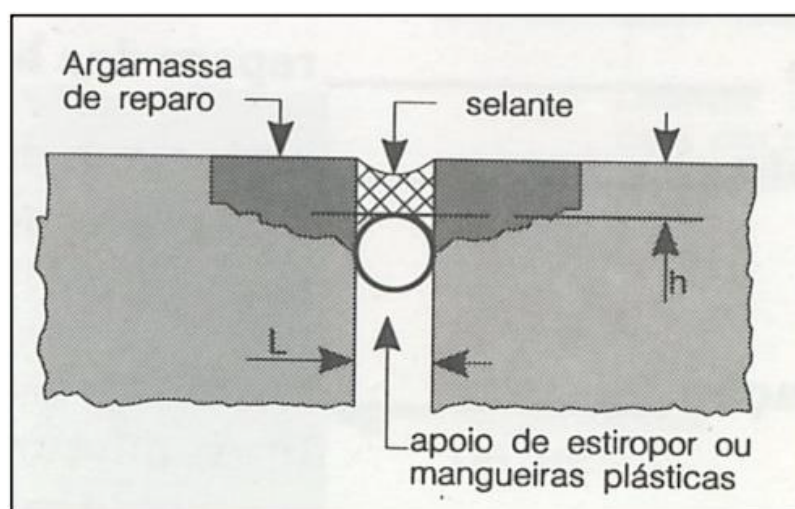


Figura 6 – Conclusão do tratamento da junta de dilatação. Fonte: HELENE (op. cit.).

vii. Caso necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá requerer à contratada a execução de uma cobertura superficial sobre a junta de dilatação com manta asfáltica revestida em alumínio, com largura de 30 cm, isto é, 15 cm para cada lado da junta.

b) Critério de medição: comprimento da junta de dilatação tratada.

c) Normas Técnicas: não especificado.

4.8.2 Aplicação de selantes

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- i. Deixar a superfície limpa, seca, isenta de óleos, graxas, impregnações, nata de cimento poeira e elementos soltos de qualquer natureza.
- ii. Antes de iniciar a aplicação, proteger as laterais da área a ser calafetada e/ou colada com uma fita crepe.
- iii. Remover a fita enquanto o mastique ainda se encontra fresco.
- iv. Sempre que necessário, introduzir um delimitador de profundidade na abertura da junta a fim de moldar a seção. A largura da junta deverá ser superior a 10 mm e inferior a 25 mm. Deve ser mantida uma relação largura: profundidade de aprox. 2:1.
- v. Deve-se assegurar que o mastique fica completamente em contato com ambos os lados da junta. Efetuar o enchimento da junta evitando a oclusão de bolhas de ar.

b) Critério de medição: comprimento de selante efetivamente executado.

c) Normas Técnicas: não especificado.

4.8.3 Aplicação de impermeabilizante flexível à base de elastômeros, cor branco, ref. Denverlastic, wallflex ou similar, mínimo de 3 demãos, estruturada com tela de poliéster

a) Execução do serviço:

- A superfície que receberá o sistema de impermeabilização deve estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;
- Aplicar a emulsão asfáltica com brocha ou trincha;
- Aguardar o tempo recomendado pelo fabricante para aplicar a segunda demão em sentido cruzado ao da primeira demão;
- Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, aguardar o tempo de cura definido pelo fabricante e realizar o teste de estanqueidade, conforme a norma vigente.

b) Critério de medição: área efetivamente impermeabilizada.

c) Normas de referência:

- NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Sistemas e projetos;
- NBR 9574:2008 – Execução da impermeabilização.

4.8. Limpeza final da obra

A Contratada deverá devolver à UFSC todo material removido que esteja em condições de utilização. Deverão ser retirados todos os detritos e restos de materiais de todas as partes dos serviços para fora da UFSC. Assim como, deverá ser feita uma varredura geral e limpeza dos locais e objetos dos serviços. A Contratada deve se responsabilizar integralmente pela separação e acondicionamento e destinação dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e Resolução CONAMA nº 307/2002.

- O local de deposição dos resíduos deverá ser caracterizado e sinalizado.
- No caso dos resíduos convencionais, é de inteira responsabilidade de a Contratada realizar o transporte e destinação dos resíduos até o ponto indicado pela Contratante;
- Os resíduos de construção civil devem ser triados e encaminhados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações;

*Resíduo Classe A (entulhos em geral, resíduos recicláveis como agregados): o material resultante poderá ser reutilizado pela Contratada ou deverá ser encaminhado para unidade ambientalmente adequada para esse fim, com licenciamento ambiental. Se por ocasião, a Contratante solicitar o material, deverá ser encaminhado para a mesma

*Resíduo Classe B (resíduos recicláveis constituídos de papel, plástico, vidro ou metal, por exemplo): poderá, quando houver espaço para armazenamento ser encaminhado para a unidade de triagem de resíduos recicláveis da Contratante. Caso contrário, deverá ser dada a destinação ambientalmente adequada.

*Resíduo Classe C (resíduos que não possuam tecnologias economicamente viáveis que permitam a reciclagem): poderá, quando houver espaço para armazenamento e se em pequena quantidade, ser encaminhado para a unidade de triagem de rejeitos da Contratante. Caso contrário, deverá ser dada a destinação ambientalmente adequada e encaminhado para disposição em local devidamente autorizado e licenciado pelos órgãos ambientais.

*Resíduo Classe D (resíduos perigosos, tais como: tintas, solventes, óleos, vernizes): a destinação ambientalmente adequada deverá ser realizada pela própria Contratada, às suas expensas. O transporte deve ser realizado por empresa habilitada e a destinação final deve ser realizado em local com as licenças e autorizações necessárias.

O transporte de resíduos (A, B, C e D) deverá ser feito em veículo devidamente adaptado para o serviço e a empresa deverá dispor das devidas licenças ambientais, caso sejam necessárias.

Poderá ser solicitado a qualquer tempo o certificado de destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

Quando houver necessidade de colocação de caçamba é necessário acordar previamente com a Contratante o melhor local para colocá-lo, de forma que não atrapalhe a passagem das pessoas e veículos e não fique em Área de Preservação Permanente.

4.8.1. Carga manual de entulho em caminhão basculante 6 m³

a) Execução do serviço:

- Quando ordenada pela fiscalização, a contratada deverá executar a carga manual de entulho em caminhão basculante ou em container de 5 m³ para retirada de entulhos;

b) Critério de medição: Volume de entulho carregado.

c) Normas de referência: não se aplica;

4.8.2. Remoção de entulhos em containers com capacidade de 5 m³

a) Execução do serviço:

- Quando ordenada pela fiscalização, a contratada deverá executar a remoção de entulhos classe A, B e C e providenciar a destinação adequada;

b) Critério de medição: volume de entulho removido em unidades de containers de 5 m³.

c) Normas de referência:

- Lei nº 12.305/2010;

- Resolução CONAMA nº 307/2002.

4.8.3. Remoção de resíduos de construção civil classe D, em containers com capacidade de 5 m³

a) Execução do serviço:

- Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá executar a remoção de entulhos classe D e providenciar a destinação adequada;

b) Critério de medição: volume de entulho removido em unidades de containers de 5 m³.

c) Normas de referência:

- Lei nº 12.305/2010;

- Resolução CONAMA nº 307/2002.

4.8.4. Limpeza final no local dos serviços

a) Execução do serviço:

- Quando ordenado pela fiscalização, a contratada deverá retirar todos os detritos e restos de materiais de todas as partes dos serviços para fora da UFSC. Assim como, deverá ser feita uma varredura geral e limpeza dos locais objetos dos serviços com a utilização de espátulas e vassouras.
- A Contratada deverá devolver à UFSC todo material removido que esteja em condições de utilização.
- Deverão ser retirados todos os detritos e restos de materiais de todas as partes dos serviços para fora da UFSC. Assim como, deverá ser feita uma varredura geral e limpeza dos locais objetos dos serviços.
- A Contratada deve se responsabilizar integralmente pela separação e acondicionamento e destinação dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e Resolução CONAMA nº 307/2002.

b) Critério de medição: Área de superfície limpa.

c) Normas de referência:

- Lei nº 12.305/2010;
- Resolução CONAMA nº 307/2002.

1. Versão do Documento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Atualização: dezembro/2023 Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022) - Adaptada UFSC_ versão 1.0. Ano 2024.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

UILSON RIES

Data: 30/03/2026 15:48:58-0300

CPF: ***.308.909-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

UILSON RIES

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente

LUIZ GUSTAVO SILVA DOS SANTOS

Data: 30/03/2026 15:56:06-0300

CPF: ***.160.600-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

LUIZ GUSTAVO SILVA DOS SANTOS

Equipe de Planejamento

TIAGO ZAVACKI DE MORAIS

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente
Joao Antonio Ribeiro da Luz
Data: 01/04/2026 08:44:57-0300
CPF: ***.018.169-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOAO ANTONIO RIBEIRO DA LUZ

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente
ADRIANO LUCIO ZIERO
Data: 30/03/2026 17:25:20-0300
CPF: ***.904.169-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

ADRIANO LUCIO ZIERO

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente
Augusto Romero Monteiro
Data: 01/04/2026 08:10:58-0300
CPF: ***.547.199-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

AUGUSTO ROMERO MONTEIRO

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente
Jose Fabris
Data: 30/03/2026 15:46:14-0300
CPF: ***.721.129-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOSE FABRIS

Equipe de apoio

MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

Estudo Técnico Preliminar 97/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23080.016076/2025-76

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços tem por finalidade recuperar a qualidade da estrutura física dos prédios, contribuindo para a conservação do bem público, mantendo ou recuperando o funcionamento do ambiente e o tornando mais agradável, proporcionando bem-estar aos que ali frequentam. Parte significativa dessas atividades, sobretudo aquelas de caráter corretivo, são imprevisíveis e não raramente exigem solução imediata para evitar prejuízos ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os edifícios da UFSC apresentam grande quantidade e variedade de coberturas, telhas, telhados e impermeabilização com danos em seus componentes e acentuado grau de desgaste pela ação do tempo e pelo uso, necessitando permanentemente de serviços de manutenção.

A ausência dessa contratação poderá acarretar riscos à segurança, interrupção do funcionamento de espaços acadêmicos e danos potencialmente maiores ao patrimônio público.

Somando as dificuldades relatadas com a quantidade de imóveis em uso pela UFSC, necessita-se de contratação que possibilite abranger a quantidade e variedades destes serviços.

Para tanto, há necessidade de contratação de empresa especializada na execução de manutenção nas estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações da Universidade Federal de Santa Catarina, localizados na grande Florianópolis, Araranguá e Curitibanos, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra qualificada para a plena execução do objeto.

O campus Blumenau foi consultado, entretanto foi informado que a contratação própria que possuem já atenderá as demandas deles.

O campus Joinville foi consultado, entretanto foi informado que não apresentam demandas para esta contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DMPI/PU	Tiago Zavacki de Moraes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços objeto desta contratação, tem a natureza de **serviços comuns de engenharia, sem dedicação de mão de obra exclusiva**, nos termos da alínea "a" do inciso XXI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em seu ato convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

A empresa deverá possuir registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade. No momento da assinatura do contrato, a empresa deverá ter profissional responsável técnico pela execução dos serviços com vínculo com a empresa e com o conselho competente CREA ou CAU.

A comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional do objeto desta contratação será por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. A quantidade mínima de comprovação de atestados será de 20%, ou superior, da

metragem quadrada dos itens que tratam de telhas e impermeabilizações deste objeto (telhas de fibrocimento, metálicas, impermeabilização à frio, com manta asfáltica, entre outros serviços de monta significativa, se houver).

As especificações técnicas detalhadas dos serviços, incluindo padrões de qualidade e normas aplicáveis (ABNT, NRs), estão dispostas no item 6.4 deste Estudo Técnico Preliminar e deverão ser rigorosamente seguidas pela Contratada.

A prestação dos serviços a serem contratados não geram vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços serão executados de acordo com o cronograma de execução, devendo a empresa, sob a coordenação da fiscalização, definir um plano de serviços coerente com os critérios de segurança, observadas as condições de conforto dos operários e outras pessoas envolvidas no processo, como também com as restrições de funcionamento do campus universitário. O cronograma de execução será composto pelos períodos de execução registrados na Ordem de Serviço que serão determinados no conjunto da fiscalização, empresa e agentes vinculados à demanda quando necessário (como administração predial, direção de centro, segurança patrimonial, entre outros).

A empresa deverá fazer treinamento com trabalhadores de prevenção e controle de princípios de incêndio, prevenção de acidentes do trabalho e correto uso, guarda e conservação de equipamentos de proteção individual, treinamento com trabalhadores que executarão trabalhos em altura (NR-35), já que haverá serviços a serem executados a mais de 2,5m de altura podendo chegar até a 50 m de altura no caso dos serviços previstos de conservação das coberturas dos edifícios, além de outros previstos na legislação. Os certificados referentes aos cursos poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal do Contrato.

A liberação de acesso de funcionários da Contratada aos locais da manutenção será de responsabilidade da UFSC. A partir desta liberação, o cuidado, guarda e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos nos ambientes acessados, tanto no período diurno como noturno, serão de responsabilidade da Contratada.

A empresa deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

Quanto à sustentabilidade, a Contratada deverá observar, no que couber, atenção ao disposto no artigo 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, incisos I a VIII e seu parágrafo único da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e ao Guia Nacional de Contratação Sustentáveis da CGU de setembro de 2019 e suas atualizações. Demais práticas ambientais são apresentadas no item 14 deste mesmo Estudo Técnico Preliminar.

Não existe a necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

Abaixo apresentamos uma análise contendo as possíveis soluções com as respectivas análises que embasam o motivo para adoção ou não da solução:

SOLUÇÃO	ANÁLISE	DECISÃO
Aquisição dos materiais pela UFSC, com execução com pessoal próprio	<ul style="list-style-type: none">Necessidade de realização de procedimento licitatório para aquisição dos materiais, por meio de diferentes modalidades, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) para permitir aquisições fracionadas e conforme demanda;Necessidade de Formação de estoque mínimo de insumos para atender emergências e demandas recorrentes;Inviabilidade prática de execução direta por pessoal próprio, em razão da escassez de mão de obra especializada e da inexistência de equipe técnica permanente para execução de serviços de impermeabilização e manutenção de coberturas.	Descartada
Aquisição de materiais pela instituição com contratação de mão de obra exclusiva para instalação	<ul style="list-style-type: none">Necessidade de realização de procedimento licitatório para a aquisição dos materiais, por meio de diversos procedimentos, Ata de Registro de Preços, com entregas parceladas;Dificuldade operacional quanto à gestão de estoque e armazenamento de materiais volumosos e sensíveis;Risco de ociosidade ou subutilização da mão de obra contratada em função da imprevisibilidade da demanda de manutenções;	Descartada

	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de sucessivas mobilizações e desmobilizações da equipe, elevando custos e dificultando a continuidade das intervenções. 	
Aquisição dos materiais pela empresa responsável pela disponibilização da mão de obra exclusiva	<ul style="list-style-type: none"> Risco de sobrepreço no fornecimento dos materiais, caso não haja controle efetivo dos valores de mercado. Uma rotina de controle adequada necessita da dedicação de diversos servidores e de tempo, o que pode provocar atraso na prestação dos serviços; Necessidade de realização de processo licitatório para contratação de empresa por posto fixo; Dificuldade de dimensionar a equipe de mão de obra em virtude da magnitude e imprevisibilidade das demandas de manutenção em coberturas e impermeabilizações. 	Descartada
Contratos de manutenção por escopo fechado (empreitada integral)	<ul style="list-style-type: none"> Pouca flexibilidade para atender demandas emergenciais ou imprevisíveis, especialmente em serviços sujeitos a intempéries ou degradação súbita, como infiltrações e danos em coberturas; Necessidade de projeto executivo e escopo completamente definido previamente, o que, em se tratando de manutenção predial, é um dificultador dada a natureza corretiva eventual; Impossibilidade de ajustar volumes e serviços ao longo do contrato, gerando riscos de superdimensionamento ou insuficiência na cobertura do contrato; Necessidade de instalação e manutenção de canteiro de obras, o que eleva custos e reduz a eficiência operacional. 	Descartada
Contratação sob demanda dos serviços com fornecimento de material pela empresa contratada	<ul style="list-style-type: none"> Maior economicidade da contratação por demanda com relação às outras opções de contratação; Maior agilidade da aquisição dos materiais pois os mesmos já estão registrados na Ata de Registro de Preços; Modelo que melhor atende à imprevisibilidade e variabilidade das demandas de impermeabilização e manutenção de coberturas, conforme orientações do TCU para o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) em objetos padronizados e com execução parcelada; Reduz custos com armazenagem e de canteiro de obras. 	Adotada

Em levantamento de editais comparáveis na Administração Pública (anexo I), observa-se ampla adoção da contratação sob demanda para serviços de manutenção de telhados e coberturas, com fornecimento de materiais pela empresa contratada. A seguir, alguns exemplos representativos:

Nº	DATA DA COMPRA	Nº DO PREGÃO	UASG	OBJETO	ITENS DO EDITAL RELACIONADOS À MANUTENÇÃO DE COBERTURAS	MODALIDADE
1	30/05/2025	90006/2024	160141 - COMISSAO DE OBRAS DO 3º GRUPAM.DE ENGENHARIA	(...)registro de preços para eventual contratação de serviço comum para manutenção de instalações de bens imóveis (prestação de serviço não continuado)(...)	71 ao 82, 129, 144, 145, 147	Pregão
2	02/04/2025	90009/2024	764200 - SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINHA	Contração de empresa especializada para executar serviços necessários para a manutenção e modernização das instalações do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (Sede) e (Praça XV), conforme condições, quantidades e exigências e estimativas, estabelecidas	1, 2 e 3 - Grupo 6	Pregão

				neste instrumento, a fim de atender as demandas do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha.		
3	27/03/2025	90079/2024	120624 - BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção de imóveis residenciais, administrativos e áreas comuns nas vilas militares de Anápolis e de Goiânia, a fim de atender às necessidades da Prefeitura de Aeronáutica de Anápolis (...)	7 ao 23	Pregão
4	25/02/2025	90084/2024	120624 - BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	Registro de preços para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, a fim de atender às demandas da Base Aérea de Anápolis (...)	1,2, 22, 36 ao 40	Pregão
5	13/03/2025	90119/2024	120016 - GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Registro de Preços para eventual contratação de manutenção predial no IAE.	1, 7 ao 17	Pregão
6	22/11/2024	90020 /2024	102314 - ESP - UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS - CAMPUS BOTUCATU	Constituição de sistema de registro de preços para contratação futura e eventual de serviços não contínuos de empresa especializada em prestação de manutenção predial (...)	9	Pregão

Com base na análise técnica das alternativas disponíveis e na experiência de outros órgãos da Administração Pública, conclui-se que a contratação sob demanda, via Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento de materiais pela empresa executora, atualmente é a solução mais adequada para atender à demanda da UFSC. Essa modalidade oferece maior flexibilidade, economicidade, padronização e agilidade, características essenciais para a natureza intermitente, corretiva e emergencial das manutenções de impermeabilização e coberturas prediais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Formato da contratação

Entende-se que a contratação através de Registro de Preços para execução por demanda, com mão de obra e material, é o procedimento mais adequado para atendimento das demandas da UFSC. Na atual configuração dos departamentos da UFSC, existe economicidade na contratação (devido a quantidade e infrequência de serviços) e agilidade e sincronia na compra de material (em conjunto com a mão de obra).

Os serviços serão executados sob regime de empreitada por preço unitário, visto que os serviços a serem executados podem ser divididos e mensurados em unidades autônomas e independentes, que juntas compõem integralmente o objeto desta contratação. Conforme manual do TCU (Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição), na empreitada por preço unitário são contratados apenas os preços unitários, sendo os quantitativos meramente referenciais que deverão ser futuramente aferidos e pagos de acordo com as medições do fiscal do contrato. Dessa forma a empreitada por preço unitário retira parcela significativa do risco atribuído ao contratado para a execução dos serviços, uma vez que o contratado tem a garantia de que o volume dos serviços medidos em campo corresponderá aos pagamentos.

O critério de julgamento será o de menor preço global por grupo. O prazo de execução desta contratação será de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura do contrato.

6.2. Disposições preliminares

Em qualquer situação deverão aplicar-se as normas do INMETRO, as normas da ABNT e as normas regulamentadoras, atualizadas e específicas para cada situação.

a. Dúvidas no decorrer do processo: A UFSC deverá ser consultada previamente em caso de dúvidas durante sua fase de licitação ou durante a execução dos serviços, por omissão involuntária, não se admitindo interpretações por conta própria das empresas participantes do processo licitatório.

b. Visita ao local dos serviços: Compete à empresa participante do processo licitatório, fazer prévia visita ao local dos serviços, fazendo minucioso exame das condições locais e averiguando os serviços e materiais a empregar. Quaisquer dúvidas ou irregularidade observadas deverão ser previamente esclarecida junto ao DMPI, visto que, depois de apresentada a proposta, não haverá acolhimento de nenhuma reivindicação neste sentido.

c. Alterações na execução dos serviços, especificações ou quantidades: Nenhuma alteração nos serviços, bem como nestas especificações, poderá ser feita sem autorização, da Fiscalização. A Fiscalização poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com o Termo de Referência. Depois de aprovada a proposta, não será permitida a alteração das especificações, exceto à juízo da Fiscalização e com autorização por escrito da mesma. As quantidades previstas nas Ordens de Serviço, geradas através do Termo de Referência, deverão ser conferidas no local dos serviços pela empresa contratada, não cabendo a cobrança de qualquer quantidade ou serviço extra que não tenham sido previamente aprovados pela Fiscalização.

6.3. Detalhes complementares

a. Qualidade dos serviços: Os materiais a empregar, assim como a mão-de-obra, serão de primeira qualidade objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições.

b. Materiais especificados: Em todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos, através de referência a determinada marca, tipo, denominação ou fabricação, fica subentendida a alternativa "ou rigorosamente similar", a critério da Fiscalização.

Os acabamentos dos materiais empregados devem seguir as características dos materiais já instalados no ambiente que está em manutenção ou dos outros ambientes da edificação, mantendo o padrão construtivo desta.

A Contratada deve priorizar a compra de materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução dos serviços.

A Contratada deve utilizar preferencialmente equipamentos consumidores de energia que apresentem o melhor desempenho sob o ponto de vista energético, comprovado pelo Selo Procel, da categoria A de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Quando for necessário a aquisição de materiais constituídos de metal (ferro, alumínio, cobre, etc), a contratada deverá utilizar preferencialmente aqueles que possuem tratamento anticorrosão.

A Contratada deve utilizar produtos provenientes da madeira que possuem selo FSC, Cerflor, outro documento que garanta a origem legal da madeira.

Utilizar produtos oriundos da madeira de lei ou subprodutos florestais de origem nativa que possuem o Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253 de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, válido por todo o tempo e percurso do transporte e armazenamento.

c. Recusa de serviços: A execução dos serviços será norteadada pela boa técnica, sendo direito da UFSC à recusa de serviços mal executados ou de técnicas duvidosas. Neste caso, confirmando-se a responsabilidade da Contratada, a Fiscalização exigirá nova execução dos serviços em questão, não havendo por parte da UFSC, nenhum custo adicional por demolições, transporte, compra e reposição de materiais, ou por qualquer que seja a modalidade de perda econômica por parte da Contratada.

d. Serviços mal executados: Ficará a Contratada obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados, logo após o recebimento da solicitação correspondente, sendo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências, ficando a etapa correspondente considerada não concluída.

e. Comunicação: As comunicações oficiais entre a Contratada e a UFSC podem ser:

- a) E-mail, que deverá ser feito entre os endereços oficiais das partes, salvo quando solicitada a alteração;
- b) Correspondência que deverá encaminhada ou respondida aos endereços oficiais das partes;
- c) Atas de Reunião as quais serão convocadas por outros meios de comunicação oficiais.

f. Preservação do meio ambiente: É expressamente proibido o escoamento de águas servidas utilizadas nos serviços para os canais, córregos ou nos mangues existentes nos campus. É expressamente proibido queimar os restos de árvores e madeiras existentes na UFSC. Todas as sobras de madeiras deverão ser transportadas para fora dos limites da UFSC pela Contratada, e deverão ser reutilizadas, recicladas ou encaminhadas para as áreas de armazenamento temporário, sendo dispostas de modo a permitir sua utilização ou reciclagem futura.

g. Limpeza permanente: As áreas de trabalho deverão ser limpas pelo menos uma vez por dia, devendo ser colocados contêineres específicos para transporte de entulhos, em local acordado com a Fiscalização.

h. Prejuízos adjacentes: Durante a execução dos serviços, todas as superfícies atingidas pela execução dos serviços deverão ser recuperadas, utilizando-se material idêntico ao existente no local, procurando-se obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes. Todo e qualquer dano causado às instalações da UFSC por operários ou funcionários da Contratada, deverá ser reparado sem ônus para UFSC. Antes do início dos serviços de manutenção, cabe a Contratada apresentar para a Fiscalização, o relatório do estado em que se encontram os ambientes de execução do serviço e adjacentes, e este deverá emitir parecer confirmando as informações, sendo que estes ambientes ao final dos trabalhos deverão estar nas mesmas condições da data deste relatório.

i. Horário de trabalho: Os serviços deverão ser realizados dentro do horário normal de funcionamento do DMPI e do corpo técnico dos campi, ou seja, de segunda a sexta-feira no período diurno. Os serviços que necessitarem ser executados fora destes dias e horários só poderão ocorrer com autorização da Fiscalização.

j. Transporte de equipamentos e transporte de pessoal: O transporte de equipamentos referentes à execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada. Do mesmo modo, as despesas decorrentes do transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como de operários, serão de responsabilidade da Contratada.

k. Estadia e alimentação de pessoal: As despesas decorrentes de estadia e alimentação de pessoal no local dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.

l. Ferramentas e equipamentos gerais: A Contratada deverá providenciar o ferramental, maquinário, transporte, serviços complementares, aparelhamento e recursos adequados e necessários ao perfeito andamento e boa execução dos serviços, não cabendo à UFSC qualquer responsabilidade na condução, apoio ou serviços indiretos motivados pelos serviços. Este ferramental, maquinário, transporte, serviços complementares, aparelhamento e recursos devem estar de acordo com as NBRs vigentes, certificados do INMETRO, quando for compulsória, e visar a segurança e eficiência em sua utilização através da manutenção destes. A Contratada deverá instruir os funcionários a fazerem uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício.

m. Equipamentos de proteção individual – EPI: A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas do serviço, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança necessários. Para proteção individual para a cabeça, tronco, braços e mãos, pernas, pés e trava-quedas. Deverá também se atentar a Norma Regulamentadora MT nº 15, de 08 de junho de 1978 em relação ao ruído contínuo ou intermitente e a necessidade de protetores auriculares aos seus funcionários.

n. Equipamentos de proteção coletiva – EPC: Em todos os itens dos serviços, deverão ser fornecidos e instalados os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas do serviço, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério da Economia, bem como demais dispositivos de segurança necessários.

6.4. Especificações técnicas dos serviços

6.4.1. Serviços preliminares

6.4.1.1. Tapume com tela de propileno

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a contratada deverá providenciar a isolamento da área com tapume de tela de propileno, com altura mínima de 1,20 m, de forma a não oferecer quaisquer tipos de riscos a funcionários ou transeuntes.

b) Critério de medição: área do tapume.

c) Normas Técnicas: não especificado.

6.4.1.2. Andaimas metálicos e balancim individual

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá providenciar a aquisição ou locação de andaimes tubulares metálicos tipo torre e/ou fachadeiro, ou de balancim individual, de forma a poder executar os serviços contratados sem necessidade de realizar quaisquer tipos de perfurações, ou apoios nas alvenarias, e sem infringir quaisquer tipos de danos aos edifícios.

b) Critério de medição:

b.1) Para andaime tipo torre: altura do andaime utilizado e número de meses do aluguel.

b.2) Para andaime tipo fachadeiro: área vertical projetada sobre a edificação pelo andaime utilizado e número de meses do aluguel.

b.3) Balancim individual: semanas de aluguel.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.13: Medidas de proteção contra quedas de altura) e ABNT NBR-6494 (Segurança nos andaimes).

6.4.2. Estruturas de madeira

6.4.2.1. Desmontagem de estruturas de cobertura e remoção de telhas

a) Descrição do serviço: As telhas (cerâmica, fibrocimento, metálicas) deverão ser removidas cuidadosamente, podendo ser reaproveitadas em função do seu estado. Do mesmo modo, as partes do madeiramento (ripas, caibros, terças, vigas) que estiverem em bom estado devem: (a) ser removidas com cuidado; ou (b) mantidas, caso estejam em bom estado.

b) Critério de medição: área desenvolvida do telhado a ser removido.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.13: Medidas de proteção contra quedas de altura).

6.4.2.2. Remoção de forro

a) Descrição do serviço: O forro deverá ser retirado cuidadosamente e transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho. Antes de iniciar o serviço, desligar as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgoto.

b) Critério de medição: área do forro a ser removido.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.13: Medidas de proteção contra quedas de altura).

6.4.2.3. Estruturas de madeira e imunização

a) Descrição do serviço: A execução de estruturas de madeira seguirá os seguintes procedimentos: As superfícies de topo das peças de madeira da estrutura do telhado que ficarem expostas ao ambiente exterior deverão ser impermeabilizadas.

As ligações presas nas tesouras devem ser feitas com, pelo menos, quatro pregos em cada peça. As ligações de peças sujeitas a esforços de tração devem ser efetuadas com o auxílio de cobre-juntas metálicas, fixados com parafusos.

As ligações de apoio de peças de madeira devem ser feitas por encaixe, podendo ser reforçadas com talas laterais de madeira, fitas metálicas ou chapas de aço fixadas com parafusos.

Os apoios das vigas principais das tesouras não devem apoiar-se diretamente sobre a alvenaria, mas sim sobre coxins: peças de reforço de alvenaria, cintas de amarração do concreto ou frechais (vigas de madeira).

Os encaixes das pernas devem ser feitos por entalhes, com dentes simples ou duplos em caso de afastamento. Outros encaixes podem ser feitos com estribos, cobre-juntas de madeira e cantoneiras metálicas nas extremidades e partes centrais da tesoura.

Todas as peças de madeira das estruturas das coberturas, incluindo as peças existentes e as novas que serão empregadas na recuperação dessas estruturas, deverão receber tratamento imunizador com aplicação de duas demãos de imunizante de boa qualidade, por pincelamento farto, de acabamento incolor, ref. Jimo Cupim ou similar.

A imunização deverá atingir todas as faces aparentes do madeiramento e, nas peças novas, deverá ser executada antes da sua utilização e montagem na estrutura e após a execução de todos os cortes e entalhes. Excetuam-se aquelas madeiras que já foram tratadas anteriormente.

b) Critério de medição: comprimento de cada peça instalada.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 7190:1997 (Projeto de estruturas de madeira), ABNT NBR 7203:1982 (Madeira serrada e beneficiada), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3 Telhados

6.4.3.1. Telhas cerâmicas

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos: A colocação das telhas deve ser feita por fiadas, iniciando-se pelo beiral e seguindo-se em direção à cumeeira. As telhas da fiada seguinte devem ser colocadas de modo a se encaixarem perfeitamente na fiada anterior.

Deve-se posicionar simultaneamente as telhas em todas as águas do telhado, para que seu peso seja distribuído uniformemente sobre a estrutura de madeira.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 15310:2009 (Componentes cerâmicos – Telhas – Terminologia, requisitos e método de ensaio), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3.2. Telhas de fibrocimento onduladas

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

As telhas devem ser fabricadas sem amianto.

As faces das terças em contato com as telhas devem se situar no mesmo plano.

Não se deve apoiar as telhas em arestas (quinas) ou faces arredondadas.

A montagem deve ser iniciada do beiral para a cumeeira.

As águas opostas dos telhados devem ser cobertas simultaneamente. Recomenda-se a utilização da cumeeira como gabarito para se manter o alinhamento das ondas.

Não se deve pisar diretamente sobre as telhas, utilizando-se para isso tábuas apoiadas sobre as terças.

Em telhados muito inclinados, deve-se amarrar as tábuas a fim de se evitar deslizamentos. No caso da construção estar fora de esquadro, deve-se colocar a primeira telha perpendicularmente às terças, acertando-se o beiral lateral com o corte diagonal das telhas da primeira faixa. Em seguida, continuar a se montar as telhas normalmente.

Para as telhas de fibrocimento com 6 mm de espessura o balanço deve estar situado entre 15 e 40 cm. Para telhas de fibrocimento com 8 mm de espessura, o balanço máximo é de 100 cm (1 m). Para as telhas de fibra de vidro, não deve ser utilizado balanço.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 7581:1983 (Telha ondulada de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3.3. Telhas estruturais de fibrocimento

a) Descrição do serviço: Consideram-se aqui as seguintes referências de telha de fibrocimento: Maxiplus, Kalheta, Kalhetão, Canalete 49 e Canalete 90. A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

As telhas devem ser fabricadas sem amianto.

As faces das terças em contato com as telhas devem se situar no mesmo plano.

A montagem deve ser iniciada do beiral para a parte alta do telhado.

As águas opostas dos telhados devem ser cobertas simultaneamente. Recomenda-se a utilização da cumeeira como gabarito da montagem, mantendo o alinhamento das cristas dos canaletes na linha de cumeeira. Deve-se realizar cortes de cantos quando houver recobrimento longitudinal.

O furo deve ser feito a uma distância de, no mínimo, 10 cm da borda do canaleta ou da peça.

O balanço das telhas deve estar entre a faixa de 20 a 150 cm.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 5640:1995 (Telha estrutural de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3.4. Telhas de metálicas de formato trapezoidal

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

Deve-se iniciar a colocação das telhas de baixo para cima, e no sentido oposto ao vento dominante.

Deve-se adotar um cobrimento transversal de duas ondas e meia.

Deve-se adotar um cobrimento longitudinal de 15 cm para inclinação acima de 10% e de 20 cm para inclinação abaixo de 10%. O elemento de fixação deve ser colocado nas telhas na parte alta da onda e nos revestimentos na parte baixa da onda, na direção longitudinal numa distância máxima de 100 cm.

b) Critério de medição: área de projeção horizontal do telhado.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3.5. Cumeeiras para telhas cerâmicas

a) Descrição do serviço: O emboçamento da última fiada de telhas deve ser realizado com argamassa de cimento e areia com o traço 1:2:8. O assentamento das telhas de cumeeiras deverá ser realizado com a área de argamassamento voltada para o lado contrário ao do vento predominante no local.

b) Critério de medição: comprimento de cumeeira.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 15310:2009 (Componentes cerâmicos – Telhas – Terminologia, requisitos e método de ensaio), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.3.6. Cumeeiras para telhas de fibrocimento

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

A montagem da cumeeira deve ser feita após a colocação das telhas nas duas águas adjacentes do telhado, no sentido contrário ao dos ventos predominantes da região.

As abas das telhas devem estar alinhadas de tal forma que haja perfeito encaixe da cumeeira.

Sobre o apoio, a fixação da cumeeira deve se dar com ganchos com rosca junto aos canaletes. Furo com broca 16 mm (5/8"). Afastada do apoio, a fixação deve se dar nos canaletes com fixadores de abas. Furo com broca 13 mm (1/2"). Para inclinação de telhado igual ou superior a 9%, deve-se usar travas, com distância de 12 cm, a fim de se permitir o recobrimento mínimo de 25 cm da cumeeira sobre o canaleta.

Os elementos de fixação devem ser colocados nas cristas das ondas do fundo e devem manter a distância de 10 cm da borda da peça.

Deve-se apertar o parafuso ou a porca do gancho apenas no nível suficiente para se assentar a vedação em todo o seu contorno.

b) Critério de medição: comprimento de cumeeira.

c) Normas Técnicas: ABNT NBR 5640:1995 (Telha estrutural de fibrocimento), ABNT NBR 7581:1983 (Telha ondulada de fibrocimento), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.4 Calhas e Rufos

a) Especificações gerais:

Os rufos necessários serão executados seguindo orientação da Fiscalização e serão executados a um centímetro acima das telhas, não devendo ser coladas ou soldadas a estas, de forma que possibilite a retirada das telhas para futuras manutenções.

As áreas de telha que se encontram abaixo destes rufos não deverão possuir parafusos. Havendo necessidade, as telhas desta área deverão ser aparafusadas na calha.

As calhas serão executadas seguindo a orientação da Fiscalização, garantindo perfeito alinhamento e inclinação adequada para o escoamento das águas pluviais. Deverão ser instaladas sem deformações, com juntas devidamente vedadas e fixação segura, de forma a evitar vazamentos e acúmulo de água. Todos os acessórios, como ralos, cumeeiras e conectores, deverão ser instalados conforme orientação da Fiscalização, garantindo funcionalidade e durabilidade do sistema de drenagem.

b) Critério de medição: Comprimento total de calhas e rufos instalados.

c) Normas Técnicas: NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.4.5 Serviços de Alvenaria:

a) Especificações gerais:

Na execução das alvenarias deverão ser seguidas as normas da ABNT e as seguintes especificações.

Se as dimensões dos tijolos empregados obrigarem a alguma alteração das espessuras, far-se-ão as necessárias modificações, depois de consultada a fiscalização.

Os tijolos serão abundantemente molhados, antes de seu assentamento.

Toda superfície de concreto que ficar em contato com alvenaria de tijolos deverá ser previamente chapiscada com argamassa 1:1 de cimento e areia grossa.

As paredes de vedação, sem função estrutural, serão calçadas nas vigas e lajes do teto com tijolos dispostos obliquamente. Este respaldo só poderá ser executado depois de decorridos 8 (oito) dias da conclusão de cada pano de parede.

Os compartimentos transformadores, para caixas de passagem e de inspeção, etc., que não fazem parte do projeto de arquitetura terão as paredes de alvenaria executadas de modo a atender aos projetos de instalações mecânicas e elétricas e a estas especificações.

Todos os vãos de portas e janelas têm suas dimensões indicadas nos detalhes gerais, que devem ser obedecidos para a fixação do tamanho das aberturas na alvenaria.

Toda superfície de concreto que ficar em contato com alvenaria de tijolos deverá ser previamente chapiscada com argamassa 1:1 de cimento e areia grossa.

As paredes de vedação, sem função estrutural, serão calçadas nas vigas e lajes do teto com tijolos dispostos obliquamente. Este respaldo só poderá ser executado depois de decorridos 8 (oito) dias da conclusão de cada pano de parede.

6.4.5.1. Alvenaria de Tijolos Comuns Revestida

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

Todas as paredes, salvo indicação em contrário, serão executadas com tijolos de barro cozido, furados. As dimensões indicadas referem-se a paredes depois de revestidas. Para o assentamento de tijolos furados deverá ser usada argamassa 1:4 – cimento e areia média.

As fiadas serão perfeitamente horizontais, alinhadas e aprumadas. As juntas, de espessura máxima de 15 (quinze) mm, serão rebaixadas a ponta de colher, para que a argamassa adira fortemente.

As juntas das duas primeiras fiadas de tijolos em todo pavimento térreo serão impermeabilizadas com aditivo vedacit conforme recomendação do fabricante.

Toda saliência superior a 4 (quatro) cm deverá pertencer à própria alvenaria.

Todos os vãos de portas, janelas e quaisquer outras aberturas, quando não especificado em contrário, levarão verga de concreto.

Todas as paredes que não forem cunhadas na parte superior, bem como guarda-corpos, platibandas e parapecitos serão respaldadas com cinta de concreto com altura mínima de 10 (dez) cm.

Não será aceito argamassa composta de saibro de qualquer espécie.

b) Critério de medição: Utilizar a área líquida das paredes de alvenaria de vedação, incluindo a primeira fiada. Todos os vãos (portas e janelas) deverão ser descontados.

c) Normas Técnicas: - ABNT. NBR 8545 (Execução de alvenaria sem função estrutural de tijolos e blocos cerâmicos), NBR 15270:2017 (Componentes cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria).

6.4.5.2 Revestimentos (Chapisco e Reboco)

a) Descrição do serviço: A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

As paredes de tijolos externas salvo indicação em contrário, serão revestidas com chapisco de cimento e areia grossa no traço 1:3 e reboco de massa única no traço 1:2:5 de cimento, cal e areia média peneirada, sem cal onde houver revestimento cerâmico.

O revestimento com argamassa terá traço medido por meio de padiolas, com inscrição em ambas as faces, contendo o nome do material e o número de vezes que entra no traço.

As superfícies de paredes serão limpas a vassoura e abundantemente molhadas (com esguicho e mangueira) antes da aplicação do chapisco.

Os rebocos só serão executados depois da colocação de peitoris e marcos, e antes da colocação de alisares e rodapés.

Admitir-se-á espessura máxima de 15 (quinze) mm para os rebocos acabados.

As superfícies revestidas deverão apresentar paramentos perfeitamente planos, aprumados, alinhados e nivelados, com todos os cantos externos, horizontais e verticais, acabados a meia cana, e sem apresentar fissuras de contração de argamassa.

O reboco só será aplicado depois de completada a pega das argamassas das alvenarias e chapiscos, e depois de colocada e testada todas as tubulações.

b) Critério de medição: - Utilizar a área de revestimento em paredes efetivamente executado. Todos os vãos deverão ser descontados (portas, janelas etc.).

c) **Normas Técnicas:** - ABNT. NBR 7200 (Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassa inorgânicas – Procedimento). ABNT. NBR 13281 - (Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Requisitos), dentre outras.

6.4.6. Estruturas em concreto armado

a) Descrição do serviço:

A execução desse serviço seguirá os seguintes procedimentos:

A execução dos serviços deverá satisfazer plenamente as normas e especificações da ABNT, aplicáveis no caso.

A execução de qualquer elemento ou do conjunto da estrutura implica na responsabilidade do Construtor quanto à estabilidade da obra.

O concreto deverá ser misturado mecanicamente, de preferência em usina, ou em betoneira de eixo vertical, tipo contracorrente, que possibilita maior uniformidade e rapidez na mistura. O tempo de mistura será de 1 (um) minuto, no mínimo.

O transporte do concreto para os locais de lançamento se fará através de caçambas com capacidade igual à da betoneira ou à metade da mesma. O tempo de transporte não deve exceder 15(quinze) minutos.

O adensamento se fará através de vibradores de imersão, com configuração e dimensões adequadas às várias peças.

O lançamento do concreto nas fôrmas deverá obedecer ao plano específico, não sendo toleradas juntas de concretagem que não as constantes do referido plano. Antes da nova concretagem, a superfície das juntas deverá ser cuidadosamente limpa, com auxílio de ar comprimido ou através de lavagem com água, tratando-se a superfície de contato com produtos adequados para esse fim. A altura máxima de queda do concreto não deverá exceder 2(dois)m, não sendo tolerado o emprego de calhas. O concreto não poderá ser vibrado através de sua ferragem.

Deverá ser cuidadosamente executada a cura de todas as superfícies expostas, que se destina a impedir a perda prematura de água necessária à hidratação do cimento. Nesse sentido, as faces superiores devem ser cobertas por lona plástica.

Na execução das estruturas, deve a Contratada obedecer integralmente às Normas Brasileiras.

Durante os trabalhos de execução das peças estruturais, deverá a Contratada observar o máximo cuidado na confecção das fôrmas, nos escoramentos, na granulometria dos agregados, na mistura, na plasticidade e vibração do concreto e também na desforma, de modo que o produto final se apresente com superfícies, faces e arestas uniformes, garantindo assim resistência e aparência desejáveis da estrutura.

Nenhum conjunto de elementos estruturais - vigas, sapatas, etc. - poderá ser concretado sem a prévia verificação por parte da Fiscalização da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos de formas e armaduras correspondentes, bem como sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa do concreto.

Na execução de concreto aparente, será levado em conta que o mesmo deverá satisfazer não somente os requisitos estruturais, como também um bom recobrimento da ferragem e às condições inerentes a um material de acabamento.

A Fiscalização rejeitará os serviços cuja aparência não seja satisfatória, como falhas, flechas, embarrigamentos, afloramento de armaduras, etc., correndo por conta da Contratada demolições e construções que forem determinadas pelos responsáveis para bom andamento dos trabalhos.

A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, não só quanto aos acabamentos, mas também com relação à resistência e estabilidade da construção.

b) Critério de medição: volume de concreto executado.

c) **Normas Técnicas:** NBR 6118 - Projeto e Execução de Obras em Concreto Armado, NBR 6122- Projeto e Execução de Fundações e NBR 8798, assim como todas as especificações contidas no projeto executivo e memorial de especificações do Projeto Estrutural.

d) Materiais Constitutivos do Concreto:

A água, o cimento e os agregados deverão obedecer ao especificado pelas Normas Brasileiras pertinentes.

A água a ser empregada no preparo do concreto deverá ser límpida e isenta de quantidades prejudiciais de substâncias estranhas que possam prejudicar a qualidade do concreto.

O agregado graúdo será a pedra britada e o agregado miúdo, a areia natural. É vedado o emprego de pó-de-pedra em substituição à areia, e o cascalho somente poderá substituir a pedra britada depois de realizados os testes previstos em norma, a critério da Fiscalização.

A areia e a pedra britada não poderão apresentar substâncias nocivas, como torrões de argila, matérias orgânicas, etc., em percentagem superior às que estão especificadas pela ABNT. O agregado graúdo será constituído pela mistura, em proporções convenientes de acordo com os traços determinados em dosagem racional, das pedras britadas nº 1, 2 e 3.

Os agregados deverão ser armazenados separadamente de acordo com sua granulometria e em locais que permitam a livre drenagem das águas pluviais.

O cimento empregado na obra será o tipo Portland comum e branco-estrutural e deverá obedecer rigorosamente a todas as condições impostas pela ABNT. A fiscalização rejeitará os lotes de cimento cujas amostras revelarem nos ensaios, características inferiores às estabelecidas em norma, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização, mesmo que o lote de cimento se encontre na obra. O cimento deverá ser armazenado em local seco e abrigado, a fim de não sofrer os efeitos da umidade. Cada lote de cimento será armazenado de modo facilmente distinguível dos demais lotes.

Fôrmas comuns - A execução das fôrmas deverá obedecer as normas da ABNT atuais. A madeira utilizada na confecção das fôrmas não poderá ter espessura inferior a 2,5cm, exceto a que for empregada no revestimento de fôrmas para concreto aparente que será de compensado apropriado, plastificado. Permite-se o reaproveitamento, desde que se processe a limpeza e que se verifique estarem as fôrmas isentas de deformações. Deverão ser obedecidas as dimensões do projeto, mantendo-se as fôrmas em seus lugares por meio de elementos de resistência adequada e em número suficiente. As fôrmas deverão ser escovadas e rejuntadas, não podendo apresentar nós frouxos. Antes do lançamento do concreto, deverão ser molhadas, para que não absorvam a água do concreto necessária à hidratação do cimento.

Cimbramento - A estrutura provisória que suportará as fôrmas até o solo poderá ser executada em madeira roliça ou serrada, ou ainda, em estrutura metálica. O serviço inclui o fornecimento de todos os materiais necessários à sua perfeita execução.

O descimbramento obedecerá às prescrições de normas e os prazos mínimos para a retirada das fôrmas serão:

- Paredes, pilares e faces laterais de vigas3 dias;
- Lajes de mais de 10cm de espessura e faces inferiores de vigas até 10m de vão.....21 dias.

6.4.7 Impermeabilização de lajes, calhas e platibandas

a) Descrição do serviço: quando ordenado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- a.1) Limpar a superfície a ser tratada, de modo que a mesma fique seca e isentas de pó. Sempre que necessário, deve ser feita a lavagem com escova de aço e água ou jato d'água de alta pressão.
- a.2) Os cantos deverão ser arredondados, em meia-cana com raio de 8,00cm, com argamassa de cimento e areia média no traço 1:3. Deverá ser assegurada uma inclinação mínima de 1% em direção aos pontos de caimento de água, devendo ser aumentada para 5% nas vizinhanças de cada bocal de coletor de águas pluviais. Essa argamassa deverá ter acabamento desempenado, com espessura mínima de 2 cm.
- a.3) Após a execução e cura das formas de caimento, aplicar uma demão de solução asfáltica com rolo ou trincha, aguardando a secagem no mínimo, por duas horas. Após a secagem do primer, deverá ser aplicada a manta asfáltica nas superfícies horizontais, subindo 20 cm nas superfícies verticais das muretas, embatendo 5 cm, ou subindo até o coroamento (platibandas e calhas).
- a.4) Nos lugares em que a instalação da manta for de difícil execução, será realizado em seu lugar a impermeabilização a frio com impermeabilizante flexível de base de acrílica (ref. Igolflex branco), estruturado com tela de poliéster de malha 1,00mm x 1,00mm.
- a.5) Nos locais onde for conveniente, deverá ser aplicada sobre a impermeabilização uma argamassa de proteção de cimento e areia no traço 1:3, com juntas de dilatação preenchidas com mastique de elasticidade permanente. A argamassa de proteção terá uma espessura mínima de 2,50 cm.
- a.6) Nas calhas deve-se prever a instalação de tubos extravasores, colocados um pouco abaixo do nível crítico de transbordamento interno, a fim de que em um eventual entupimento dos coletores da água tenha pontos de escoamento para o lado externo da edificação.
- a.7) Em casos onde a manta está em boas condições e as suas emendas necessitarem apenas de um reforço, proceder-se-á a aplicação simples de maçarico e a aplicação da tinta aluminizada.

b) Critério de medição: área efetivamente tratada, com exceção dos reparos de emenda de mantas (cujo critério é o comprimento da emenda efetivamente tratada).

c) Normas Técnicas: - ABNT. NBR 9574 (Execução de impermeabilização), ABNT. NBR 9685 (Emulsão asfáltica para impermeabilização), NBR 9952 (Manta asfáltica para impermeabilização), ABNT. NBR 11905 (Argamassa polimérica industrializada para impermeabilização), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, item 18.18: Telhados e coberturas).

6.5. Reparos e limpeza geral dos serviços

Assinado digitalmente por ULLSON RIES e Tiago Zavacki de Moraes e João Antonio Ribeiro da Luz e Adriano Lúcio Ziero e LUIZ GUSTAVO SILVA DOS SANTOS. Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 23080.016076/2025-76 e o código EAO7L4TW.

Após a conclusão dos serviços e também durante sua execução, deverão ser reparados, repintados, reconstruídos ou repostos itens, materiais, equipamentos, etc., sem ônus para a Universidade, danificados por culpa da Contratada, danos estes eventualmente causados às obras ou serviços existentes, vizinhos ou trabalhos adjacentes, ou a itens já executados dos próprios serviços.

6.5.1. Limpeza

6.5.1.1. Limpeza preventiva

A Contratada deverá proceder periodicamente à limpeza dos locais dos serviços e de seus complementos removendo os entulhos e sujeiras resultantes, tanto do interior da mesma, como no canteiro de serviços e adjacências provocados com a execução dos serviços, para bota fora apropriado, sem causar poeiras e ou transtornos ao funcionamento dos edifícios do campus universitário. Os serviços deverão ser executados de maneira tal a provocar o mínimo de sujeira possível, e sem causar transtornos aos ambientes.

6.5.1.2. Limpeza final

Deverão ser previamente retirados todos os detritos e restos de materiais de todas as partes dos serviços e de seus complementos, que serão removidos para fora da UFSC. Em seguida será feita uma varredura geral e limpeza dos locais objetos dos serviços, e de seus complementos com o emprego de serragem molhada, se for o caso para evitar formação de poeira. Posteriormente será feita uma limpeza prévia de todos os pisos, paredes, tetos, portas, janelas e vidros, com flanela umedecida ligeiramente em solução de sabão neutro e flanela seca, limpa, para retirada de toda poeira. Far-se-á após, a lavagem e limpeza com retirada de manchas, respingos e sujeiras, etc. Não deverão ser usadas espátulas de metal na limpeza da obra, para se evitar arranhões, se for o caso utilizar com bastante cuidado.

6.6. Controle ambiental

Os procedimentos de controle ambiental referem-se à proteção de corpos d'água, da vegetação lindeira e da segurança viária. A seguir são apresentados os cuidados para proteção do meio ambiente e segurança, a serem observados no decorrer da execução do pavimento. Durante a execução deverão ser conduzidos os seguintes procedimentos:

- a) deve-se ser implantada a sinalização de alerta e segurança de acordo com a norma pertinente aos serviços;
- b) proíbe-se o tráfego desnecessário dos equipamentos fora do corpo das vias ou estacionamentos para evitar danos à vegetação e interferências na drenagem natural;
- c) é proibida a deposição irregular de sobras de materiais utilizado na execução dos serviços junto ao sistema de drenagem lateral, evitando assim o assoreamentos e soterramento da vegetação;
- d) mais uma vez, é obrigatório do uso de EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) pelos funcionários.
- e) Observar também as exigências do item 14 deste ETP.

6.7. Recebimento dos serviços

Considerando que os serviços serão prestados sob demanda, no âmbito de uma Ata de Registro de Preços, os recebimentos deverão ocorrer por meio de ordens de serviço emitidas conforme necessidade. O recebimento provisório e a verificação da conformidade dos serviços prestados deverão ser realizados após cada medição, mediante atesto técnico, conforme disciplinado no futuro Termo de Referência e nos instrumentos contratuais correspondentes.

A Contratada fica obrigada a manter os serviços por sua conta e risco, até o recebimento definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

Aceitos os serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

Desde o recebimento provisório, a Universidade entrará de posse plena das obras e serviços, podendo utilizá-los. Este fato será levado em consideração quando do recebimento definitivo, para os defeitos de origem da utilização normal do edifício.

6.8. Local da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nos campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme endereços abaixo. Entretanto, O local de prestação dos serviços poderá sofrer alterações conforme necessidade da administração, respeitados os municípios de cada campus, sem qualquer ônus à contratante.

6.9.1. Campus Araranguá:

- a) Rodovia Governador Jorge Lacerda, nº 3201 - Km 35,4, Jardim das Avenidas, CEP: 88906-072, Araranguá /SC.
- b) Mato Alto - Rua Pedro João Pereira, 150, Mato Alto, CEP 88900-000, Araranguá/SC.

6.9.2. Campus Curitibanos:

- a) Área SEDE (CBS01 e CBS02): Rod. Ulysses Gaboardi, 3000 Km 3, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.
- b) Área Experimental Agropecuária: Rod. Ulysses Gaboardi, Km 6,5, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.
- c) Área Experimental Florestal: BR 470, Km 265, CEP: 89520-000, Curitibanos/SC.
- d) CEDUP: Rua Advogado Sebastião Calomeno, 400, São Francisco, CEP 89520-000, Curitibanos/SC.

6.9.3. Campus Florianópolis:

- a) Campus Universitário: Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900.
- b) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-000.
- c) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Servidão Caminho do Porto, S/N - fundos, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-257.
- d) LAPAD: Rodovia Francisco Thomaz Dos Santos, 3532, Armação do Pântano Do Sul, Florianópolis/SC, CEP 88066-260.
- e) Laboratórios na Barra da Lagoa: Serv. Beco dos Coroas, 503 - Barra da Lagoa, Florianópolis/SC, CEP 88061-600.
- f) LMM em Sambaqui: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2932 - Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88051-000.
- g) Fazenda Experimental da Ressacada: Rua José Olímpio da Silva 1326 - Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049-500.
- h) TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757, Centro, CEP 88015-310 e Av. do Antão, 1884, Altos do Morro da Cruz, CEP 88025-150, ambos Florianópolis/SC.
- i) Fortaleza de Santa Cruz: localizada na Ilha de Anhatomirim, Governador Celso Ramos/SC.
- j) Fortaleza de São José da Ponta Grossa: Rua José Cardoso de Oliveira, Praia do Forte, Jurerê Internacional, Florianópolis/SC.
- k) Fortaleza de Santo Antônio de Ratores: Ilha de Ratores Grande, na Baía Norte, Florianópolis/SC.
- l) Cidade das Abelhas: Rodovia Virgílio Várzea, s/n, Saco Grande, Florianópolis/SC.
- m) Unidade de Conservação Ambiental do Desterro - UCAD: Rodovia SC-401, Km 06 (Altura do Viaduto de Cacupé), Florianópolis/SC, CEP 88032-005.
- n) Unidade Sul da Ilha: Rua José Olímpio da Silva 1069, Bairro Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049-500.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Com relação aos campi Araranguá e Curitibanos, foram feitos contatos por e-mail, onde nas ocasiões foram informadas sobre os serviços e da necessidade de estimativas dos serviços necessário para a execução de manutenções do referido objeto. Em resposta foram repassadas informações de quantitativos para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar pelos seus responsáveis dos campi.

Já os campi Blumenau e Joinville, informaram que não possuem demandas para esta licitação. (Anexos III e V)

Quantidade base campus Curitibanos (Anexos IV, VI e VII)

Considerando que desde a abertura do Campus em 2009, até o presente momento, não houve manutenção na cobertura dos prédios, havendo vários pontos de infiltrações, sendo a pior situação nas juntas dilatações da estrutura pré-fabricada (Ressecadas) nas torres do prédio denominado CBS 01, fachadas leste e oeste, que contribuem na maior parte das infiltrações as quais serão somente alcançadas mediante uso de andaimes ou plataformas elevatórias em vista da altura de edificação (Em torno de 15 metros).

A justificativa das quantidades detalhada para cada item encontra-se no anexo VII.

Quantidade base campus Araranguá (Anexos II, XIII e IX):

O Campus Araranguá iniciou suas atividades em 2009 e possui aproximadamente 2.900 m² de área construída de sua propriedade. O público atendido pela UFSC Araranguá é de aproximadamente 1.700 pessoas, entre discentes, docentes e técnicos administrativos, além da comunidade externa, que faz uso dessas instalações.

A quantidade dos itens foi estimada com base em levantamentos realizados pela Coordenadoria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Manutenção, de modo a contemplar a manutenção das edificações CTS-01 e CTS-02 da Unidade Mato Alto, de propriedade da UFSC, as quais carecem de serviços desta natureza desde a sua construção. Diversos são os pontos com infiltrações e que necessitam de manutenção corretiva, tendo em vista a depreciação temporal gerada pela falta de manutenção e pelo uso constante das instalações.

A ausência de manutenção em edificações reduz sua vida útil e pode inviabilizar a sua utilização. Desta forma, reitera-se a imprescindibilidade da contratação do serviço para realização da missão da Instituição que é a de promover educação superior, pública, gratuita e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional.

A justificativa das quantidades detalhada para cada item encontra-se no anexo IX.

Quantidade base campus Florianópolis (Anexos X e XI):

A presente contratação é resultado da junção parcial dos contratos de manutenção de telhados e de impermeabilização, que anteriormente eram realizados de forma individualizada. Dessa forma, os quantitativos dos serviços foram estimados utilizando metodologias distintas para cada grupo de serviços.

Para os serviços de impermeabilização, devido ao fato de não haver um levantamento quantitativo preciso que caracterize a dimensão e estado de manutenção de todas as áreas impermeabilizadas do Campus, e também considerando o limitado efetivo de fiscais de contrato para acompanhamento adequado da execução dos serviços, o quantitativo de serviços foi estimado tomando como base o histórico de execução dos últimos pregões de impermeabilização, conforme anexo XI.

Já se tratando dos serviços relacionados à telhados, o método de cálculo estimativo dos quantitativos para cada item está descrito no anexo X.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.466.461,61

As planilhas contendo o orçamento de referência para os diferentes lotes, a composição de custo unitário e a pesquisa de preços são apresentadas nos Anexos IX ao XIII.

A pesquisa de preços será obtida através dos seguintes métodos:

Pesquisa com a Tabela de Referência SINAPI

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), por força de seguidas Leis de Diretrizes Orçamentárias, assim como do Decreto 7.983/2013, é o sistema de referência de custos oficial para a orçamentação de obras com recursos federais. Assim, o Sinapi é utilizado por diversos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como pelas demais esferas de governo, para obter preços confiáveis para os orçamentos de obras públicas e serviços de engenharia, que futuramente balizarão os orçamentos de referência nas licitações e serão utilizados como critérios de aceitabilidade dos preços, quando apresentadas as propostas por licitantes.

Composições Unitárias de outros Órgãos

Conforme “Art. 6º do Decreto 7.983/2013 - Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.”

No orçamento em questão, as referências de preços diversas ao SINAPI foram utilizadas para os itens que não estão contemplados no Sistema (inclusive no que tange à similaridade ou equivalência técnica).

Pesquisa com fornecedores (Mercado)

Durante a pesquisa de mercado cumpre lembrar que o preenchimento de propostas pelos empresários (mercado) envolve o dispêndio de tempo e de recursos humanos, o que pode ser traduzido em custos. Estes custos incorrem sem qualquer benefício dado pela UFSC que

os solicita aos fornecedores, para a confecção específica de sua pesquisa de mercado. Este cenário é fato, real e constante, onde inclusive, em sua maioria incorre na falta de envio dos orçamentos por parte destes consultados. Muitos insumos ou equipamentos não são encontrados em nosso mercado local ou em regiões próximas, o que aumenta nossa dificuldade nesta fase de pesquisa de preços. Diante deste cenário, adotamos a pesquisa de preços por meio da busca dos orçamentos via internet e/ou ainda, via telefone por consulta realizada pelo próprio autor desta planilha orçamentária e via envio de solicitação de orçamentos para fornecedores via e-mail, a qual, inclusive é assinada e registrada via ART, dando assim, sua legalidade e legitimidade.

Assim, registra-se que tal prática é a única que nos permite buscarmos a celeridade processual que a instituição efetivamente necessita, além disto, não permite quaisquer possibilidades para o emprego dos chamados “jogos de planilhas”, já que a pesquisa é plenamente realizada e elaborada por servidor público da instituição, seguindo todos os preceitos e recomendações legais para este fim.

Pesquisas de Insumos (Mercado)

Os Custos dos insumos serão obtidos através da pesquisa em sítios eletrônicos especializados e através de contato telefônico com os fornecedores.

Pesquisa no Pannel de Preços do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Em atendimento ao Tribunal de Contas da União, que exige que a pesquisa de preços seja composta, para além dos orçamentos junto a fornecedores, por outra referência, a exemplo da consulta aos sites de compras do Governo Federal – Pannel de Preços.

Os quantitativos dos serviços a serem licitados foram estimados em função de contratações anteriores realizada pela UFSC e de quantitativos necessários para execução das atividades listadas no item 7 deste ETP. Os valores foram obtidos através da pesquisa de preços descrita anteriormente neste item.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em razão da relevante distância entre os locais de prestação dos serviços, a contratação pretendida foi parcelada por Campus (3 lotes) visando possibilitar maior número de empresas interessadas no objeto. Poderão participar empresas que ofertem lances somente em uma das cidades ou então empresas que possam ofertar lances em várias cidades, possibilitando assim uma gama maior de interessados no certame. Ressaltamos que os campi de Blumenau e Joinville declinaram de suas participações no certame.

Já os itens/serviços previstos para cada Campus (lote) não deverão ser parcelados por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a falta de peças e materiais impossibilitará a realização dos serviços de manutenção, bem como poderá comprometer o acionamento de garantia dos componentes e peças aplicados nos serviços.

A opção do parcelamento dos itens/serviços de cada Campus seria equivocada por demandar mais contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais, gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a dependência entre empresas contratadas.

Logo, a solução não será parcelada pois a licitação por agrupamento de itens por lotes é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade na prestação de serviços quando unificados por uma só empresa, trazem mais vantagens na padronização do objeto a ser adquirido, bem como o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

A maior interação entre as diferentes fases da aquisição gera maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só empresa e concentração da garantia dos resultados.

Ademais, haverá um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na aquisição implicará em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessário a realização de contratações e/ou interdependentes para que o objeto desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Segue lista contendo correlação dos itens e registro no REGISTRO 2025: DFD 870/2025.

N° DO ITEM	GRUPO	VALOR (R\$)
1	TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	3.000.000,00

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com esta contratação assegurar a manutenção dos imóveis da UFSC, mantendo estes em condições adequadas para seu pleno funcionamento. Diante disto, pretende-se que a contratação resulte benéfica e vantajosa, atendendo ao que segue:

- a) será executada por prestador de serviço especializado, devidamente habilitado, e com utilização de mão de obra qualificada, de formação profissional específica para as atividades desejadas;
- b) observará todos os requisitos de segurança e de qualificação exigidos para a execução dos serviços de manutenção predial;
- c) utilizará rotinas e define perfil de mão de obra que possibilitarão maior eficiência;
- d) não implicará custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
- e) os padrões ora definidos, que contam com especificações usuais de mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;
- f) os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

13. Providências a serem Adotadas

A instituição já possui quadro técnico (engenheiros e técnicos em edificação) para acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados. Os mesmos já passaram por treinamentos não sendo necessárias adequações para esta contratação.

Em atendimento ao artigo 86 da Lei n. 14.133/2021, se faz necessário que a UFSC defina os procedimento e realize a Intenção de Registro de Preços (IRP) para possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação. Tendo em vista que a quantidade prevista neste ETP e nos DFDs relatados neste documento estão relacionados apenas as demandas da UFSC.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa contratada será responsável por eventuais danos causados ao meio ambiente e à comunidade, assumindo integralmente a responsabilidade por suas ações e impactos sociais.

Por se tratar da contratação de serviços ligados à área de manutenção predial e construção civil, há a inerente produção de resíduos de obras (entulho). Para mitigar os impactos ambientais decorrentes dessa produção, a empresa contratada deverá se responsabilizar integralmente pela separação e acondicionamento dos resíduos gerados pelo serviço, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UFSC e/ou o sistema de gerenciamento de resíduos vigente na Universidade, garantindo o controle e a destinação ambientalmente adequada desses resíduos, conforme legislação aplicável e orientações da Contratante.

Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

1. O local de deposição temporária dos resíduos deverá ser caracterizado, sinalizado e protegido de intempéries.
2. No caso dos resíduos convencionais, a contratada será responsável pelo transporte e destinação até o ponto indicado pela Contratante.
3. Para resíduos perigosos, a destinação ambientalmente adequada deverá ser realizada pela própria contratada, às suas expensas. O transporte deve ser feito por empresa licenciada e a destinação final em local autorizado pelos órgãos competentes.
4. Os resíduos de construção civil deverão ser triados e encaminhados conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações:
 - **Classe A** (entulhos e agregados recicláveis): reutilização preferencial ou encaminhamento para unidade licenciada. Caso solicitado, poderão ser destinados à Contratante.
 - **Classe B** (recicláveis como papel, plástico, vidro, metal): encaminhamento preferencial para a unidade de triagem da Contratante; caso não seja possível, deve-se dar destinação ambientalmente adequada.
 - **Classe C** (sem tecnologia economicamente viável de reciclagem): quando em pequena quantidade, poderão ser encaminhados à unidade de rejeitos da Contratante; caso contrário, devem ser destinados a local autorizado.
 - **Classe D** (perigosos, como tintas, solventes, óleos, vernizes): destinação pela própria contratada, às suas expensas, em local devidamente licenciado.
5. O transporte de resíduos (A, B, C e D) deverá ser feito em veículo adaptado para o serviço e, quando necessário, com licenças ambientais válidas.
6. A Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, os certificados de destinação final dos resíduos.

Além disso, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2010, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU, 2019) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- Seguir a hierarquia de gestão de resíduos (redução, reutilização, reciclagem), priorizando a logística reversa sempre que aplicável (embalagens, EPIs, tintas, lâmpadas, eletrônicos etc.);
- Implementar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Decreto nº 48.138/2003, comunicando a Contratante em caso de avistamento de qualquer tipo de vazamento; e reduzir o consumo de energia e de insumos;
- Manter critérios privilegiados para aquisição e uso de materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis ou certificados (ex.: madeira com selo FSC);
- Adotar medidas de controle de poeira, ruído, vibrações e emissões atmosféricas, minimizando impactos sobre trabalhadores e comunidade;
- Garantir que EPIs e demais equipamentos fornecidos sejam preferencialmente confeccionados em materiais reciclados ou recicláveis, com descarte adequado ao fim de sua vida útil;
- Oferecer treinamento e sensibilização à equipe sobre práticas de sustentabilidade, manejo adequado de resíduos, saúde e segurança no trabalho;
- Disponibilizar relatórios e indicadores de desempenho ambiental sempre que solicitado, contendo dados sobre geração, transporte e destinação de resíduos, além de medidas de eficiência hídrica e energética;
- Contribuir para o alcance das metas do Plano de Logística Sustentável da UFSC (PLS 2025–2029), em alinhamento ao planejamento estratégico institucional.

É desejável que a contratada possua certificação ABNT NBR ISO 14000 ou equivalente, a fim de assegurar conformidade com sistemas de gestão ambiental reconhecidos.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se mostrou viável após estudo técnico preliminar.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).




Documento assinado digitalmente
UILSON RIES
Data: 10/09/2025 15:47:34-0300
CPF: ***.308.909-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

UILSON RIES
Membro titular (presidente)



Documento assinado digitalmente
LUIZ GUSTAVO SILVA DOS SANTOS
Data: 15/09/2025 09:08:58-0300
CPF: ***.160.600-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>


LUIZ GUSTAVO SILVA DOS SANTOS
Membro titular



Documento assinado digitalmente
Tiago Zavacki de Moraes
Data: 10/09/2025 17:18:11-0300
CPF: ***.386.700-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

TIAGO ZAVACKI DE MORAIS
Membro titular

ADRIANO LUCIO ZIERO
Membro suplente



Documento assinado digitalmente
Joao Antonio Ribeiro da Luz
Data: 11/09/2025 13:29:19-0300
CPF: ***.018.169-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOAO ANTONIO RIBEIRO DA LUZ
Membro Suplente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - ETP - Relatório PPreços detalhado - telhado.pdf (147.61 KB)
- Anexo II - ANEXO 02 - E-mail Araranguá adesão.pdf (310.44 KB)
- Anexo III - ANEXO 03 - E-mail Blumenau não adesão.pdf (304.05 KB)
- Anexo IV - ANEXO 04 - E-mail Curitiba adesão.pdf (575.13 KB)
- Anexo V - ANEXO 05 - E-mail Joinville não adesão.pdf (491.18 KB)
- Anexo VI - ANEXO 06 - E-mail Curitiba Justificativa.pdf (429.17 KB)
- Anexo VII - ANEXO 07 - Planilha Curitiba Justificativa Quantidades.pdf (93.42 KB)
- Anexo VIII - ANEXO 08 - E-mail Araranguá justificativa Quantidades.pdf (354.98 KB)
- Anexo IX - ANEXO 09 - Planilha Araranguá justificativa Quantidades.pdf (535.34 KB)
- Anexo X - ANEXO 10 - Planilha Justificativa Quantidades Telhado Florianópolis.pdf (230.55 KB)
- Anexo XI - ANEXO 11 - Justificativa Quantidades Impermeabilização Florianópolis.pdf (305.79 KB)
- Anexo XII - ANEXO 12 - Orçamento Referência - Desonerado.pdf (523.35 KB)
- Anexo XIII - ANEXO 13 - Composições de Custo.pdf (581.94 KB)
- Anexo XIV - ANEXO 14 - Pesquisa de Preço - Resumo.pdf (469.29 KB)
- Anexo XV - ANEXO 15 - Pesquisa de Preço - Parte 1.pdf (15.49 MB)
- Anexo XVI - ANEXO 16 - Pesquisa de Preço - Parte 2.pdf (16.42 MB)
- Anexo XVII - ANEXO 17 - Pesquisa de Preço - Parte 3.pdf (6.59 MB)
- Anexo XVIII - ANEXO 18 - E-mail CGA.pdf (1.52 MB)

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						84.355,85				101.063,55		
1	16675	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	M²	540,00	15,16	15,12	30,28	16.351,20	18,33	18,28	36,61	19.769,40	UFSC	U0001
2	4057	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDICÃO EM M/MÊS)	UN	210,00	-	46,88	46,88	9.844,80	-	54,04	54,04	11.348,40	SINAPI INSUMOS	10527
3	1619	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDICÃO EM M)	UN	210,00	29,05	-	29,05	6.100,50	35,12	-	35,12	7.375,20	SINAPI COMPOSICOES	97064
4	4057	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, LARGURA DE 1,20 M, ALTURA POR PECA DE 2,0 M, INCLUINDO SAPATAS E ITENS NECESSARIOS A INSTALACAO (MEDICÃO EM M²/MÊS)	UN	160,00	-	35,16	35,16	5.625,60	-	40,53	40,53	6.484,80	SINAPI INSUMOS	20193
5	1619	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (MEDICÃO EM M²)	UN	160,00	20,78	-	20,78	3.324,80	25,12	-	25,12	4.019,20	SINAPI COMPOSICOES	97063
6	4057	ALUGUEL SEMANAL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18 (MEDICÃO EM UNIDADE/SEMANA)	UN	10,00	-	93,65	93,65	936,50	-	107,96	107,96	1.079,60	UFSC	U0002
7	19224	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	355,00	9,39	-	9,39	3.333,45	11,35	-	11,35	4.029,25	SINAPI COMPOSICOES	97650
8	19224	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	5.000,00	4,35	-	4,35	21.750,00	5,26	-	5,26	26.300,00	SINAPI COMPOSICOES	97647
9	19224	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	2.700,00	4,73	0,63	5,36	14.472,00	5,72	0,76	6,48	17.496,00	SINAPI COMPOSICOES	97649
10	13722	REMOÇÃO DOS CABOS DE PARA-RAIOS SOBRE AS PLATIBANDAS (MEDICÃO EM M)	UN	100,00	0,93	-	0,93	93,00	1,12	-	1,12	112,00	SINAPI COMPOSICOES	97661
11	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	M²	160,00	2,20	0,06	2,26	361,60	2,66	0,07	2,73	436,80	SINAPI COMPOSICOES	99814
12	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	M²	530,00	4,08	-	4,08	2.162,40	4,93	-	4,93	2.612,90	SINAPI COMPOSICOES	99811
		ESTRUTURA DE MADEIRA						268.859,70				325.050,60		
13	19224	RECOLOCACAO DE RIPAS EM MADEIRAMENTO DE TELhado, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL (MEDICÃO EM M)	UN	660,00	3,10	0,02	3,12	2.059,20	3,75	0,02	3,77	2.488,20	UFSC	U0003
14	19224	RECOLOCACAO DE CAIBROS EM MADEIRAMENTO DO TELhado, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL (MEDICÃO EM M)	UN	250,00	9,30	0,16	9,46	2.365,00	11,24	0,19	11,43	2.857,50	UFSC	U0004
15	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE RIPA MADEIRA DE LEI, 2,5X5CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDICÃO EM M)	UN	1.530,00	5,59	6,46	12,05	18.436,50	6,76	7,81	14,57	22.292,10	UFSC	U0005
16	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X7CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDICÃO EM M)	UN	840,00	11,49	19,36	30,85	25.914,00	13,89	23,41	37,30	31.332,00	UFSC	U0006
17	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X10CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDICÃO EM M)	UN	3.010,00	12,77	25,04	37,81	113.808,10	15,44	30,27	45,71	137.587,10	UFSC	U0007
18	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 5X10CM (MEDICÃO EM M)	UN	810,00	25,21	54,96	80,17	64.937,70	30,48	66,45	96,93	78.513,30	UFSC	U0008
19	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 6 X 12 CM (MEDICÃO EM M)	UN	80,00	23,89	86,54	110,43	8.834,40	28,88	104,63	133,51	10.680,80	SINAPI COMPOSICOES	105080

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						84.355,85				101.063,55		
20	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VIGA DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, NÃO APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 8 X 16 CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	80,00	26,04	161,96	188,00	15.040,00	31,48	195,82	227,30	18.184,00	SINAPI COMPOSICOES	105085
21	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PRANCHÃO DE MADEIRA SERRADA, MAÇARANDUBA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, APARELHADA, SEÇÃO RETANGULAR 10X20CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	50,00	-	219,39	219,39	10.969,50	-	265,25	265,25	13.262,50	UFSC	U0009
22	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABA MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X25CM APLAINADA, JATOBÁ, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	UN	30,00	16,01	56,13	72,14	2.164,20	19,36	67,86	87,22	2.616,60	UFSC	U0010
23	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PEÇA ROLII DE EUCALIPTO AUTO CLAVADO D=20CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	30,00	39,92	104,45	144,37	4.331,10	48,27	126,28	174,55	5.236,50	UFSC	U0011
		TELHADO						919.090,42				1.111.216,35		
24	19224	RECOLOCACAO DE TELHAS CERAMICAS, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO IÇAMENTO	M2	280,00	17,76	0,07	17,83	4.992,40	21,47	0,08	21,55	6.034,00	UFSC	U0012
25	19224	RECOLOCACAO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO ONDULADAS, CONSIDERANDO O REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL A EXCEÇÃO DO CONJUNTO DE ARRUELAS DE VEDAÇÃO, INCLUINDO IÇAMENTO	M2	200,00	9,25	4,98	14,23	2.846,00	11,18	6,02	17,20	3.440,00	UFSC	U0013
26	19224	RECOLOCACAO DE TELHA DE FIBROCIMENTO ESTRUTURAL LARGURA ÚTIL 49CM OU 90CM, CONSIDERANDO O REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL A EXCEÇÃO DO CONJUNTO DE ARRUELAS DE VEDAÇÃO, INCLUINDO IÇAMENTO	M2	200,00	9,01	1,38	10,39	2.078,00	10,89	1,67	12,56	2.512,00	UFSC	U0014
27	19224	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS DE AÇO TRAPEZOIDAL, ONDULADAS TIPO METÁLICA	M2	200,00	13,55	1,20	14,75	2.950,00	16,38	1,45	17,83	3.566,00	UFSC	U0015
28	19224	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	M2	20,00	29,72	42,33	72,05	1.441,00	35,93	51,18	87,11	1.742,20	SINAPI COMPOSICOES	103322
29	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CHAPISCO EM PAREDES TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA GROSSA)	M2	40,00	3,54	1,84	5,38	215,20	4,28	2,22	6,50	260,00	SINAPI COMPOSICOES	87879
30	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE REBOCO MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE	M2	40,00	20,85	9,94	30,79	1.231,60	25,21	12,02	37,23	1.489,20	SINAPI COMPOSICOES	87547
31	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE EMBOÇAMENTO (RETELHO) DE CUMEEIRA E ESPIGÕES PARA TELHA CERÂMICA CAPA E CANAL, COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:6 DE CIMENTO, CAL E AREIA (MEDIÇÃO EM M)	UN	35,00	28,09	4,57	32,66	1.143,10	33,96	5,53	39,49	1.382,15	SINAPI COMPOSICOES	94224
32	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA- CANAL, TIPO PAULISTA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	50,00	17,73	46,43	64,16	3.208,00	21,44	56,14	77,58	3.879,00	SINAPI COMPOSICOES	94447
33	19224	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA- CANAL, TIPO PLAN, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	25,00	17,73	46,43	64,16	1.604,00	21,44	56,14	77,58	1.939,50	SINAPI COMPOSICOES	94445
34	19224	AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO, COM FIO DE COBRE 14AWG	UN	2.700,00	3,81	0,83	4,64	12.528,00	4,61	1,00	5,61	15.147,00	UFSC	U0016
35	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO) E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	430,00	9,23	40,64	49,87	21.444,10	11,16	49,14	60,30	25.929,00	SINAPI COMPOSICOES	94210

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES					84.355,85				101.063,55			
36	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO ONDULADAS (SEM AMIANTO) E = 8 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	1.330,00	9,20	108,69	117,89	156.793,70	11,12	131,41	142,53	189.564,90	UFSC	U0017
37	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE FIBROCIMENTO MAXIPLAC OU ETERMAX 6MM, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E VEDAÇÃO E IÇAMENTO	M2	50,00	8,63	40,64	49,27	2.463,50	10,43	49,14	59,57	2.978,50	UFSC	U0018
38	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS FIBROCIMENTO, REF.KALHETA OU CANALETE 49, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO, VEDAÇÃO E IÇAMENTO	M2	420,00	11,40	67,56	78,96	33.163,20	13,78	81,68	95,46	40.093,20	UFSC	U0019
39	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHAS FIBROCIMENTO, REF.KALHETÃO OU CANALETE 90,INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E VEDAÇÃO E FIXAÇÃO, VEDAÇÃO E IÇAMENTO	M2	2.050,00	9,19	108,67	117,86	241.613,00	11,11	131,39	142,50	292.125,00	SINAPI COMPOSICOES	94218
40	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	185,00	4,15	73,77	77,92	14.415,20	5,02	89,19	94,21	17.428,85	SINAPI COMPOSICOES	94223
41	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA ARTICULADA PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	10,00	7,62	109,65	117,27	1.172,70	9,21	132,57	141,78	1.417,80	UFSC	U0020
42	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO MAXIPLAC, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO (MEDIÇÃO EM M)	UN	5,00	8,84	79,94	88,78	443,90	10,69	96,65	107,34	536,70	UFSC	U0021
43	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA FIBROCIMENTO REF. KALHETA OU CANALETE 49, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	64,00	18,10	97,77	115,87	7.415,68	21,88	118,21	140,09	8.965,76	UFSC	U0022
44	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ESTRUTURAL REF. KALHETÃO E CANALETE 90 E = 6 MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	147,00	4,23	82,61	86,84	12.765,48	5,11	99,88	104,99	15.433,53	SINAPI COMPOSICOES	94451
45	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO E RUFO P/ CANALETE 90 OU KALHETÃO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	UN	25,00	24,89	75,91	100,80	2.520,00	30,09	91,78	121,87	3.046,75	UFSC	U0023
46	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PINGADEIRA PLASTICA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 49/KALHETA OU CANALETE 90/KALHETAO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	UN	360,00	0,78	1,58	2,36	849,60	0,94	1,91	2,85	1.026,00	UFSC	U0024
47	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXADOR DE ABAS PARA TELHA ESTRUTURAL KALHETÃO OU CANALETE 90	UN	25,00	1,27	2,88	4,15	103,75	1,54	3,48	5,02	125,50	UFSC	U0025
48	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXADOR DE ABAS PARA TELHA ESTRUTURAL KALHETA OU CANALETE 49	UN	10,00	1,27	2,06	3,33	33,30	1,54	2,49	4,03	40,30	UFSC	U0026
49	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO P/ KALHETA OU CANATELE 49, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	UN	30,00	18,16	72,97	91,13	2.733,90	21,96	88,22	110,18	3.305,40	UFSC	U0027
50	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE VENTILACAO PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, CANALETE 90 OU KALHETAO, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	UN	250,00	3,16	12,17	15,33	3.832,50	3,82	14,71	18,53	4.632,50	UFSC	U0028

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						84.355,85				101.063,55		
51	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE VENTILACAO PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, CANALETE 49 OU KALHETA INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO	UN	60,00	1,90	7,11	9,01	540,60	2,30	8,60	10,90	654,00	UFSC	U0029
52	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE ESPIGÃO DE ABAS PLANAS FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO (MEDIÇÃO EM M)	UN	15,00	5,41	80,80	86,21	1.293,15	6,54	97,69	104,23	1.563,45	UFSC	U0030
53	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO FRANCESA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M2	280,00	11,18	33,76	44,94	12.583,20	13,52	40,82	54,34	15.215,20	SINAPI COMPOSICOES	94440
54	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL (MEDIÇÃO EM M)	UN	50,00	13,46	18,72	32,18	1.609,00	16,27	22,63	38,90	1.945,00	SINAPI COMPOSICOES	94221
55	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, TRAPEZOIDAL, PRÉ-PINTADA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	410,00	5,81	60,79	66,60	27.306,00	7,02	73,50	80,52	33.013,20	SINAPI COMPOSICOES	94213
56	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	30,00	6,80	80,70	87,50	2.625,00	8,22	97,57	105,79	3.173,70	UFSC	U0032
57	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	1.500,00	5,83	7,59	13,42	20.130,00	7,05	9,18	16,23	24.345,00	UFSC	U0034
58	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO E COLOCAÇÃO DE TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, INCLUSO IÇAMENTO.	M2	1.500,00	3,67	182,47	186,14	279.210,00	4,44	220,61	225,05	337.575,00	SINAPI COMPOSICOES	94216
59	4049	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHP DIURNO)	UN	32,00	33,98	309,95	343,93	11.005,76	41,08	374,74	415,82	13.306,24	SINAPI COMPOSICOES	93287
60	4049	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHI DIURNO)	UN	32,00	33,98	144,02	178,00	5.696,00	41,08	174,13	215,21	6.886,72	SINAPI COMPOSICOES	93288
61	19224	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESSURA 150 MICRAS - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	250,00	4,95	2,15	7,10	1.775,00	5,98	2,60	8,58	2.145,00	UFSC	U0035
62	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 6MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	M2	40,00	123,10	57,16	180,26	7.210,40	148,83	69,11	217,94	8.717,60	UFSC	U0036
63	19224	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	275,00	31,24	12,78	44,02	12.105,50	37,77	15,45	53,22	14.635,50	UFSC	U0037
		PINGADEIRAS E PARA-RAIOS						25.678,50				31.046,85		
64	13722	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33 (MEDIÇÃO EM M)	UN	450,00	8,59	34,22	42,81	19.264,50	10,39	41,37	51,76	23.292,00	SINAPI COMPOSICOES	101979
65	13722	REINSTALAÇÃO DE CABOS DO PARA-RAIOS SOBRE A SOLEIRA COM PINGADEIRA (MEDIÇÃO EM M)	UN	40,00	18,18	-	18,18	727,20	21,98	-	21,98	879,20	UFSC	U0038
66	13722	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDOALHA DE COBRE NU E ISOLADORES PARA PÁRA-RAIOS, SEÇÃO 35 MM² (MEDIÇÃO EM M)	UN	60,00	33,33	48,08	81,41	4.884,60	40,30	58,13	98,43	5.905,80	SINAPI COMPOSICOES	96973
67	13722	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT - PARA CABO DE 35MM2	UN	35,00	13,63	9,29	22,92	802,20	16,48	11,23	27,71	969,85	SINAPI COMPOSICOES	104752
	13455	PINTURA DE TELHADOS						122.357,20				147.953,60		
68	13455	APLICAÇÃO DE TINTA ACRÍLICA NA COR BRANCA, REF. PLASTIMPER OU SIMILAR, NAS TELHAS DE FIBROCIMENTO, 3 DEMÃOS	M2	3.560,00	21,33	13,04	34,37	122.357,20	25,79	15,77	41,56	147.953,60	UFSC	U0039

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES					84.355,85				101.063,55			
	19224	CALHAS					42.255,49				51.091,34			
69	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA DE CHAPA DE ALUMÍNIO E = 0,8 MM, L = 600 MM PARA RINCÃO/ÁGUA FURTADA (MEDIÇÃO EM M)	UN	10,00	19,39	56,69	76,08	760,80	23,44	68,54	91,98	919,80	UFSC	U0041
70	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 0,8 MM, LARG.30CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	230,00	24,81	68,15	92,96	21.380,80	30,00	82,40	112,40	25.852,00	UFSC	U0042
71	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 30 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E SUPORTE (MEDIÇÃO EM M)	UN	85,00	13,90	28,81	42,71	3.630,35	16,81	34,83	51,64	4.389,40	UFSC	U0043
72	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	70,00	19,39	47,74	67,13	4.699,10	23,44	57,72	81,16	5.681,20	UFSC	U0044
73	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	24,00	2,95	24,02	26,97	647,28	3,57	29,04	32,61	782,64	SINAPI COMPOSICOES	89576
74	19224	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	36,00	2,96	-	2,96	106,56	3,58	-	3,58	128,88	UFSC	U0045
75	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	120,00	4,64	29,01	33,65	4.038,00	5,61	35,07	40,68	4.881,60	SINAPI COMPOSICOES	89578
76	19224	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	36,00	4,66	-	4,66	167,76	5,63	-	5,63	202,68	UFSC	U0046
77	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 150MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	24,00	8,03	61,27	69,30	1.663,20	9,71	74,08	83,79	2.010,96	SINAPI COMPOSICOES	89580
78	19224	RECOLOCAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 150MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	48,00	8,03	-	8,03	385,44	9,71	-	9,71	466,08	UFSC	U0047
79	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MENORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	UN	50,00	5,17	1,44	6,61	330,50	6,25	1,74	7,99	399,50	SINAPI COMPOSICOES	91174
80	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	UN	435,00	7,92	2,30	10,22	4.445,70	9,58	2,78	12,36	5.376,60	SINAPI COMPOSICOES	91175
		ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO					14.135,67				17.090,50			
81	17140	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM.	M2	30,00	43,59	306,83	350,42	10.512,60	52,70	370,97	423,67	12.710,10	SINAPI COMPOSICOES	92270
82	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6.3 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	UN	30,00	1,22	8,08	9,30	279,00	1,48	9,77	11,25	337,50	SINAPI COMPOSICOES	92801
83	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	30,00	4,34	8,86	13,20	396,00	5,25	10,71	15,96	478,80	SINAPI COMPOSICOES	92760
84	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	15,00	0,63	8,43	9,06	135,90	0,76	10,19	10,95	164,25	SINAPI COMPOSICOES	92802
85	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	15,00	2,84	9,15	11,99	179,85	3,43	11,06	14,49	217,35	SINAPI COMPOSICOES	92761
86	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	UN	40,00	0,34	7,95	8,29	331,60	0,41	9,61	10,02	400,80	SINAPI COMPOSICOES	92803
87	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	40,00	1,89	8,63	10,52	420,80	2,29	10,43	12,72	508,80	SINAPI COMPOSICOES	92762

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						84.355,85				101.063,55		
88	17140	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	M3	2,00	102,38	473,75	576,13	1.152,26	123,78	572,78	696,56	1.393,12	SINAPI COMPOSICOES	94965
89	17140	LANÇAMENTO DE CONCRETO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M3	2,00	361,65	2,18	363,83	727,66	437,25	2,64	439,89	879,78	SINAPI COMPOSICOES	103670
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS						782.372,20				945.951,40		
90	1600	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	M2	4.580,00	2,20	0,06	2,26	10.350,80	2,66	0,07	2,73	12.503,40	SINAPI COMPOSICOES	99814
91	1600	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	M2	630,00	13,66	-	13,66	8.605,80	16,52	-	16,52	10.407,60	SINAPI COMPOSICOES	97631
92	1600	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	M2	4.600,00	9,99	-	9,99	45.954,00	12,08	-	12,08	55.568,00	UFSC	U0048
93	1600	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	M2	690,00	23,49	29,52	53,01	36.576,90	28,40	35,69	64,09	44.222,10	SINAPI COMPOSICOES	87632
94	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A FRIO MOLDADA IN LOCO, COM IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL MONOCOMPONENTE A BASE DE ELASTÔMEROS SINTÉTICOS E BETUMES EMULSIONADOS, REF. IGOLFLEX PRETO, C/ CONSUMO MÍNIMO DE 2,5KG/M2, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER MALHA 1X1MM	M2	330,00	18,80	44,34	63,14	20.836,20	22,73	53,61	76,34	25.192,20	UFSC	U0049
95	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	M2	3.500,00	58,78	79,82	138,60	485.100,00	71,07	96,51	167,58	586.530,00	UFSC	U0050
96	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4 MM, COM UMA FACE REVESTIDA EM ESCAMAS DE ARDÓSIA, COR CINZA, APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E CAMADA DE VERNIZ A BASE DE RESINA ACRÍLICA EM DUAS DEMÃOS	M2	800,00	50,29	100,71	151,00	120.800,00	60,80	121,76	182,56	146.048,00	UFSC	U0051
97	1600	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	M2	630,00	39,97	25,38	65,35	41.170,50	48,33	30,69	79,02	49.782,60	SINAPI COMPOSICOES	87757
98	1600	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	1.050,00	9,50	2,86	12,36	12.978,00	11,49	3,46	14,95	15.697,50	UFSC	U0052
		TELHADOS VERDES						101.037,15				122.158,30		
99	1600	RETIRADA DE GRAMA.	M2	300,00	5,27	-	5,27	1.581,00	6,37	-	6,37	1.911,00	SINAPI COMPOSICOES	98524
100	1600	ESCAVAÇÃO MANUAL DO SUBSTRATO EM TERRA ATÉ ATINGIR A GEOMANTA (MEDIÇÃO EM M³)	UN	45,00	97,82	-	97,82	4.401,90	118,27	-	118,27	5.322,15	SINAPI COMPOSICOES	93358
101	1600	REMOÇÃO DE MANTA	M2	350,00	9,99	-	9,99	3.496,50	12,08	-	12,08	4.228,00	UFSC	U0048
102	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, ESPESSURA DE 3MM, E APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER).	M2	630,00	39,88	63,02	102,90	64.827,00	48,22	76,19	124,41	78.378,30	UFSC	U0053
103	1600	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GEOCOMPOSTO PARA DRENAGEM DE CORTINAS E DE SUPERFÍCIES HORIZONTAIS, REF. MACDRAIN 2L, CONSTITUÍDO POR GEOMANTA E FILTROS GEOTEXTÊIS EM AMBAS AS FACES.	M2	300,00	3,29	68,68	71,97	21.591,00	3,98	83,04	87,02	26.106,00	UFSC	U0054
104	1600	REATERRO PARA COBERTURA DO GEOCOMPOSTO (MEDIÇÃO EM M³)	UN	45,00	26,22	3,33	29,55	1.329,75	31,70	4,03	35,73	1.607,85	SINAPI COMPOSICOES	93382

LOTE 01 - Campus Universitário - Florianópolis - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						84.355,85				101.063,55		
105	1600	FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS	M2	300,00	4,13	8,57	12,70	3.810,00	4,99	10,36	15,35	4.605,00	SINAPI COMPOSICOES	98504
		OUTROS SERVIÇOS						37.956,30				45.889,30		
106	1600	TRATAMENTO DE JUNTA SERRADA, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE À BASE DE SILICONE (MEDIÇÃO EM M)	UN	130,00	47,31	8,67	55,98	7.277,40	57,20	10,48	67,68	8.798,40	SINAPI COMPOSICOES	98577
107	1600	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	M2	70,00	26,24	19,18	45,42	3.179,40	31,73	23,19	54,92	3.844,40	UFSC	U0055
108	1600	EXECUÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM ISOPOR, COM 10MM DE ESPESSURA (MEDIÇÃO EM M)	UN	350,00	53,88	24,69	78,57	27.499,50	65,14	29,85	94,99	33.246,50	SINAPI COMPOSICOES	98575
		LIMPEZA FINAL DA OBRA						68.874,65				83.292,15		
109	25640	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA (MEDIÇÃO EM M3)	UN	220,00	24,73	-	24,73	5.440,60	29,90	-	29,90	6.578,00	UFSC	U0056
110	25640	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	UN	70,00	4,39	360,00	364,39	25.507,30	5,31	435,26	440,57	30.839,90	UFSC	U0057
111	25640	REMOÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CLASSE D, EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	UN	25,00	4,19	1.325,00	1.329,19	33.229,75	5,07	1.601,98	1.607,05	40.176,25	UFSC	U0058
112	24023	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	M2	7.700,00	0,61	-	0,61	4.697,00	0,74	-	0,74	5.698,00	SINAPI COMPOSICOES	99802
		Total Lote 01 – Campus Universitário - Florianópolis						R\$ 2.466.973,13				R\$ 2.981.803,94		

LOTE 02 – Campus Araranguá - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						15.036,10				18.012,70		
113	16675	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	M²	100,00	15,16	15,12	30,28	3.028,00	18,35	18,30	36,65	3.665,00	UFSC	U0001
114	4057	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDICÃO EM M/MÉS)	UN	70,00	-	46,88	46,88	3.281,60	-	54,04	54,04	3.782,80	SINAPI INSUMOS	10527
115	1619	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDICÃO EM M)	UN	70,00	29,05	-	29,05	2.033,50	35,17	-	35,17	2.461,90	SINAPI COMPOSICOES	97064
116	19224	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	600,00	4,35	-	4,35	2.610,00	5,27	-	5,27	3.162,00	SINAPI COMPOSICOES	97647
117	13722	REMOÇÃO DOS CABOS DE PARA-RAIOS SOBRE AS PLATIBANDAS (MEDICÃO EM M)	UN	300,00	0,93	-	0,93	279,00	1,13	-	1,13	339,00	SINAPI COMPOSICOES	97661
118	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	M²	600,00	2,20	0,06	2,26	1.356,00	2,66	0,07	2,73	1.638,00	SINAPI COMPOSICOES	99814
119	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	M²	600,00	4,08	-	4,08	2.448,00	4,94	-	4,94	2.964,00	SINAPI COMPOSICOES	99811
		TELHADO						59.845,80				72.440,40		
120	19224	RECOLOCAÇÃO DE TELHAS DE AÇO TRAPEZOIDAL, ONDULADAS TIPO METÁLICA	M2	300,00	13,55	1,20	14,75	4.425,00	16,40	1,45	17,85	5.355,00	UFSC	U0015
121	19224	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	M2	60,00	29,72	42,33	72,05	4.323,00	35,98	51,24	87,22	5.233,20	SINAPI COMPOSICOES	103322
122	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CHAPISCO EM PAREDES TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA GROSSA)	M2	60,00	3,54	1,84	5,38	322,80	4,29	2,23	6,52	391,20	SINAPI COMPOSICOES	87879
123	19224	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE REBOCO MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE	M2	60,00	20,85	9,94	30,79	1.847,40	25,24	12,03	37,27	2.236,20	SINAPI COMPOSICOES	87547
124	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, TRAPEZOIDAL, PRÉ-PINTADA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	400,00	5,81	60,79	66,60	26.640,00	7,03	73,59	80,62	32.248,00	SINAPI COMPOSICOES	94213
125	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	50,00	5,83	7,59	13,42	671,00	7,06	9,19	16,25	812,50	UFSC	U0034
126	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDICÃO EM M)	UN	80,00	6,80	80,70	87,50	7.000,00	8,23	97,69	105,92	8.473,60	UFSC	U0032
127	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO E COLOCAÇÃO DE TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, INCLUSO IÇAMENTO.	M2	40,00	3,67	182,47	186,14	7.445,60	4,44	220,89	225,33	9.013,20	SINAPI COMPOSICOES	94216
128	19224	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESURA 150 MICRAS - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	700,00	4,95	2,15	7,10	4.970,00	5,99	2,60	8,59	6.013,00	UFSC	U0035
129	19224	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDICÃO EM M)	UN	50,00	31,24	12,78	44,02	2.201,00	37,82	15,47	53,29	2.664,50	UFSC	U0037
		PINGADEIRAS E PARA-RAIOS						10.995,08				13.310,12		
130	13455	ESCARIFICAÇÃO DO REBOCO SOBRE A PLATIBANDA	M2	8,00	13,66	-	13,66	109,28	16,54	-	16,54	132,32	SINAPI COMPOSICOES	97631

LOTE 02 – Campus Araranguá - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
131	13455	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PINGADEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= 15 CM, E= 2,0 , INCLUINDO FIXAÇÃO COM ARGAMASSA (MEDIÇÃO EM M)	UN	60,00	31,41	150,02	181,43	10.885,80	38,02	181,61	219,63	13.177,80	SINAPI COMPOSICOES	101965
		CALHAS						11.052,45				13.379,35		
132	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 8 MM, LARG.30CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	100,00	24,81	68,15	92,96	9.296,00	30,03	82,50	112,53	11.253,00	UFSC	U0042
133	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 30 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL E TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E SUPORTE (MEDIÇÃO EM M)	UN	10,00	13,90	28,81	42,71	427,10	16,83	34,88	51,71	517,10	UFSC	U0043
134	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	10,00	19,39	47,74	67,13	671,30	23,47	57,79	81,26	812,60	UFSC	U0044
135	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	15,00	4,64	29,01	33,65	504,75	5,62	35,12	40,74	611,10	SINAPI COMPOSICOES	89578
136	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	UN	15,00	7,92	2,30	10,22	153,30	9,59	2,78	12,37	185,55	SINAPI COMPOSICOES	91175
		ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO						3.537,46				4.282,38		
137	17140	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO COM MADEIRA SERRADA, E = 25 MM.	M2	6,00	43,59	306,83	350,42	2.102,52	52,77	371,44	424,21	2.545,26	SINAPI COMPOSICOES	92270
138	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	UN	4,00	2,30	7,25	9,55	38,20	2,78	8,78	11,56	46,24	SINAPI COMPOSICOES	92800
139	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	4,00	6,53	8,08	14,61	58,44	7,91	9,78	17,69	70,76	SINAPI COMPOSICOES	92759
140	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6.3 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	UN	6,00	1,22	8,08	9,30	55,80	1,48	9,78	11,26	67,56	SINAPI COMPOSICOES	92801
141	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	6,00	4,34	8,86	13,20	79,20	5,25	10,73	15,98	95,88	SINAPI COMPOSICOES	92760
142	1490	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS (MEDIÇÃO EM KG)	UN	14,00	0,34	7,95	8,29	116,06	0,41	9,62	10,03	140,42	SINAPI COMPOSICOES	92803
143	1490	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM (MEDIÇÃO EM KG)	UN	14,00	1,89	8,63	10,52	147,28	2,29	10,45	12,74	178,36	SINAPI COMPOSICOES	92762
144	17140	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE CONCRETO FCK=25MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	M3	1,00	102,38	473,75	576,13	576,13	123,94	573,51	697,45	697,45	SINAPI COMPOSICOES	94965
145	17140	LANÇAMENTO DE CONCRETO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS	M3	1,00	361,65	2,18	363,83	363,83	437,81	2,64	440,45	440,45	SINAPI COMPOSICOES	103670
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS						22.576,80				27.330,65		
146	1600	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	M2	205,00	2,20	0,06	2,26	463,30	2,66	0,07	2,73	559,65	SINAPI COMPOSICOES	99814
147	1600	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	M2	100,00	13,66	-	13,66	1.366,00	16,54	-	16,54	1.654,00	SINAPI COMPOSICOES	97631
148	1600	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	M2	80,00	9,99	-	9,99	799,20	12,09	-	12,09	967,20	UFSC	U0048

LOTE 02 – Campus Araranguá - Planilha Orçamentária de referência (SEM DESONERAÇÃO)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
149	1600	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	M2	100,00	23,49	29,52	53,01	5.301,00	28,44	35,74	64,18	6.418,00	SINAPI COMPOSICOES	87632
150	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	M2	70,00	58,78	79,82	138,60	9.702,00	71,16	96,63	167,79	11.745,30	UFSC	U0050
151	1600	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	M2	70,00	39,97	25,38	65,35	4.574,50	48,39	30,72	79,11	5.537,70	SINAPI COMPOSICOES	87757
152	1600	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM.	UN	30,00	9,50	2,86	12,36	370,80	11,50	3,46	14,96	448,80	UFSC	U0052
		OUTROS SERVIÇOS						5.904,60				7.148,70		
153	1600	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	M2	130,00	26,24	19,18	45,42	5.904,60	31,77	23,22	54,99	7.148,70	UFSC	U0055
		LIMPEZA FINAL DA OBRA						1.610,06				1.949,48		
154	25640	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	UN	4,00	4,39	360,00	364,39	1.457,56	5,31	435,81	441,12	1.764,48	UFSC	U0057
155	24023	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	M2	250,00	0,61	-	0,61	152,50	0,74	-	0,74	185,00	SINAPI COMPOSICOES	99802
		Total Lote 02 – Campus Araranguá						R\$ 130.558,35				R\$ 157.853,78		

LOTE 03 - Campus Curitibaanos - Orçamento de Referência (DESONERADA)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
		SERVIÇOS PRELIMINARES						122.666,20				150.095,42		
156	16675	SINALIZAÇÃO COM CERCA DE TELA ALARANJADA COM 1,20 DE ALTURA, FIXADA COM PONTALETE DE MADEIRA 7,5x7,5CM	M²	100	13,73	15,12	28,85	2.885,00	17,24	18,98	36,22	3.622,00	UFSC	U0001
157	4057	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (MEDIÇÃO EM M/MÉS)	UN	200	-	46,88	46,88	9.376,00	-	56,14	56,14	11.228,00	SINAPI INSUMOS	10527
158	1619	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (MEDIÇÃO EM M)	UN	384	26,33	-	26,33	10.110,72	33,06	-	33,06	12.695,04	SINAPI COMPOSICOES	97064
159	4057	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, LARGURA DE 1,20 M, ALTURA POR PEÇA DE 2,0 M, INCLUINDO SAPATAS E ITENS NECESSARIOS A INSTALACAO (MEDIÇÃO EM M²/MÉS)	UN	1.652	-	35,16	35,16	58.084,32	-	42,10	42,10	69.549,20	SINAPI INSUMOS	20193
160	1619	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFICAÇÕES COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (MEDIÇÃO EM M²)	UN	1.652	18,83	-	18,83	31.107,16	23,64	-	23,64	39.053,28	SINAPI COMPOSICOES	97063
161	4057	ALUGUEL SEMANAL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18 (MEDIÇÃO EM UNIDADE/SEMANA)	UN	20	-	93,65	93,65	1.873,00	-	117,57	117,57	2.351,40	UFSC	U0002
162	19224	REMOÇÃO DE TRAMA DE MADEIRA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	350	8,53	-	8,53	2.985,50	10,71	-	10,71	3.748,50	SINAPI COMPOSICOES	97650
163	19224	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M²	350	3,95	-	3,95	1.382,50	4,96	-	4,96	1.736,00	SINAPI COMPOSICOES	97647
164	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA, (TELHADOS, LAJES E CALHAS)	M²	2.000	2,00	0,06	2,06	4.120,00	2,51	0,08	2,59	5.180,00	SINAPI COMPOSICOES	99814
165	24023	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES (TELHADOS, LAJES E CALHAS) – VARREÇÃO	M²	200	3,71	-	3,71	742,00	4,66	-	4,66	932,00	SINAPI COMPOSICOES	99811
		ESTRUTURA DE MADEIRA						7.325,00				9.199,00		
166	19224	RECOLOCACAO DE RIPAS EM MADEIRAMENTO DE TELHADO, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	UN	350	2,82	0,02	2,84	994,00	3,54	0,03	3,57	1.249,50	UFSC	U0003
167	19224	RECOLOCACAO DE CAIBROS EM MADEIRAMENTO DO TELHADO , CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL	UN	350	8,44	0,16	8,60	3.010,00	10,60	0,20	10,80	3.780,00	UFSC	U0004
168	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X7CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS (MEDIÇÃO EM M)	UN	50	10,43	19,36	29,79	1.489,50	13,09	24,31	37,40	1.870,00	UFSC	U0006
169	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SARRAFO MADEIRA DE LEI, 1ª QUALIDADE 2,5X10CM, ANGELIM VERMELHO, INCLUINDO FIXAÇÃO COM PREGOS.	UN	50	11,59	25,04	36,63	1.831,50	14,55	31,44	45,99	2.299,50	UFSC	U0007
		TELHADO						86.189,24				108.203,00		
170	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO (SEM AMIANTO) E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, INCLUSO JUNTA DE VEDAÇÃO, TODOS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO,	M2	300	8,38	40,63	49,01	14.703,00	10,52	51,01	61,53	18.459,00	SINAPI COMPOSICOES	94210
171	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL PARA TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUINDO JUNTAS DE VEDAÇÃO, TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO (MEDIÇÃO EM M)	UN	30	3,76	73,77	77,53	2.325,90	4,72	92,62	97,34	2.920,20	SINAPI COMPOSICOES	94223
172	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, ONDULADA, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	M2	500	5,30	7,59	12,89	6.445,00	6,65	9,53	16,18	8.090,00	UFSC	U0034
173	19224	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E=05 MM, TRAPEZOIDAL, SEM PINTURA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO E IÇAMENTO	UN	50	6,31	80,70	87,01	4.350,50	7,92	101,32	109,24	5.462,00	UFSC	U0032

LOTE 03 - Campus Curitibaos - Orçamento de Referência (DESONERADA)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
174	4049	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHP DIURNO)	UN	24	30,66	309,96	340,62	8.174,88	38,49	389,14	427,63	10.263,12	SINAPI COMPOSICOES	93287
175	4049	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW (MEDIÇÃO EM CHI DIURNO)	UN	24	30,68	144,01	174,69	4.192,56	38,52	180,80	219,32	5.263,68	SINAPI COMPOSICOES	93288
176	19224	LONA PLÁSTICA PRETA, ESPESSURA 150 MICRAS - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	400	4,51	2,15	6,66	2.664,00	5,66	2,70	8,36	3.344,00	UFSC	U0035
177	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 10MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIS DE FIXAÇÃO	M2	80	111,88	106,58	218,46	17.476,80	140,46	133,81	274,27	21.941,60	UFSC	U0059
178	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPA DE POLICARBONADO ALVEOLAR COM ESPESSURA DE 6MM INCUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	M2	80	111,81	57,16	168,97	13.517,60	140,37	71,76	212,13	16.970,40	UFSC	U0036
179	19224	APLICAÇÃO DE SELANTE MONOCOMPONENTE TIXOTRÓPICO À BASE DE POLIURETANO - 1X1CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	300	28,35	12,78	41,13	12.339,00	35,59	16,04	51,63	15.489,00	UFSC	U0037
		PINGADEIRAS E PARA-RAIOS						12.962,50				16.272,80		
180	13722	REINSTALAÇÃO DE CABOS DO PARA-RAIOS SOBRE A SOLEIRA COM PINGADEIRA (MEDIÇÃO EM M)	UN	130	16,46	-	16,46	2.139,80	20,66	-	20,66	2.685,80	UFSC	U0038
181	13722	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDOALHA DE COBRE NU E ISOLADORES PARA PÁRA-RAIOS, SEÇÃO 35 MM² (MEDIÇÃO EM M)	UN	130	30,18	48,08	78,26	10.173,80	37,89	60,36	98,25	12.772,50	SINAPI COMPOSICOES	96973
182	13722	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT - PARA CABO DE 35MM2	UN	30	12,34	9,29	21,63	648,90	15,49	11,66	27,15	814,50	SINAPI COMPOSICOES	104752
		PINTURA DE TELHADOS						9.738,00				12.225,00		
183	13455	APLICAÇÃO DE TINTA ACRÍLICA NA COR BRANCA, REF. PLASTIMPER OU SIMILAR, NAS TELHAS DE FIBROCIMENTO, 3 DEMÃOS	M2	300	19,42	13,04	32,46	9.738,00	24,38	16,37	40,75	12.225,00	UFSC	U0039
		CALHAS						44.604,95				56.001,89		
184	19224	LIMPEZA PERIÓDICA DAS CALHAS DAS COBERTURAS (REMOÇÃO DE FOLHAS E DESOBSTRUÇÃO DAS DESCIDAS DAS CALHAS)	M2	350	4,51	-	4,51	1.578,50	5,66	-	5,66	1.981,00	UFSC	U0040
185	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA DE CHAPA DE ALUMÍNIO E = 0,8 MM, L = 600 MM PARA RINÇÃO/ÁGUA FURTADA (MEDIÇÃO EM M)	UN	40	17,60	56,69	74,29	2.971,60	22,10	71,17	93,27	3.730,80	UFSC	U0041
186	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RUFO DE ALUMÍNIO, ESP. 8 MM, LARG.30CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	234	22,50	68,15	90,65	21.212,10	28,25	85,56	113,81	26.631,54	UFSC	U0042
187	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHA PLUVIAL EM ALUMÍNIO (E = 0,8 MM), DESENVOLVIMENTO DE 50 CM (MEDIÇÃO EM M)	UN	225	17,60	47,74	65,34	14.701,50	22,10	59,94	82,04	18.459,00	UFSC	U0044
188	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 75MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	45	2,67	24,02	26,69	1.201,05	3,35	30,16	33,51	1.507,95	SINAPI COMPOSICOES	89576
189	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDUTOR PLUVIAL EM PVC 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES (MEDIÇÃO EM M)	UN	60	4,21	29,01	33,22	1.993,20	5,29	36,42	41,71	2.502,60	SINAPI COMPOSICOES	89578
190	19224	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 3", FIXADA EM PERFILADO EM ALVENARIA (MEDIÇÃO EM M)	UN	100	7,17	2,30	9,47	947,00	9,00	2,89	11,89	1.189,00	SINAPI COMPOSICOES	91175
		IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS						140.036,92				175.811,62		
191	1600	LIMPEZA DO SUBSTRATO POR HIDROJATEAMENTO	M2	813	2,00	0,06	2,06	1.674,78	2,51	0,08	2,59	2.105,67	SINAPI COMPOSICOES	99814
192	1600	REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA	M2	300	12,42	-	12,42	3.726,00	15,59	-	15,59	4.677,00	SINAPI COMPOSICOES	97631
193	1600	REMOÇÃO DE MANTA EM LAJES, CALHAS E PLATIBANDAS	M2	813	9,08	-	9,08	7.382,04	11,40	-	11,40	9.268,20	UFSC	U0048

LOTE 03 - Campus Curitibaos - Orçamento de Referência (DESONERADA)														
Item	Cód Siasg	Discriminação	Unid.	Quantidade Total	Custos Unitários (R\$)			Total s/BDI (R\$)	Preços Unitários (R\$)			Total c/BDI (R\$)	Referência	
					MÃO DE OBRA S/DBI	MAT. + EQUIP S/DBI	TOTAL S/DBI		MÃO DE OBRA C/DBI	MAT. + EQUIP. C/DBI	TOTAL C/DBI		Base	Identificador
194	1600	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM	M2	300	21,36	29,52	50,88	15.264,00	26,82	37,06	63,88	19.164,00	SINAPI COMPOSICOES	87632
195	1600	IMPERMEABILIZAÇÃO A QUENTE COM MANTA PRÉ-FABRICADA, ESTRUTURADA EM POLIÉSTER, 4MM COM UMA FACE REVESTIDA EM ALUMÍNIO INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PINTURA PRIMÁRIA (PRIMER) E PINTURA NAS EMENDAS COM ESMALTE COR ALUMÍNIO	M2	813	53,48	79,82	133,30	108.372,90	67,14	100,21	167,35	136.055,55	UFSC	U0050
196	1600	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO ESPESSURA 3CM.	M2	40	36,30	25,38	61,68	2.467,20	45,57	31,86	77,43	3.097,20	SINAPI COMPOSICOES	87757
197	1600	REPARO DE EMENDAS ENTRE MANTAS REVESTIDAS EM ALUMÍNIO, COM O USO DE MAÇARICO E PINTURA COM ESMALTE COR ALUMÍNIO, LARGURA DE 10CM (MEDICÃO EM M)	UN	100	8,64	2,86	11,50	1.150,00	10,85	3,59	14,44	1.444,00	UFSC	U0052
		OUTROS SERVIÇOS						48.716,33				61.159,33		
198	1600	APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL À BASE DE ELASTÔMEROS, COR BRANCO, REF. DENVERLASTIC, WALLFLEX OU SIMILAR, MÍNIMO DE 3 DEMÃOS, ESTRUTURADA COM TELA DE POLIÉSTER.	M2	619	23,89	19,18	43,07	26.660,33	29,99	24,08	54,07	33.469,33	UFSC	U0055
199	1600	EXECUÇÃO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM ISOPOR, COM 10MM DE ESPESSURA (MEDICÃO EM M)	UN	300	48,83	24,69	73,52	22.056,00	61,30	31,00	92,30	27.690,00	SINAPI COMPOSICOES	98575
		LIMPEZA FINAL DA OBRA						2.804,58				3.517,54		
200	25640	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA (MEDICÃO EM M3)	UN	30	22,53	-	22,53	675,90	28,29	-	28,29	848,70	UFSC	U0056
201	25640	REMOÇÃO DE ENTULHOS EM CONTAINERS COM CAPACIDADE DE 5 M3, INCLUINDO CARGA MANUAL	UN	4	4,17	360,00	364,17	1.456,68	5,24	451,97	457,21	1.828,84	UFSC	U0057
202	24023	LIMPEZA FINAL NO LOCAL DOS SERVIÇOS	M2	1.200	0,56	-	0,56	672,00	0,70	-	0,70	840,00	SINAPI COMPOSICOES	99802
		Total Lote 03 – Campus Curitibaos						R\$ 475.043,72				R\$ 592.485,60		

Composição do BDI utilizado pela UFSC – Lote 01 – Campus Florianópolis

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – NORMAL

DEMONSTRATIVO BDI / ACÓRDÃO TCU Nº 2622/2013 E TC 036.076/2011-2

O BDI é calculado pela administração da licitação e sugerido como teto máximo para o certame. Os concorrentes poderão oferecer valor de BDI inferior

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

AC – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

R – MARGEM DE INCERTEZA

S+G – SEGURO E GARANTIAS

DF – DESPESAS FINANCEIRAS

L – LUCRO

T – TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO Adotada	
	Florianópolis - FLN
ISSQNmun	3,00%
ISSQNpro	0,97%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB*	0,00%
TOTAL	4,62%

* ** AUMENTOU PARA 4,5% PELA LEI 13.161/2015 no Exercício de 2025 a alíquota passou a ser 80% de 4,5% = 3,6% Conforme Disposto na Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024

CPRB = CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA – UTILIZADA SOMENTE QUANDO HOUVER DESONERAÇÃO DA MÃO DE OBRA (LEI 13.161/2015)

Deste caso a CPRB foi zerada em função da utilização da mão de obra onerada

BDI – NORMAL

FLN BDI normal - MO: não desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	3,00%	4,00%	5,50%
R=	0,97%	1,27%	1,27%
S+G=	0,80%	0,80%	1,00%
DF=	0,59%	1,23%	1,39%
L=	6,16%	7,40%	8,96%
T=	4,62%	4,62%	4,62%
BDI=	17,30%	20,90%	24,82%

BDI NORMAL ADOTADO: FLN = 20,90%;

BDI reduzido - MO: não desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	1,50%	3,45%	4,49%
R=	0,56%	0,85%	0,89%
S+G=	0,30%	0,48%	0,82%
DF=	0,85%	0,85%	1,11%
L=	3,50%	5,11%	6,22%
T=	3,65%	3,65%	3,65%
BDI=	10,89%	15,28%	18,38%

BDI REDUZIDO ADOTADO FLN: 15,28%

Composição do BDI utilizado pela UFSC – Lote 02 – Campus Araranguá

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – NORMAL

DEMONSTRATIVO BDI / ACÓRDÃO TCU Nº 2622/2013 E TC 036.076/2011-2

O BDI é calculado pela administração da licitação e sugerido como teto máximo para o certame. Os concorrentes poderão oferecer valor de BDI inferior

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

AC – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

R – MARGEM DE INCERTEZA

S+G – SEGURO E GARANTIAS

DF – DESPESAS FINANCEIRAS

L – LUCRO

T – TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO Adotada	
	Araranguá - - ARA
ISSQNmun	3,00%
ISSQNpro	1,09%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB*	0,00%
TOTAL	4,74%

* ** AUMENTOU PARA 4,5% PELA LEI 13.161/2015 no Exercício de 2025 a alíquota passou a ser 80% de 4,5% = 3,6% Conforme Disposto na Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024

CPRB = CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA – UTILIZADA SOMENTE QUANDO HOUVER DESONERAÇÃO DA MÃO DE OBRA (LEI 13.161/2015)

Deste caso a CPRB foi zerada em função da utilização da mão de obra onerada

BDI – NORMAL

ARA BDI normal - MO: não desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	3,00%	4,00%	5,50%
R=	0,97%	1,27%	1,27%
S+G=	0,80%	0,80%	1,00%
DF=	0,59%	1,23%	1,39%
L=	6,16%	7,40%	8,96%
T=	4,73%	4,73%	4,73%
BDI=	17,45%	21,06%	24,98%

BDI NORMAL ADOTADO: ARA = 21,06%;

BDI reduzido - MO: não desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	1,50%	3,45%	4,49%
R=	0,56%	0,85%	0,89%
S+G=	0,30%	0,48%	0,82%
DF=	0,85%	0,85%	1,11%
L=	3,50%	5,11%	6,22%
T=	3,65%	3,65%	3,65%
BDI=	10,89%	15,28%	18,38%

BDI REDUZIDO ADOTADO ARA: 15,28%

Composição do BDI utilizado pela UFSC – Lote 03 - Curitibaanos

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – NORMAL

DEMONSTRATIVO BDI / ACÓRDÃO TCU Nº 2622/2013 E TC 036.076/2011-2

O BDI é calculado pela administração da licitação e sugerido como teto máximo para o certame. Os concorrentes poderão oferecer valor de BDI inferior

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

AC – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

R – MARGEM DE INCERTEZA

S+G – SEGURO E GARANTIAS

DF – DESPESAS FINANCEIRAS

L – LUCRO

T – TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO Adotada	
	Curitibaanos - CBS
ISSQNmun	2,00%
ISSQNpro	0,90%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB*	3,60%
TOTAL	8,15%

* ** AUMENTOU PARA 4,5% PELA LEI 13.161/2015 no Exercício de 2025 a alíquota passou a ser 80% de 4,5% = 3,6% Conforme Disposto na Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024

CPRB = CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA – UTILIZADA SOMENTE QUANDO HOUVER DESONERAÇÃO DA MÃO DE OBRA (LEI 13.161/2015)

BDI – NORMAL

CBS BDI normal - MO: desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	3,00%	4,00%	5,50%
R=	0,97%	1,27%	1,27%
S+G=	0,80%	0,80%	1,00%
DF=	0,59%	1,23%	1,39%
L=	6,16%	7,40%	8,96%
T=	8,15%	8,15%	8,15%
BDI=	21,80%	25,55%	29,62%

BDI NORMAL ADOTADO: CBS = 25,52%;

BDI reduzido - MO: desonerada			
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
AC=	1,50%	3,45%	4,49%
R=	0,56%	0,85%	0,89%
S+G=	0,30%	0,48%	0,82%
DF=	0,85%	0,85%	1,11%
L=	3,50%	5,11%	6,22%
T=	7,25%	7,25%	7,25%
BDI=	15,19%	19,75%	22,97%

BDI REDUZIDO ADOTADO CBS: 19,75%

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Pregão Eletrônico: XXX/20XX

Processo: XXXXX.XXXXXX/20XX-XX

Objeto: (descrever o objeto da licitação)

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que:

- () Foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo tomado conhecimento de todas as características do local, inclusive das possíveis peculiaridades que possam onerar a proposta comercial, bem como a empresa, na execução do contrato.
- () Não foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo assumido a responsabilidade por qualquer fato ou prejuízo que possam ocorrer em virtude do desconhecimento do local.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinatura)

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Contratos - DPC

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2, sala 802
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Sítio: <https://contratos.ufsc.br/>

Processo Administrativo nº 23080.016076/2025-76

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal de Santa Catarina, autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.899.526/0001-82, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Contratos, **Sra. Ana Paula Peres da Silva**, nomeado(a) pela Portaria nº 1142/2022/GR, de 6 de julho de 2022, publicada no DOU de 12 de julho de 2022, portador(a) da Matrícula Funcional nº 1973173, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/20XX, publicada no XXXX de/...../202....., processo administrativo n.º 23080.016076/2025-76, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para a eventual contratação de serviços de execução de manutenção nas estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações**, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo do edital de licitação nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades ~~mínimas e máximas~~ de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX – CAMPUS XXXXXX						
Item do TR	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

VALOR TOTAL DO LOTE XX						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Santa Catarina.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8. — Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.~~

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no subitem 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no ~~Termo de Referência, anexos ao Edital e em seus anexos.~~

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX – CAMPUS XXXXXX						
Item do TR	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE XX						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
LOTE XX – CAMPUS XXXXXX						
Item do TR	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE XX						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Contratos - DPC

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.dpc.ufsc.br

MINUTA

TERMO DE CONTRATO
SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

Processo Administrativo nº23080.016076/2025-76

Pregão Eletrônico nº xxxx/2025

CONTRATO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC E A EMPRESA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo Pró-Reitor de Administração, **Sr. Vilmar Michereff Junior, matrícula funcional 2168654, Nomeado pela Portaria nº 1.098, de 05 de julho de 2022, publicada no DOU de 06 de julho 2022**, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediada à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **(função no contratado) conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinente **aos serviços de execução de manutenção nas estruturas de madeira, coberturas e impermeabilizações das edificações**, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Lote x - Campus xxxxxx						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1						
2						
3						
...						

~~1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição todas as peças constantes do ato convocatório, seus anexos, apêndices e outros, assim, como todos os compromissos assumidos pela contratada por razão do ingresso na disputa licitatória.~~

1.1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.1.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.1.2. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, constitui fator impeditivo para a celebração deste Termo de Contrato e respectivos aditamentos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, ~~prorrogável por até 10 anos~~, na forma dos artigos ~~106 e 107~~ **105** da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, **em até 24 horas** antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, conforme modelo apresentado **no apêndice III do Termo de Referência**.

3.6.1. A Contratada deverá manter preposto sempre que necessário, nos locais de prestação de serviço, aceito pela Contratante, para representar a Contratada na execução do contrato.

3.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.7. Os gestores e fiscais de contratos deverão observar ainda as regras previstas em portaria normativa própria da contratante que verse sobre a gestão e fiscalização de contratos terceirizados.

Rotinas de Fiscalização

3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (~~Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput~~).

3.9. Fiscalização Técnica

3.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI~~);

3.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (~~Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II~~);

3.9.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III~~);

3.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV~~);

3.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V~~);

3.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII~~).

3.9.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.9.8. As disposições previstas neste contrato não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

3.10. Fiscalização Administrativa

3.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (~~Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022~~).

3.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV~~).

3.11. Gestor do Contrato

3.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV~~).

3.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II~~).

3.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (~~Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III~~).

3.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ~~(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).~~

3.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ~~(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).~~

3.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ~~(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).~~

3.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente a fase de liquidação e pagamento ao Setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, **com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.**

3.11.8. O gestor deverá receber e dar encaminhamento imediato:

3.13.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

3.13.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

3.11.9.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto conforme parâmetros detalhados abaixo:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- a) Lote 01 - Campus Florianópolis Itens "2", "4", "6", "110" e "111" - 3,0159% do valor do lote 01;
- b) Lote 02 - Campus Araranguá Itens "114" e "154" - 3,5142% do valor do lote 02;
- c) Lote 03 - Campus Curitiba Itens "157", "159", "161", "201" - 14,3392% do valor do lote 03.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

~~4.6. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:~~

~~4.6.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto n.º 8.538, de 2015;~~

~~4.6.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e~~

~~4.6.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.~~

~~4.6.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.~~

4.7. Sempre que houver subcontratação, a empresa contratada responderá solidariamente pelos atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor **total** da contratação é de R\$ (.....), ~~perfazendo o valor total de R\$ (.....).~~

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

~~6.1.1. O prazo da disposição acima será contado da conclusão das análises da fiscalização quanto ao cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo a que se referem a parcela a ser paga. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.~~

6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (~~Art. 119 e art. 140 da Lei nº 14133, de 2021~~)

6.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

6.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.12.5. Enviar a documentação ao Setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

6.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.18.1. o prazo de validade;

6.18.2. a data da emissão;

6.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.18.5. o valor a pagar; e

6.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/**contratação**, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (~~INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018~~).

6.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de pagamento

6.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Da Forma de pagamento

6.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Cessão de crédito

6.32. ~~As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.~~

6.33. ~~É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.~~

6.34. ~~Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.~~

6.35. ~~O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).~~

6.36. ~~A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.~~

6.37. ~~O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.~~

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/01/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA-IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e ~~seus anexos~~ e com o edital;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, **nos termos da cláusula terceira deste Contrato.**

9.1.2. ~~Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);~~ **Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.**

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

9.1.5. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ~~de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990),~~ bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.1.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.11. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.12. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.13. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.1.14. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.15. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.16. Cumprir as normas de proteção do trabalho, inclusive àquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

9.1.16.1. Cumprir, fazer cumprir e auxiliar o Poder Público na promoção das políticas públicas de enfrentamento e erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, em especial observando as seguintes obrigações:

a) não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

b) não utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente; e

c) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.17. Implementar e, sempre que convocada, comprovar que disponibiliza aos empregados canal de recepção e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.1.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.19. ~~Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.~~ Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.20. Apresentar todos os esclarecimentos, documentos ou informações solicitadas nas comunicações da contratante no prazo estipulado na solicitação, evitando comunicações protelatórias.

9.1.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.1.25. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso, **sem repassar qualquer custo aos colaboradores ou à contratante.**

9.1.25.1. Promover e fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) que se fizerem necessários para a execução do serviço.

9.1.25.2. Todo o EPI deve ser entregue ao empregado em perfeito estado de conservação, sem repassar quaisquer custos a este e à Contratante.

9.1.25.3. Todo o EPI fornecido deve ter Certificado de Aprovação, expedido por órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, conforme a Norma Regulamentadora ME nº 6, de 8 de junho de 1978.

9.1.25.4. O EPI deve ser substituído sempre que estiver danificado, fora da validade, sem suas características de proteção, quando não couber ou não estiver confortável para o empregado ou quando a Contratante entender ser adequada a sua substituição.

9.1.25.5. Preservar a integridade física dos trabalhadores e de terceiros, por meio de equipamentos de proteção coletiva (EPCs).

9.1.26. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.1.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.1.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.30. Respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais cometendo qualquer natureza de assédio ou propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual, idade, características físicas ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

9.1.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.32. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.34. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.1.35. Implementar e, sempre que convocada, comprovar que disponibiliza aos empregados canal de recepção e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.1.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.1.38. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.1.39. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.42. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de proteção e segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

9.1.43. Apresentar na assinatura do contrato o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

~~**9.1.43.1.** Apresentar em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato o Programa de Gerenciamento de Riscos e o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) vigentes.~~

~~**9.1.43.1.1.** A documentação do subitem 9.1.39.1 deverá ser atualizada e enviada para o Gestor do contrato sempre que for necessário.~~

9.2. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

~~**10.1.** O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.~~

~~**10.2.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total anual da contratação.~~

~~**10.3.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~**10.3.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~**10.3.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

10.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados ~~o disposto no item 11.9 deste contrato~~ **os períodos de suspensão contratual.**

10.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

10.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.7. **Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.**

10.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

10.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.9. **No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.**

10.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato

que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

10.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no edital de licitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (~~art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021~~).

12.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (~~art. 14, inciso IV~~).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (~~art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021~~).

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LGPD

15.1. As obrigações pertinentes à LGPD estão dispostas no edital de licitação.

~~CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS~~

~~As sanções administrativas estão dispostas no edital de licitação.~~

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. DOS APÊNDICES DESTE ANEXO II DO ATO CONVOCATÓRIO

~~Apêndice I – Modelo Ordem de Serviço~~

~~Apêndice II – Termo de nomeação do preposto~~

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-